

**Nº19 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 20 de setembro
de 2018. -----**

Aos vinte dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.ª Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de dezassete de setembro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. NUNO VAZ RIBEIRO.

O Presidente da Câmara deu início à presente reunião, tendo começado por dar conhecimento, ao Executivo Municipal, dos seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Exposição Itinerante "Joshua Benoliel". Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da realização da exposição, identificada, em epígrafe, iniciativa levada a efeito, no Museu da Região Flaviense, em parceria com o Museu da Assembleia da República, e cuja inauguração teve lugar, no pretérito dia 7 de setembro. -----

Esta exposição pretende dar a conhecer o trabalho do ilustre repórter parlamentar, na área de fotografia, no início do Sec. XX, sendo de destacar curiosos registos fotográficos relacionados com períodos marcantes da via política nacional, entre 1906 e 1924. -----

b) Torneio de Voleibol de Chaves (6ª Edição) - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da realização, no pretérito dia 7 de setembro, da 6ª edição do torneio de voleibol de Chaves. -----

O evento desportivo foi organizado, pelo Hóquei Clube Flaviense, contando com apoio da autarquia, envolvendo o mesmo um número significativo de participantes. -----

c) FotoGrafa/ Entrega de prémios aos vencedores (2018) - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da realização da cerimónia de entrega de prémios aos vencedores do concurso denominado "FotoGrafa 2018". -----

Tal cerimónia teve lugar no passado dia 8 de setembro. -----

O evento, organizado pelo Município de Chaves e pela Chaves Intemporal, contou, este ano, pela primeira vez, com a participação de jovens, dos 14 aos 18 anos, os quais concorreram ao prémio "Jovem FotoGrafa". ---

d) Alunos Flavienses com menção honrosa, no prémio ATLAS DO SABER FÍSICA (2018) - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento do facto do Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins ter recebido, no passado dia 1 de setembro, na Covilhã, uma menção honrosa, no âmbito do concurso identificado, em epígrafe. -----

Tal cerimónia contou com a presença do Prémio Nobel da Física de 2016, Michael Kosterlitz. -----

O Esquadrão Geringonça, constituído, pelos alunos, Fábio Matias (9º ano), Hugo da Cunha e Joana Cabeleira (10º ano), e o professor, Jorge Teixeira, veio a ser distinguido, pelo projeto apresentado, no âmbito do tema "medir a aceleração da gravidade com a precisão de duas casas decimais, construindo, para tal, um aparelho com limite orçamental máximo de 5,00 €". -----

O Município reconhece a dedicação, trabalho e empenho desenvolvidos, neste projeto, congratulando a equipa pelo prémio alcançado. -----

e) Balanço e programa de erradicação da Vespa do Castanheiro - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da realização, no passado dia 11 de setembro de uma reunião de trabalho, no Edifício dos Paços do Concelho, contando a mesma com a presença dos principais intervenientes, no âmbito das ações desenvolvidas e destinadas a combater a vespa do castanheiro. -----

Em tal reunião foi feito, sumariamente, um balanço das ações desenvolvidas, sobre a matéria, no ano em curso, e, bem assim, as ações a desenvolver, no próximo ano de 2019. -----

f) Apresentação da revista AQUAE FLAVIAE Nº 56. - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da apresentação da revista AQUAE FLAVIAE, a qual divulga o valioso património da região, heráldica e genealogia de distintas famílias. -----

A revista publica, ainda, uma histórica e ilustrada síntese de homenagem ao Grupo Desportivo de Chaves. -----

g) Portugal nas Olimpíadas de Informática - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da relevante distinção alcançada, pelo jovem flaviense, Kevin Pucci, com 17 anos de idade, o qual arrecadou a medalha de prata, constituindo esta a melhor medalha de sempre obtida por Portugal, nas olimpíadas de informática. -----

h) Semana Europeia da Mobilidade - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento do programa relacionado com o registo da semana europeia da mobilidade, que decorre entre o dia 15 a 22 de setembro. -----

i) BTT - Rota do Presunto - 14ª edição - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da realização, no passado 16 de setembro, da prova "BTT/Rota do Presunto", maratona que se vem afirmando como um projeto desportivo de continuidade, que visa a promoção, dinamização e valorização da região. -----

Este evento desportivo constitui uma organização conjunta do BBT Clube de Chaves e da Câmara Municipal de Chaves, com o apoio do ACTE, dos Bombeiros, GNR e PSP. -----

j) Participação do Município, na Gala Final das 7 Maravilhas à Mesa - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da participação do município, na gala final das 7 maravilhas à mesa, cerimónia que teve lugar, no passado dia 16 de setembro, em Albufeira. O Presidente da Câmara aproveitou a oportunidade para registar uma palavra de agradecimento a todos aqueles que tornaram possível, esta participação meritória da autarquia, constituindo a mesma um momento relevante para a promoção da gastronomia, da cultura e do património do concelho de Chaves e da região do Alto Tâmega. -----

k) Distinção concedida ao Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da distinção concedida ao Agrupamento, (AECT) o qual veio a conquistar dois prémios para as suas águas minerais, na feira internacional de turismo termal, saúde e bem estar (TERMATALIA). ----

Na prova de degustação internacional de água mineral, as Águas de Campilho (água gaseificada) e Cabreiroá (água natural), alcançaram o 1º prémio nas respetivas categorias. -----

1) Contrato Promessa de regularização de dívidas entre o Município e as Águas do Norte - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara deu conhecimento da assinatura, no passado dia 18 de setembro, do contrato promessa identificado, em epígrafe. -----

Tal instrumento contratual irá permitir desenvolver, no futuro, uma relação, entre as partes signatárias, mais sustentável, transparente e segura. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR ARQ.T. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) ACISAT - Sobre esta matéria, o vereador interveniente pretendeu registar uma palavra de agradecimento a todos os membros dos órgãos sociais da ACISAT, os quais, recentemente, cessaram funções. ----- Simultaneamente, aproveitou, também, a oportunidade para deixar uma palavra de estímulo aos novos titulares dos órgãos sociais da dita associação, recentemente, empossados para o exercício de tão relevantes funções. -----

b) Semana Europeia da Mobilidade - Sobre esta matéria, o vereador interveniente registou a falta de ambição do programa concebido, pela autarquia, para registar a semana europeia da mobilidade. ----- É sua convicção que, tal programa, deveria ser mais diversificado, incorporando mais atividades e com maior relevância, na área da mobilidade. -----

c) Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos - Sobre esta matéria, o vereador interveniente evidenciou o facto de existir algum défice de capacidade, por parte da empresa prestadora, tendo em vista uma recolha, mais eficaz e mais eficiente, dos resíduos sólidos urbanos. Esta situação, a qual vem dando origem a um descontentamento generalizado, das populações locais beneficiárias, de tais serviços de recolha, deveria merecer uma melhor atenção e acompanhamento, por parte de autarquia. -----

d) Relatório trimestral, sobre o funcionamento do Hospital de Chaves - Sobre esta matéria, o vereador interveniente interpelou, o Presidente da Câmara, sobre a possível apresentação, conforme compromisso assumido, em recente Assembleia Municipal, de um relatório, tendo como objeto a avaliação do funcionamento do Hospital de Chaves, em todas as suas dimensões mais relevantes. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1. No dia da tomada de posse dos novos órgãos sociais da Acisat teve a oportunidade de apresentar, pessoalmente, aquando da sua participação institucional, em tal ato solene, os seus votos de felicitação a todos os novos responsáveis, pelos órgãos sociais da associação, e, simultaneamente, dirigir, uma palavra de agradecimento, a todos os membros dos órgãos sociais que, nesse dia, cessaram funções. -----

2. Relativamente ao programa correlacionado com a semana europeia da mobilidade, o figurino, este ano adotado, é muito idêntico àquele que vinha sendo desenhado, em anos anteriores. -----

3. No ano em curso, registaram-se algumas debilidades na disponibilização de recursos técnicos e humanos, facto que veio a prejudicar o desenvolvimento mais ambicioso de um programa que registe esta iniciativa, diga-se, fundamentalmente, amiga do ambiente. -----
4. Este tipo de iniciativas exige a congregação e/ou envolvimento de outros atores, nomeadamente, na área da educação, da saúde e do ambiente, que possam, com os seus contributos, enriquecer o respetivo programa. -----
5. Relativamente à recolha de resíduos sólidos urbanos, existe uma perceção que aponta para o facto da empresa prestadora de serviços, evidenciar um deficiente cumprimento das obrigações emergentes do contrato celebrado e em execução. -----
6. Tais situações de deficiente cumprimento do contrato, por parte da empresa, têm vindo a ser agudizadas, sobretudo, no momento de maior produção de resíduos sólidos, ou seja, no período do Natal, Páscoa e verão, sendo certo que o contrato celebrado não apresenta uma solução satisfatória, sobre a matéria. -----
7. Por outro lado, os contentores enterrados, na parte urbana, estão, na presente data, praticamente, inoperacionais, como consequência, direta e necessária, da sua falta de manutenção, tarefa que é da responsabilidade da autarquia e não integra o contrato, em vigor. ---
8. Está a ser ponderada, no sentido de poder ultrapassar a situação, anteriormente, descrita, a colocação de contentores à superfície, envolvendo, a execução de tal solução, o compromisso da própria empresa. -----
9. A data da eventual renovação do contrato, em vigor, em matéria de recolha de resíduos sólidos urbanos, deverá ocorrer, no próximo ano de 2019, sendo certo que o município poderá não avançar, para tal renovação, face ao incumprimento reiterado, por parte da empresa, das obrigações contratualizadas. -----
10. Quanto às condições de funcionamento do Hospital de Chaves, foi assumido o compromisso, na Assembleia Municipal, do Município promover um conjunto de reuniões, com os diversos atores responsáveis, pelo funcionamento do Hospital, em vista ao apuramento efetivo da realidade funcional do hospital e ponderação de ações de melhoria. -----
11. Tais reuniões já foram concretizadas, faltando desenvolver, na presente data, idêntica iniciativa, junto da sociedade civil. -----
12. Estando concluída tal tarefa, irá ser elaborado um relatório integrado, com uma componente de diagnóstico e uma componente centrada na identificação de ações que possam permitir melhorar o funcionamento do hospital. -----
13. Tal relatório, logo que concluído, será levado ao conhecimento do Sr. Ministro da Saúde, no sentido de sensibilizar a tutela para a necessidade de serem tomadas todas as medidas indispensáveis à melhoria do funcionamento do hospital, em defesa, diga-se, da qualidade dos serviços de saúde prestados à populações locais. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR SENHOR ENG. VICTOR SANTOS. -----

Usou da palavra, o Vereador Engº Victor Santos tendo abordado, verbalmente, a matéria relacionada com a colocação de contentores enterrados, em espaço urbano, tendo tecido os seguintes cometários: -

1. Atualmente, não existe manutenção de tais contentores. -----

2. Tais serviços de manutenção só foram executados, durante o tempo de garantia decorrente do contrato celebrado, tendo como objeto o fornecimento de tais contentores. -----

3. A falta de manutenção de tais contentores não pode ser imputada, contratualmente, à empresa "Rede Ambiente". -----

4. A situação havida, no passado, caracterizava-se pela manifesta ausência de monitorização das obrigações emergentes do contrato celebrado, e adstritas à empresa prestadora, e em todas as suas dimensões, nomeadamente, o cumprimento do tempo de recolha dos resíduos sólidos urbanos, no âmbito dos circuitos estabelecidos, para o efeito. -----

Na sequência das intervenções, que antecedem, sobre a matéria, em apreciação, centrada na avaliação das condições de execução do contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos, usou novamente da palavra, o vereador do PSD, Arqt. Carlos Penas, tendo tecido, sumariamente, os seguintes comentários: -----

Todo o processo relacionado com o acompanhamento da execução do contrato celebrado com a empresa, "Rede Ambiente", tendo como objeto a recolha regular dos resíduos sólidos urbanos, era assumida, no passado, quer, pelo vereador responsável pela área de intervenção, quer pelo Presidente da Câmara, à data, em exercício de funções, no caso, Arqt. António Cabeleira, e, no plano técnico e administrativo, pelo próprio Chefe da Divisão Municipal funcionalmente competente, sendo sua convicção que a autarquia sempre cumpriu com o seu dever de acompanhamento da execução do contrato, em causa, quer no plano político, quer no plano técnico-administrativo. -----

IV - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Portugal nas Olimpíadas de Informática - Sobre esta matéria, a Vereadora interveniente associou-se ao voto de congratulação pelo facto do aluno, Kevin Pucci, da Escola Dr. Júlio Martins, ter arrecadado a medalha de prata, nas olimpíadas de informática, sendo a melhor distinção de sempre obtida por Portugal, em tais olimpíadas. - Tal facto, deve orgulhar todos os flavienses sendo um testemunho inequívoco da qualidade e competência do corpo docente, embora esta conquista não deixe de ser uma conquista pessoal. -----

b) Nota de Congratulação - Sobre esta matéria, a Vereadora interveniente registou o seu voto de congratulação pelo facto do Coronel Silva Caldeira, atual comandante do RI 19, ter sido agraciado, no pretérito dia 3 de setembro, com a atribuição da Medalha "Grau Prata", pelos serviços prestados às Forças Armadas Portuguesas, facto que muito prestigia a Unidade de Comando (RI 19) de Chaves. -----

c) Participação do Município, na Gala Final das 7 Maravilhas à Mesa - Sobre esta matéria, a Vereadora interveniente manifestou a sua concordância sobre as referências, anteriormente, feitas, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, nomeadamente quanto à valorização e dignificação da Mesa de Chaves, enquanto fator dinamizador da gastronomia do concelho e do seu património. -----

Sobre a participação do Município de Chaves, no concurso, em causa, veio a ser ventilada, por alguns cidadãos, a possibilidade de terem sido utilizados os telemóveis de serviço da autarquia, no âmbito das operações de participação relacionadas com a votação, na mesa de Chaves. -----

Neste contexto, solicitou, junto do Presidente da Câmara, uma posição sobre o facto, anteriormente, descrito. -----

Em resposta ao pedido de esclarecimento apresentado, pela vereadora do PSD, Dr^a Manuela Tender, o Presidente da Câmara deu nota do seguinte: todos os encargos relacionados com a utilização dos telemóveis de serviço, no âmbito da votação na mesa de Chaves, serão suportados, integralmente, pelos seus utilizadores, não sendo imputados ao orçamento municipal. -----

d) Estabelecimento Prisional de Chaves - Sobre esta matéria, a Vereadora interveniente confrontou, o Presidente da Câmara, com a possibilidade da autarquia poder colaborar com o estabelecimento Prisional de Chaves, no sentido de ser cedido algum material ou algum equipamento (mobiliário) a favor do aludido estabelecimento, medida que iria permitir melhorar as condições de acolhimento dos reclusos.

e) 9ª Exposição Bienal/Arquivo Histórico - Sobre esta matéria, a Vereadora interveniente referiu que, considerando o horário normal de trabalho dos cidadãos flavienses, não é muito incentivador visitar a exposição identificada, em epígrafe, quando a mesma encerra ao público às 16:00 horas. -----

Neste contexto, deveria ser revisto o horário de funcionamento da dita exposição, no sentido de que as visitas possam ser realizadas, até às 19:00 horas. -----

f) Cancelamento do "Festival Corcovado Fest" - Sobre esta matéria, a Vereadora interveniente começou por mostrar a sua preocupação, relativamente aos danos reputacionais provocados ao município, em virtude do cancelamento do festival identificado, em epígrafe. ----- Embora a empresa promotora tenha referido, junto da comunicação social, que as causas que vieram a determinar o cancelamento do festival são da sua exclusiva responsabilidade, torna-se evidente que esta situação deixou uma má imagem pública do próprio município. --- Esta situação deveria ser esclarecida, nomeadamente no que concerne à identificação objetiva das razões que justificaram o cancelamento do festival. -----

Em resposta à intervenção, que antecede, da Vereadora do Partido social Democrata, Dra. Manuela Tender, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo prestado os seguintes esclarecimentos: -----

1. No que concerne à possibilidade de cedência de mobiliário do domínio privado da autarquia, a favor do estabelecimento prisional de Chaves, neste momento, o património municipal não dispõe de tal equipamento.

2. De facto, ao contrário do cenário negativo traçado, nesta câmara, pela vereadora do PSD, não ocorreu o encerramento de qualquer estabelecimento escolar, no concelho de Chaves, razão pela qual não há, neste momento, equipamento/mobiliário disponível para ceder ao estabelecimento prisional. -----

3. Tudo isto, sem prejuízo da autarquia manifestar total abertura para colaborar com o aludido estabelecimento prisional. -----

4. Relativamente ao cancelamento do festival "Corcovado Fest" a sua realização foi, exclusivamente, privada. -----

5. O promotor do espetáculo e responsável, pela sua organização, é do âmbito, exclusivamente, privado, não havendo, entre este e a autarquia, nenhuma relação contratual tendo como objeto a matéria, em apreciação. -----

6. Foi avaliada e ou ponderada a possibilidade legal de apurar responsabilidades, junto da entidade promotora, como consequência direta e necessária associada ao cancelamento do festival, tendo sido extraída a conclusão de que não havia matéria, de facto e de direito, justificadora, por ação e ou por omissão, de imputação de quaisquer responsabilidades, junto da empresa privada promotora. -----

7. A autarquia nunca quis assumir qualquer responsabilidade, na organização do evento e na sua promoção, nunca tendo sido um interveniente ativo, nesta iniciativa. -----

V - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR JOÃO CARLOS ALVES NEVES. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor João Carlos Alves Neves, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

a) Organização da Feira Semanal - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente referiu que alguns dos feirantes vêm invocando a prática de concorrência desleal, traduzida na colocação, junto ao próprio mercado, de algumas carrinhas, as quais vendem diversos produtos, à revelia de qualquer controlo público. -----

Por outro lado, a abertura do mercado, no dia da feira, deveria ocorrer mais cedo, permitindo uma melhor organização da mesma. -----

b) Limpeza das valetas, na Zona do Alto da Forca - Sobre esta matéria, o vereador interveniente, manifestou a necessidade de se proceder à limpeza das valetas que se projetam em alguns dos arruamentos localizados, na zona do Alto da Forca. -----

Concluiu a sua intervenção, congratulando-se pelo facto de já terem sido concluídos os trabalhos de limpeza da Estrada Nacional que faz a ligação, entre Chaves e Valpaços. -----

VI - INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes cometários adicionais relativamente ao programa da Semana Europeia da Mobilidade: -----

1. A autarquia tem desenvolvido políticas públicas recorrentes, em vista à criação de condições mais favoráveis à mobilidade dos cidadãos, embora haja, sempre, o vínculo do dia, no caso, "O Dia Europeu sem Carros". -----

2. A União Europeia deveria ter uma maior preocupação, com a indústria automóvel e com a adoção de medidas preventivas que, sobre a matéria, deveriam ser aplicadas, em tal setor industrial, não sendo tão relevante, na sua ótica, dar um destaque tão transcendente ao vínculo do próprio dia. -----

3. As políticas de mobilidade devem ser desenvolvidas, em estreita articulação com a própria sociedade civil, agregando, nesse sentido, todos os atores relevantes. -----

4. Há, neste domínio, um deficiente envolvimento da sociedade civil, nomeadamente das escolas e demais instituições públicas. -----

5. Marcar o dia, em causa, é importante, mas não é, claramente, suficiente, em vista à efetiva criação de uma cultura e de uma pedagogia, indispensáveis à formação de uma consciência coletiva, sobre a importância destas medidas. -----

6. E já lá vão 19 anos! -----

Sequencialmente, usou da palavra, sobre a matéria, em apreciação, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo tecido, adicionalmente, os seguintes comentários: -----

1. No âmbito da promoção da Semana Europeia da Mobilidade, a grande questão é esta: A Câmara, enquanto entidade coordenadora, tem de ter

uma capacidade mobilizadora, junto das diversas entidades que integram a sociedade civil. -----

2. Há, aqui, um conjunto de iniciativas que podem ser potenciadas, no âmbito do programa. -----

3. A autarquia aderiu a esta iniciativa e não se pode desculpabilizar na criação de um programa mais rico e dinâmico, envolvendo, como é óbvio, toda a sociedade civil para os simbolismos do dia e do próprio programa. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 06 de setembro de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----
Não participaram na votação deste assunto, os Vereadores do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender e o Sr. João Carlos Alves Neves, em virtude de não terem estado presentes na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. **EXTINÇÃO DA ECOCITRAS - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS CIDADES DE TRÁS-OS-MONTES. PROPOSTA Nº 64/GAP/2018.** -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Fundamentação: -----

1 - Considerando que, na sequência da receção de ofício refa.12630/2018, de 08/05/2018, proveniente do Tribunal de Contas, através do qual veio a ser notificado o Presidente da Câmara Municipal de Chaves, na qualidade de membro da Associação de Municípios das Cidades de Trás-Os-Montes - EcoCITRAS, do incumprimento da remessa tempestiva dos documentos de prestação de contas relativos à gerência de 2015, veio a ser informado de ter sido aprovada, em reunião do órgão executivo realizada em 06/12/2010, uma proposta de integração do Município de Chaves em tal Associação de Municípios, bem como os respetivos estatutos e, bem assim, a identificação do ofício refa. 95/DGF/2017, enviado em resposta a notificação similar à atual, expedida pelo Tribunal de Contas em 03/04/2017, ofício esse em que o Município de Chaves informou o Tribunal de Contas da inexistência da eleição dos órgãos da referida "Associação EcoCITRAS", permanecendo, a mesma, sem atividade, não se registando quaisquer fluxos financeiros e/ou patrimoniais, perspetivando-se a sua dissolução; -----

2 - Considerando que, a associação em causa, embora mantendo, plenamente, válida, a sua personalidade jurídica, a mesma não registou ou evidenciou, ao longo dos anos da sua existência qualquer atividade, material e/ou financeira, digna de registo, justificando-se, como tal, a adoção das diligências indispensáveis, á sua rápida dissolução; ---

3 - Considerando que, neste contexto, veio a ser promovida uma reunião entre os membros dos Municípios associados, da "Associação EcoCITRAS", tendo em vista a instalação dos respetivos órgãos sociais e subsequente extinção da associação, por dissolução, o mais rápido possível, sendo que a convocatória para a referida reunião, ficou a cargo de um Presidente de Câmara, de entre os Municípios membros, nos termos do artº14 dos referidos estatutos; -----

4 - Considerando que, veio a ser realizada reunião de Assembleia Geral da Associação Ecocitras, no dia 30/05/2018, em Miranda do Douro, com a presença dos Municípios associados, na qual veio a ser deliberada, por unanimidade, a eleição da Mesa da Assembleia, e posteriormente a extinção, por dissolução, considerando que, não obstante ter sido criada em março de 2011, a Associação em causa nunca registou qualquer atividade, não possuindo qualquer património; -----

4 - Considerando que, foi ainda deliberado que, cada Município associado, deveria adotar os seguintes procedimentos legais: -----

a) Submeter ao órgão deliberativo, a aprovação da proposta da extinção; -----

b) Dar conhecimento ao Tribunal de Contas, da deliberação tomada.

II - Proposta: -----

1 - Face ao exposto, determino que, seja submetida a presente proposta à próxima reunião do órgão executivo para aprovação do teor da mesma e posterior sancionamento, pelo órgão deliberativo Municipal, na sua reunião ordinária, do mês de setembro, consubstanciada na extinção da Associação denomina da "**ECOCITRAS - Associação de Municípios das Cidades de Trás-Os-Montes**"; -----

2 - Após aprovação da presente proposta pelos órgãos municipais competentes, que a mesma seja encaminhada para a Divisão de Gestão Financeira, para dar sequência à respetiva comunicação, junto Tribunal de Contas, enviando cópia da deliberação dos órgãos municipais, sobre a matéria em apreciação, no cumprimento do ofício refa.17206/2018, de 21 de junho, que se anexa à presente proposta. -Chaves, 10 de setembro de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Nuno Vaz) -----

Anexo: Ofício refa. 17206/2018, de 21 de junho -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.2. AGRUPAMENTO EUROPEU DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROCIDADE CHAVES-VERIN (EUROCIDADE CHAVES-VERIN, AECT).- CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O ANO DE 2018. PROPOSTA Nº 66/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Da Justificação -----

1. Considerando que o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Eurocidade Chaves-Verin (Eurocidade Chaves-Verin, AECT), cujos membros são o Município de Chaves e o Ayuntamiento de Verin, foi constituído ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1082/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho de 2006, que regula a constituição de Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, visando a cooperação territorial - transfronteiriça, transnacional e inter-regional - no intuito de reforçar a coesão económica e social no território da União Europeia; -----

2. Considerando que em conformidade com o disposto no ponto n.º 1 do artigo 5º do supramencionado Regulamento, os Agrupamentos Europeus

de Cooperação Territorial adquirem personalidade jurídica no dia do registo ou da publicação, consoante o que ocorrer primeiro, dos seus Estatutos, nos termos da lei nacional aplicável no Estado-Membro onde o AECT tiver a sua sede, no caso específico, em Espanha; -----

3. Considerando que em 26 de julho de 2013, foi publicada no "Boletín Oficial del Estado (BOE)" a Resolução de 17 de julho de 2013, da "Secretaría General Técnica del Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación" a qual procedeu ao registo dos Estatutos da Eurocidade Chaves-Verin, AECT no Registo de Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial; -----

4. Considerando que ao abrigo do n.º 1, do artigo 33º dos Estatutos da Eurocidade Chaves-Verin, AECT, o financiamento da Eurocidade Chaves-Verin, AECT é assegurado pelas contribuições anuais, ordinárias e extraordinárias, dos seus membros e por subsídios ou outras dotações financeiras que estes lhe concedam; -----

5. Considerando que de acordo com o preceituado no n.º 2, do artigo 32º, dos referidos estatutos, a contribuição anual dos seus membros, no caso, Município de Chaves e Concelho de Verin, será fixada em Assembleia Geral, com base na despesa estrutural anual e na previsão de despesa com a conceção e a programação de atividades e ações; ----

6. Considerando que em Assembleia Geral da Eurocidade Chaves-Verin, AECT, realizada no passado dia 28 de dezembro de 2017, na sua sede, sita em Feces de Abaixo, foi aprovado que a contribuição anual de cada membro, para o orçamento do AECT, seria, em 2018, de € 50.000,00 (cinquenta mil euros); -----

7. Considerando que através do ofício registado nos serviços administrativos de expediente geral desta Autarquia, sob o n.º 7746 de 15 de Julho de 2016 - documento em anexo, veio a Eurocidade Chaves-Verin, AECT comunicar a premência no cumprimento das obrigações da qualidade de membro, designadamente, a referida anteriormente, no ponto 6; -----

8. Considerando que, mediante proposta GAP/04/2018, veio a ser aprovada, em reunião de Câmara, realizada em 08/02/2018, uma contribuição anual, para 2018, de 50.000,00€, entretanto, já executada e paga; -----

9. Considerando que, mediante comunicação de 11 de janeiro de 2018, veio a Eurocidade Chaves-Verin, AECT, solicitar uma contribuição extraordinária de 100.000,00€ (cem mil euros); -----

10. Considerando que, em momento ulterior, o órgão executivo de tal entidade veio a deliberar promover ajustamentos a tal contribuição, em valor a concretizar de 50.000,00€; -----

11. Considerando, ainda, que ao abrigo da alínea aaa), n.º 1, artigo 33º, do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre a participação do município em projetos e ações de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal o seguinte: -----

a) Que seja aprovada a transferência da quantia de € 50.000,00€ (cinquenta mil euros) para a Eurocidade Chaves-Verin, AECT, a título de contribuição extraordinária para o exercício de associado, a qual deverá ser paga numa única tranche; -----

b) Que seja dado conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à entidade peticionária; -----

c) Que a presente proposta tenha cobertura através da rubrica orçamental da despesa 06 02 03 05 03 02; -----

d) Que, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo municipal, a mesma seja publicitada nos termos do artigo 56º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

e) E por último, em caso de aprovação da presente proposta, que a mesma seja remetida à Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Financeira para ulterior operacionalização. -----

Chaves, 12 de setembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Nuno Vaz) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.3. ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO DA ARTISTA PLÁSTICA EMA BERTA - 21 OBRAS DE ARTE ÓLEO SOBRE TELA, 1 OBRA DE ARTE TÉCNICA MISTA SOBRE PAPEL E 12 CADERNOS DE ESBOÇOS, CUJO VALOR GLOBAL SE CIFRA EM € 631.500,00 (SEISCENTOS E TRINTA E UM MIL E QUINHENTOS EUROS). PROPOSTA N.º 65/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Do Enquadramento -----

Ema Berta é uma artista plástica cuja obra adquiriu especial relevância no âmbito da pintura portuguesa das últimas décadas do século XX e início do século XXI, e cujos trabalhos se encontram representados em diversas coleções institucionais e particulares, quer em Portugal, quer no estrangeiro. -----

A referida pintora, que recebeu em 1980 uma menção honrosa do Salão de Outono - Estoril, expõe, individualmente desde os anos 80 do século passado, em galerias de Portugal e França, e coletivamente em várias exposições em Portugal, França e Brasil. -----

O facto de a pintora Ema Berta, reconhecer o potencial cultural do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso (MACNA) e o papel congregador e dinamizador que o mesmo tenderá a exercer no panorama museológico e artístico nacional e até internacional, motivou-a a doar à câmara municipal de Chaves, um conjunto de obras que fazem parte do seu acervo, a fim de serem depositadas e utilizadas pela autarquia, através do MACNA. -----

Fruto do reconhecimento da artista plástica, relativamente ao espaço museológico em questão - MACNA -, veio esta, representada pelo Dr. António Augusto Joel, manifestar a sua vontade de doar, a favor deste município, um conjunto significativo de obras de arte, identificadas no Documento Um, da minuta do contrato de doação, em anexo, concretamente, 21 obras de arte óleo sobre tela, 1 obra de arte técnica mista sobre papel e 12 cadernos de esboços, cujo valor global ascende a € 631.500,00 (seiscentos e trinta e um mil e quinhentos euros)¹. --

I - Da Justificação -----

1. Considerando que a doação de tal espólio a favor do município de Chaves, cuja generosidade importa, antecipadamente, registar e agradecer, tem como exclusiva finalidade integrar o acervo do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso (MACNA), visando ampliar, estimular

¹ A avaliação tem por base o preçário individual, oficial e público, das 21 obras expostas pela pintora Ema Berta, na sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa, outubro de 2015. -----

e consolidar a ação e oferta cultural, não só deste espaço museológico, mas também do município e do território em que se insere; -----

2. Considerando a vontade expressa pela doadora no sentido de materializar, de imediato, tal liberalidade com a entrega, a favor deste município, do espólio descrito no Documento Um, da minuta do contrato de doação em anexo, destinado a ser temporariamente exposto e devidamente integrado e conservado, em definitivo, no acervo e nas reservas afetas ao Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso (MACNA);

3. Considerando que, do ponto de vista estritamente jurídico, a figura da doação encontra-se definida no art. 940º do Código Civil como um contrato pelo qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício do outro contraente; -----

4. Considerando que, neste contexto, a materialização da vontade expressa pela artista plástica Ema Berta está, assim, dependente de aceitação da doação sugerida, por parte do donatário, no caso, o Município de Chaves; -----

5. Considerando, por último, que nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do art.º 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário, sendo certo que, estando as autarquias locais vinculadas ao princípio da especialidade previsto no artigo 45º, do mesmo diploma, não podem estas aceitar doações com encargos para a realização de interesses estranhos às suas atribuições, facto que, no caso sub-judice, não se verifica.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas e, para efeitos de cumprimento da alínea j), do n.º 1, do art. 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que, de acordo com a vontade, inequivocamente, manifestada pela artista plástica Ema Berta, através do seu representante, Dr. António Augusto Joel, a câmara municipal delibere aceitar a doação das obras de arte, constantes e identificadas no Documento Um, anexo à minuta do contrato de doação, concretamente, 21 obras de arte óleo sobre tela, 1 obra de arte técnica mista sobre papel e 12 cadernos de esboços, cujo valor global ascende a € 631.500,00 (seiscentos e trinta e um mil e quinhentos euros)²; -----

b) Que, para o efeito, seja aprovada a minuta do contrato de doação, no qual se encontram plasmadas e explicitas as vontades e obrigações das partes e as condições de acolhimento no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso (MACNA), das obras da artista plástica Ema Berta³; -----

c) Que tal liberalidade, seja, desde já, reconhecida pelo executivo camarário como um ato nobre e de especial relevância para a comunidade flaviense e em benefício da população em geral;

d) Por último, deverá a Câmara Municipal apresentar os seus agradecimentos à artista plástica Ema Berta, pelo generoso gesto de

² O referido espólio deverá ser integrado no património da autarquia, tendo, para o efeito, a DGF/Setor de Património, que proceder à sua inventariação. -----

³ A minuta do contrato de doação foi, previamente, apreciada pelos serviços jurídicos da autarquia (DAF). -----

interesse público, praticado a favor do município e das populações locais. -----

Chaves, 12 de setembro de 2018 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. Nuno Vaz) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.4. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1º SEMESTRE 2018. GEMC, EM S.A. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Perante a deliberação do Conselho de Administração da Empresa Municipal Gestão de equipamentos do Município de Chaves, E.M. S.A., na sua reunião ordinária do passado dia 02 de agosto de 2018, venho submeter o Relatório de Execução Orçamental do 1º Semestre de 2018, para que sejam remetidos aos órgãos municipais para informação. -----

Com os melhores cumprimentos. -----

A vogal do Conselho de Administração da GEMC, EM S.A., -----

Fátima Correia Pinto -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ RIBEIRO, DATADO DE 2018.09.14. -----

Visto. Remeta-se para conhecimento e aprovação dos órgãos municipais, Câmara e Assembleia. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE PERDÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS ASSOCIADAS A PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - VANDO CARDOSO REIS. INF. 179/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 8632, datado do pretérito dia 27 de agosto de 2018, Vando Cardoso Reis, veio solicitar que lhe seja concedido o perdão das custas devidas no âmbito dos processos de execução fiscal n.ºs 320 ao 334, todos a correr seus termos nesta autarquia local, no valor total de 95,25€. -----

2. Sendo certo que o requerente se predispõe a efetuar de imediato o pagamento da quantia exequenda, no caso, 312,00€. -----

3. Neste contexto, veio a ser solicitado a estes serviços a emissão da competente informação técnico-jurídica sobre a possibilidade de perdão das custas correspondentes. -----

4. Assim, cumpre-me informar, sobre a matéria, o seguinte: -----

II - Do direito -----

1. Começamos por referir que a dívida exequenda, objeto dos processos de execução fiscal atrás identificados, é referente a taxas municipais devidas pela ocupação de terrado na feira semanal, por parte do ora requerente. -----

2. Sobre esta matéria, dispõe o n.º 2, do artigo 20º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves, que as dívidas que não forem pagas voluntariamente serão objeto de cobrança coerciva através de um processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

3. Ora, no caso do prestador de serviços se tratar de um Município, então a cobrança coerciva dos valores em dívida deverá seguir a forma de execução fiscal, cujo procedimento se encontra regulado no Código de Procedimento e Processo Tributário, conforme a conjugação do art. 155º, do Código de Procedimento Administrativo e do art. 10º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações. --

4. Neste caso e porque se trata de tributos administrados por autarquias locais são estas as entidades competentes para o respetivo processo de execução fiscal, nos termos do n.º 1, do art. 7º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações. --

5. Sendo certo que, por força do princípio da decisão, intentar uma execução fiscal para cobrança de valores em dívida e referentes a tributos administrados pelo Município consubstancia um verdadeiro poder - dever. -----

6. Tanto mais que, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 10º, do CPPT, cabe aos serviços responsáveis pela execução cobrar as custas dos processos e dar-lhes o destino legal. -----

7. Saliente-se, sobre esta matéria, que as custas destinam-se a cobrir as despesas acrescidas para o Município, em face da instauração do processo de execução fiscal, o qual, refira-se, tem sempre, na sua génese, uma causa gerada pelo devedor, no caso, o não pagamento voluntário. -----

8. Atenda-se, ainda, que nos termos do n.º 3, do artigo 85º, do Código do Procedimento e Processo Tributário, a concessão da moratória ou a suspensão da execução fiscal fora dos casos previstos na lei, quando dolosas, são fundamento de responsabilidade tributária subsidiária.

9. Nestes termos, não se torna possível proceder ao perdão das custas do processo, conforme solicitado pelo requerente, especialmente quando não apresenta qualquer justificação para o mesmo. -----

10. Na verdade, tal desiderato apenas seria possível, no caso de anulação da respetiva execução fiscal. -----

11. Sucede, porém, que a anulação de uma execução fiscal apenas pode ocorrer com base numa das causas legalmente previstas, o que não é o caso. -----

12. Poderá, contudo, o interessado requerer o pagamento em prestações, caso a situação económica do mesmo assim o justifique, nos termos do disposto nos artigos 196º e seguintes do Código do Procedimento e Processo Tributário. -----

13. Para o efeito, deverá apresentar requerimento nesse sentido juntando elementos que evidenciem a sua situação económica atual e que justifiquem o pagamento em prestações. -----

III - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente

deliberação, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo requerente, com base nas razões anteriormente expostas;

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Durante o mesmo prazo poderá o interessado, se assim o entender, requerer o pagamento em prestações, desde que a sua situação económica assim o justifique, devendo apresentar, para o efeito, os respetivos documentos comprovativos, tudo isto nos termos do disposto nos artigos 196º e seguintes do Código do Procedimento e Processo Tributário. --

d) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

e) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 3 de setembro de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 2018/09/04 -----

Visto. Concorde com a presente informação. Sugere-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à adoção de decisão nos termos desta informação técnica. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018/09/04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.04. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PERDÃO DE CUSTAS PROCESSUAIS ASSOCIADAS A PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL; - GRAÇA MARIA CARDOSO REIS. INF. 180/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 8633, datado do pretérito dia 27 de agosto de 2018, Graça Maria Cardoso Reis, veio solicitar que lhe seja concedido o perdão das custas devidas no âmbito dos processos de execução fiscal n.ºs 132 ao 146, todos a correr seus termos nesta autarquia local, no valor total de 95,25€. -----

2. Sendo certo que a requerente se predispõe a efetuar de imediato o pagamento da quantia exequenda, no caso, 312,00€. -----

3. Neste contexto, veio a ser solicitado a estes serviços a emissão da competente informação técnico-jurídica sobre a possibilidade de perdão das custas correspondentes. -----

4. Assim, cumpre-me informar, sobre a matéria, o seguinte: -----

II - Do direito -----

1. Começamos por referir que a dívida exequenda, objeto dos processos de execução fiscal atrás identificados, é referente a taxas municipais devidas pela ocupação de terrado na feira semanal, por parte da ora requerente. -----

2. Sobre esta matéria, dispõe o n.º 2, do artigo 20º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves, que as dívidas que não forem pagas voluntariamente serão objeto de cobrança coerciva através de um processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

3. Ora, no caso do prestador de serviços se tratar de um Município, então a cobrança coerciva dos valores em dívida deverá seguir a forma de execução fiscal, cujo procedimento se encontra regulado no Código de Procedimento e Processo Tributário, conforme a conjugação do art. 155º, do Código de Procedimento Administrativo e do art. 10º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações. --

4. Neste caso e porque se trata de tributos administrados por autarquias locais são estas as entidades competentes para o respetivo processo de execução fiscal, nos termos do n.º 1, do art. 7º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações. ---

5. Sendo certo que, por força do princípio da decisão, intentar uma execução fiscal para cobrança de valores em dívida e referentes a tributos administrados pelo Município consubstancia um verdadeiro poder - dever. -----

6. Tanto mais que, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 10º, do CPPT, cabe aos serviços responsáveis pela execução cobrar as custas dos processos e dar-lhes o destino legal. -----

7. Saliente-se, sobre esta matéria, que as custas destinam-se a cobrir as despesas acrescidas para o Município, em face da instauração do processo de execução fiscal, o qual, refira-se, tem sempre, na sua génese, uma causa gerada pelo devedor, no caso, o não pagamento voluntário. -----

8. Atenda-se, ainda, que nos termos do n.º 3, do artigo 85º, do Código do Procedimento e Processo Tributário, a concessão da moratória ou a suspensão da execução fiscal fora dos casos previstos na lei, quando dolosas, são fundamento de responsabilidade tributária subsidiária.

9. Nestes termos, não se torna possível proceder ao perdão das custas do processo, conforme solicitado pela requerente, especialmente quando não apresenta qualquer justificação para o mesmo. -----

10. Na verdade, tal desiderato apenas seria possível, no caso de anulação da respetiva execução fiscal. -----

11. Sucede, porém, que a anulação de uma execução fiscal apenas pode ocorrer com base numa das causas legalmente previstas, o que não é o caso. -----

12. Poderá, contudo, a interessada requerer o pagamento em prestações, caso a situação económica da mesma assim o justifique, nos termos do disposto nos artigos 196º e seguintes do Código do Procedimento e Processo Tributário. -----

13. Para o efeito, deverá apresentar requerimento nesse sentido juntando elementos que evidenciem a sua situação económica atual e que justifiquem o pagamento em prestações. -----

III - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, com base nas razões anteriormente expostas;

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Durante o mesmo prazo poderá a interessada, se assim o entender, requerer o pagamento em prestações, desde que a sua situação económica assim o justifique, devendo apresentar, para o efeito, os respetivos documentos comprovativos, tudo isto nos termos do disposto nos artigos 196º e seguintes do Código do Procedimento e Processo Tributário. ---

d) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

e) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 3 de setembro de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA SANDRA LISBOA DE 2018/09/04 -----

Visto. Concorro com a presente informação. Sugere-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à adoção de decisão nos termos desta informação técnica. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018/09/04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.04. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. PATRÍCIA ANDREIA BARBOSA DOS SANTOS INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº165/SHSDPC/N.º36/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.08.30-----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO VICE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. FRANCISCO MELO, DATADO DE 2018.08.31. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. SARA DANIELA CABELEIRA INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº167/SHSDPC/N.º77/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.04-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.09.04 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ALIENAÇÃO DE PATRIMÓNIO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. BAIRRO: FORTES:BLOCO J – CASA 6 INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº150/SHSDPC/N.º70/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.09.06-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.09.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ de 2018.09.14. -----

À reunião de Câmara para efeitos de aprovação e deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. -----

Proceda-se em conformidade com o teor da mesma, sendo autorizada a alienação do imóvel, pelo valor de 27.424,00€ (vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro euros), conforme o proposto no ponto 4.2 da presente informação. -----

Notifique-se. -----

4. ALIENAÇÃO DE PATRIMÓNIO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. BAIRRO: FORTES: BL I, CASA 13A. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº151/SHSDPC/N.º71/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.09.06-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.09.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ de 2018.09.14. ----

Visto. À reunião do executivo municipal para efeitos de aprovação e deliberação quanto ao proposto infra. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. -----

Proceda-se em conformidade com o teor da mesma, sendo autorizada a alienação do imóvel, pelo valor de 16.840,00€ (dezassex mil, oitocentos e quarenta euros), conforme o proposto no ponto 4.2 da presente informação. -----

Notifique-se. -----

5. REVISÃO DO VALOR DA RENDA. CRISTINA MARIA DA SILVA GOMES, BLOCO: 10 - 3.º ESQ.º (BAIRRO SOCIAL DOS AREGOS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº175/SHSDPC/N.º80/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.09.11-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.09.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES, DATADO DE 2018.09.14. ----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. PROJETO - INICIAÇÃO E ADAPTAÇÃO AO MEIO AQUÁTICO PARA CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO. INFORMAÇÃO Nº 200/2018. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL.SETOR DE JUVENTUDE E DESPORTO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Hoje em dia, o sedentarismo e a obesidade infantil é uma realidade presente em todo o mundo. O aumento da disponibilidade e diversidade das novas tecnologias contribuí para o desencorajamento da prática desportiva e atividades ao ar livre. Torna-se, portanto, essencial contrariar esta tendência e apelar aos hábitos de vida saudável, ao bem-estar e à saúde. Assim sendo, a sociedade, cada vez mais, deve ter um papel primordial no incentivo à prática de atividade física. ----

Como sabemos a atividade física ajuda no combate à obesidade e traz enormes benefícios físicos e psicológicos, tais como, fortalecimento dos músculos e ossos e melhora a auto-estima da criança. Além destes enormes benefícios, promove ainda laços sociais de amizade, partilha de sentimentos e ideias e valorização social. -----

Neste sentido, o Município de Chaves tem promovido diversos projetos na área do desporto, de forma a incentivar os jovens a adotar um estilo de vida saudável e oferecendo oportunidades de interação social. ----

De forma a prosseguir tal desiderato, diversificando-o, o Sr. Vereador do Pelouro do Desporto, solicitou a elaboração de um projeto baseado na criação de um serviço que proporcione a iniciação e adaptação ao meio aquático, que concorra às crianças e Jovens do Concelho de Chaves. Este projeto surgiu da necessidade de promover e desenvolver atividades aquáticas no município potenciando os recursos da cidade, sendo a natação, para além de um desporto técnico exigente, uma atividade de impacto muito significativo no crescimento e desenvolvimento de crianças e jovens. -----

II - Fundamentação -----

Considerando que de acordo com a alínea f) do ponto 2 do artigo 23º os Municípios dispõem de competências no âmbito dos tempos livres e desporto, sendo que por sua vez, de acordo com a alínea u) do artigo 33º da referida Lei, compete à Câmara Municipal "apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças"; -----

Considerando o procedimento de consulta prévia nº 14/SC/2018, lançado pelo Município de Chaves para a contratação de serviços de professores de educação física e/ou desporto para a realização das atividades desportivas do Município de Chaves, no período de 1 de Setembro de 2018 a 31 de Agosto de 2019, onde se incluía a atividade do ensino da natação para crianças e jovens do Concelho de Chaves; -----

Considerando que o projeto para iniciação e adaptação ao meio aquático se destina a crianças do Concelho de Chaves, entre os 5 e os 16 anos, sendo que haverá um limite de inscrições por cada turno, (4 turnos, I e II, adaptação ao meio aquático - III e IV, aprendizagem/aperfeiçoamento), no caso da adaptação ao meio aquático será de 10 alunos, e de aprendizagem e aperfeiçoamento será de 16 alunos; -----

Considerando que de acordo com as Normas Internas de Funcionamento do serviço de iniciação e adaptação ao meio aquático, em anexo à presente informação, a o mesmo decorrerá do dia 01 de Outubro de 2018 ao dia 29 de Junho de 2019, de segunda a sábado, das 18h00 às 19h00 e das 10h00 às 12h00, respetivamente; -----

Considerando que de acordo com a tabela de tarifas, constantes nas Normas Regulamentares da Piscina Municipal o valor a pagar pela entrada na Piscina Municipal, com cartão de eurocidadão, para crianças e jovens dos 7 aos 17 anos é de 0,40€; -----

Considerando que de acordo com o valor acima referido um aluno pagaria trimestralmente, frequentando 2 horas semanais, o valor de 9,60€, estimou-se que os participantes do serviço de natação efetuarão uma inscrição no valor de 15,00€ trimestralmente (IVA incluído à taxa legal em vigor), uma vez que acresce a monitorização das aulas por um técnico licenciado na área do desporto, a utilização de material desportivo e o seguro desportivo; -----

Considerando que se mostra necessário combater desistências que ponham em causa o acesso de outras crianças; -----

Considerando que a receita a cobrar proveniente da inscrição nas atividades desportivas - piscinas municipais, tem enquadramento na seguinte rubrica orçamental da receita:" 07020804 - serviços desportivos"; -----

Considerando que as inscrições abrirão após a aprovação do projeto pelo executivo camarário, sendo que decorrerão no Gabinete de Atendimento do Município de Chaves. -----

Considerando a necessidade de realização de um seguro desportivo para os participantes nas atividades; -----

Considerando ainda a necessidade de aquisição de material desportivo para que se proporcione uma atividade mais dinâmica e motivadora para as crianças e jovens, decorrendo a mesma com toda a segurança. -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Face ao exposto e considerando que o projeto apresentado é de interesse municipal, propõem-se ao executivo camarário que delibere sobre o seguinte: -----

1. Aprovação do Projeto "Serviço de iniciação e adaptação ao meio aquático", de acordo com a fundamentação anteriormente exposta; ----

2. Aprovação das Normas Internas de Funcionamento do serviço de iniciação e adaptação ao meio aquático, as quais se anexam à presente informação; -----

3. De acordo com as Normas Internas de Funcionamento do serviço, aprovação da tarifa a aplicar na inscrição no valor de 15,00€ por trimestre, (Iva incluído à taxa legal em vigor) de acordo com a tabela seguinte: -----

Turnos	Horário	Idades	Valor (trimestre)	Nº Limite de inscrições/trimestre
I turno	terça-feira, 18h00-19h00 sábado 10h00-11h00	5 aos 9 anos	15,00€ (Iva incluído à taxa legal em vigor)	10 alunos
II turno	quinta-feira 18h00-19h00 sábado 11h00-12h00	5 aos 9 anos	15,00€ (Iva incluído à taxa legal em vigor)	10 alunos
III turno	segunda-feira 18h00-19h00 quarta-feira 18h00-19h00	10 aos 16 anos	15,00€ (Iva incluído à taxa legal em vigor)	16 alunos
IV turno	quarta-feira 18h00-19h00 sexta-feira 18h00-19h00	10 aos 16 anos	15,00€ (Iva incluído à taxa legal em vigor)	16 alunos

4. A provação das despesas inerentes ao respetivo projeto, a saber: Aquisição de bens: -----

Designação	Valores estimativos	Rubrica Orçamental	Tipo de procedimento
Aquisição de vestuário para identificação dos professores	300,00€	02.01.07.99	Ajuste direto regime simplificado
Aquisição de material	1540,00€	02.01.21.99	

Seguro dos participantes	624,00€	02.02.12	
TOTAL	2.464,00€		

Estes valores acrescem de IVA à taxa legal em vigor.

5. Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição do cabimento, bem como, do respetivo compromisso, em cumprimento com a LCPA; -----

6. Publicitação: dado que as inscrições são limitadas, deverá ser publicitada no site da Câmara Municipal o dia de abertura das inscrições, sendo que as vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de chegada através de preenchimento da ficha de inscrição, em anexo à presente informação. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 13 de setembro de 2018 -----

O Técnico Superior, -----

(Maciel Duque) -----

Em anexo: -----

1) Normas Internas de Funcionamento do serviço de iniciação e adaptação ao meio aquático. -----

2) Ficha de Inscrição. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL, ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.09.13 -----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR MARCELO DELGADO DE 2018.09.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018/09/17 -----

À reunião de Câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra o vereador do PSD, Arqt. Carlos Castanheira Penas, tendo, sobre a matéria, tecida os seguintes comentários: -----

1. A Câmara Municipal de Chaves sempre tentou potenciar as diversas modalidades desportivas, particularmente, quando a sociedade civil não dá resposta à sua efetiva promoção e ou desenvolvimento, através dos clubes e ou associações existentes no concelho. -----

2. Na área da natação, existem, atualmente, dois clubes a ocupar o espaço municipal - piscina - desenvolvendo tal prática desportiva. -

3. Neste contexto, a autarquia não deveria desenvolver esta iniciativa, em homenagem ao princípio de gestão, anteriormente destacado. -----

4. Daí a sua posição desfavorável à aprovação da presente proposta. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Vice - Presidente da Câmara, Dr. Francisco Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, em aditamento ao corpo fundamentador da proposta, referido o seguinte: -----

1. O Município não tem, como em outras modalidades, desenvolvido a iniciação da natação com o apoio a crianças e jovens. -----

2. Para além do mérito desportivo da proposta, a mesma deve ser perspectivada como uma atitude cautelosa da autarquia, perante a eventual paralisação da atividade desportiva, na área da natação, promovida pelos clubes existentes, os quais não vêm conseguido, ao

longo dos últimos anos, honrar os seus compromissos financeiros, nomeadamente, no que concerne ao pagamento, à autarquia, dos encargos com a disponibilização das instalações municipais - piscina municipal. Sequencialmente usou, ainda, da palavra o Presidente da Câmara, no sentido de sublinhar que a autarquia, com a aprovação da presente proposta, não está a criar nenhuma escola de natação. -----

A autarquia o que pretende, de facto, é encontrar uma solução que permita dar continuidade ao serviço público prestado e com incidência da prática desportiva, na área da natação. -----

Por último, usou da palavra, a vereadora do PSD, Dra. Manuela Tender, tendo referido, sobre a matéria, em apreciação, o seguinte: -----

1. Chaves e os seus atletas, têm obtido diversos prémios, na área do desporto, facto que comprova o mérito da ação desenvolvida, pelos clubes e ou associações desportivas existentes no concelho. -----

2. Tal ação meritória deveria levar a autarquia a encetar diligências, junto dos clubes e ou associações desportivas, em vista à regularização das dívidas existentes, junto da autarquia, e associadas à cedência de instalações municipais, no caso, das piscinas municipais. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou, novamente, da palavra, o Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco Chaves de Melo, tendo, informado que os clubes, na vertente competitiva de atletas em provas ou treinos para as mesmas, não pagam pela utilização das piscinas, pelo que, os clubes, continuarão a poder, gratuitamente, desenvolver as modalidades em que se inscrevam. -----

As escolas, nas aulas de natação, pagam à autarquia as pistas que utilizam, mesmo sendo públicas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, aprovar por maioria, com os votos contra dos vereadores do Partido Social Democrata, Arqt. Carlos Augusto Castanheira Penas e Dra. Maria Manuela Pereira Tender, a proposta, em apreciação. -----

Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PONTO DE ÁGUA DE COMBATE A INCÊNDIOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 773/17 - CONSELHO DIRETIVO DOS BALDIOS DE SEGIREI, FREGUESIA DE S. VICENTE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 10.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 1489/18, em 17 de julho de 2018, veio o Conselho Diretivo dos Baldios de Segirei, pessoa coletiva de Direito Público, NIPC 9018827, representado pelo Exmo. Sr. Manuel Rui Barreira Fernandes, na qualidade de presidente do referido concelho diretivo, requer a junção de elementos ao processo n.º 773/17, para cumprimento do enunciado na informação técnica, datada de 16/02/2018, (ofício n.º 133/DGOT/2018, de 02/04/2018) , com vista à legalização das obras de construção de um ponto de água⁽⁴⁾, de 1.ª ordem para combate aos incêndios florestais, levado a efeito em terreno baldio, abaixo identificado e localizado, de acordo com o Regulamento do PDM de Chaves na sua atual versão, como espaços agrícolas e florestais (classe 4), categoria 4.3 - espaços agroflorestais, subcategoria 4.3 A - espaços agroflorestais comuns, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação⁽⁵⁾, RJUE, em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação⁽⁶⁾, RMUE, sito em Segirei, freguesia de São Vicente, concelho de Chaves.-----

1.2. Para tal instruiu o presente pedido, para além do requerimento, o projeto de abastecimento de água;-----

1.3. Também apresentou via email, remetido em 03/05/2018, os seguintes documentos:-----

- Acta n.º7, da Assembleia de Compartes de Segirei, datada de 08/11/2018;-----

⁴ com funções de apoio ao reabastecimento dos equipamentos de luta contra incêndios -----

⁵ consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações -----

⁶ publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º732/2015 -----

- Planta de consulta, à escala 1:2000;-----
- Ortofomapas.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

De acordo com a caderneta predial rústica emitida pela Internet em 2018/01/08, apresentada, o prédio rústico situado em Rego de Água, freguesia de S. Vicente, confronta de poente com caminho e nas restantes confrontações com particulares, descrito de mato, com uma área total do terreno de 4.710 m², inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo matricial n.º5771 ARV, a favor do Conselho Diretivo dos Baldios de Segirei-----

3. ANTECEDENTES -----

3.1 Através do requerimento/exposição, expedido em 20/10/2017, pelos serviços de atendimento, desta Autarquia sob o n.º11254/17, o Sr. Mário José dos Anjos, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente da Raia e o Sr. Manuel José Barreira Fernandes, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Segirei, apresentaram um pedido de apoio técnico para a elaboração e emissão do respetivo licenciamento, que antecede a construção de um ponto de água de 1.ª ordem para combate aos incêndios florestais, de acordo com o aprovado no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios do Concelho de Chaves, o qual se projeta no prédio rústico acima identificado. Em face do exposto o Sr. Presidente da Camara Municipal de Chaves, Dr. Nuno Vaz, decidiu encaminhar o referido pedido para a Divisão de Projetos e Mobilidade, DPM, tendo sido registado, de acordo com o protocolo de registos de documentos, sob o requerimento n.º2005/17, datado de 09/11/2017, que deu origem ao processo n.º773/17

3.2 Em 06/02/2018, o Sr. Engenheiro Ângelo Teixeira, informou verbalmente a DPM, que o projeto, com vista ao licenciamento já se encontrava a ser elaborado pela Associação Florestal e Ambiental do Conselho de Chaves, AFACC. Nesse contexto e nesse mesmo dia o Sr. Eng.º Abel Peixoto, Chefe da DPM, decidiu comunicar ao do Concelho Diretivo dos Baldios de Segirei, tal circunstancia.-----

3.3 Em 16/02/2018, o Sr. Mário José dos Anjos, na qualidade de Presidente da Junta de freguesia de São Vicente da Raia, tomou conhecimento pessoal, do despacho do Eng.º Abel Peixoto, Chefe da DPD que recaiu no requerimento/exposição, expedido em 20/10/2017. -----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NO REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO CONSAGRADO NO DL 555/99 DE 09/09 E ULTERIORES ALTERAÇÕES

O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL n.º 555/99, de 16/12, na sua versão final, em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6, do artigo 73.º-C do referido regulamento e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma;-----

O referido Auto de Vistoria n.º71/2018, encontra-se em anexo à presente informação.-----

5. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS E RESPONSABILIDADE-----

5.1 O pedido encontra-se instruído com os elementos necessários ao procedimento em análise. No que concerne ao levantamento topográfico, apresentado, caso se venha a tornar necessário confirmar posteriormente a implantação do referido ponto de água, tal tarefa deverá vir a ser executada pelo Sector de Topografia, da Divisão de Projetos e Mobilidade, da Camara Municipal de Chaves.-----

5.2 São apresentados os termos de responsabilidade do projeto de estabilidade e do projeto de abastecimento de água, subscritos por técnicos legalmente habilitados.-----

6. ANÁLISE DO PEDIDO / PROPOSTA-----

6.1. Em conformidade com o n.º 6, do artigo 73.º-C do RMUE, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável;-----

6.2 De acordo com vistoria realizada em 02 de agosto de 2018, resultou o respetivo Auto de Vistoria n.º 71/2018 que refere a necessidade de obras de correção e/ou adaptação no "ponto de água", objeto de vistoria, por quanto se constatou, no local, que não se encontrava executado o prolongamento até ao solo do tubo de descarga, quando o tanque atinge a cota máxima e construção da caixa de betão para proteção da torneira de saída de água;-----

6.3 Através de requerimento/exposição datado de 08/08/2018⁽⁷⁾, o Conselho Diretivo dos Baldios de Segirei, apresenta documentação fotográfica probatória que as obras de correção identificadas no auto de vistoria n.º 71/2018, emitido em 02/08/2014 e necessárias ao bom funcionamento do ponto de água de 1.ª ordem para combate aos incêndios florestais, levado a efeito em terreno baldio, já foram realizadas;

6.4. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras de construção, patenteadas no projeto a que se fez referência. Nestes termos, no respetivo título, correspondente a uma licença de obras de construção de um ponto de água de 1.ª ordem para combate aos incêndios florestais, deverá constar a menção expressa que as obras foram objeto de legalização, por parte deste Município, destinando-se as mesmas à prestação de um serviço público, ou seja para apoio logístico no combate aos incêndios florestais.----

7. TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO				
Secção IV EDIFICAÇÕES				
Subsecção I APRECIACÃO DE OPERAÇÕES DE CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO				
Artigo 34.º	(analogamente) Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processo referentes a edifícios identificados nos números anteriores	1,00	43,20 €	43,20 €
Subsecção IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)				
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação	1,00	64,85 €	64,85 €
n.º 11	(analogamente) Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processo referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1, por m2	75,69	1,00 €	75,69 €
n.º 16	prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	0,00	11,85 €	0,00 €
Secção V VISTORIAS				
Artigo 76.º Outras vistorias				
n.º 6	Para a realização de outras vistorias não especificamente previstas	1	54,00 €	54,00 €
TOTAL				237,74 €

⁷ de acordo, com o protocolo de registos de documentos, o mesmo foi entregue nos serviços da Divisão de Águas e Resíduos, sendo em 13/08/2018 encaminhado para Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, no âmbito do presente processo, sendo em 29/10/2014 -----

Mais se informa que, caso os estatutos do Conselho Diretivo dos Baldios de Segirei, pessoa coletiva de Direito Público, NIPC 9018827, beneficiem da isenção ou redução das respetivas taxas aplicáveis à pretensão, poderá a requerente, se assim o entender vir a processo requerer, a respetiva isenção ou redução, nos termos do disposto do artigo 19.º, do Regulamento Municipal n.º 314/2010.-----

Por último propõe-se ainda que se dê a conhecer ao Conselho Diretivo dos Baldios de Segirei, pessoa coletiva de Direito Público, NIPC 9018827, o Auto de vistoria n.º 71/2018, emitido em 02/08/2018.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11.09.2018:-----

Visto. Atentos aos fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à legalização das obras reportadas neste documento (construção de um tanque de água), devendo o respectivo título ser consubstanciado por alvará de licença especial de legalização a requerer pelo Conselho Directivo de Baldios de Segirei.-

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018/09/14.-----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE, 2ª PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO - INFORMAÇÃO N.º 38/SPMOT/2018 DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO DATADA DE 10.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - INTRODUÇÃO -----

1. A presente informação tem por objeto o Plano de Pormenor da Fonte do Leite (doravante designado por PPFL) e visa, por um lado, avaliar o estado de execução do plano desde a sua entrada em vigor; por outro lado, visa expor as razões de facto e de direito que justificam a alteração da calendarização da execução do plano, através da alteração do Programa de Execução e Plano de Financiamento, documento que faz parte do capítulo 5 do Relatório Técnico do PPFL.-----

II - ANTECEDENTES-----

1. A elaboração do Plano de Pormenor da Fonte do Leite (PPFL) foi determinada por deliberação tomada em reunião pública da Câmara Municipal realizada em 21-05-2008, tendo por base a proposta apresentada pela Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico de 14-05-2008. O Aviso n.º 19131/2008 que divulgou a decisão de elaboração do plano, os objetivos a atingir e a abertura do período de participação preventiva, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, N.º 125, de 01-07-2008.-----

2. Decorridas as fases de acompanhamento da elaboração do PPFL (por parte de entidades da administração central representativas dos interesses a ponderar na área de intervenção do plano), de concertação

e de discussão pública, o PPFL foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Chaves tomada em sessão realizada em 25-11-2009, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal em sua reunião realizada em 16-11-2009, tendo sido publicado em Diário da República, 2.ª série, N.º 245, de 21-12-2009, em cumprimento do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na redação que estava em vigor naquela data (Decreto-Lei n.º 380/99 de 22/09, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 e ulteriores alterações).---

3. A publicação do plano em diário da República incluiu o Regulamento, bem como as plantas de implantação e de condicionantes, documentos que integram a constituição documental do plano.-----

4. Em conformidade com o previsto no Regulamento do PPFL, as matérias respeitantes ao regime das compensações devidas pela realização de operações urbanísticas dentro da unidade de execução delimitada no plano, obrigam à implementação de mecanismos de perequação compensatória tendo em vista a distribuição equitativa de benefícios e de encargos, a estabelecer em regulamento municipal.-----

5. O Regulamento de Compensações do PPFL foi aprovado por deliberação tomada em sessão da Assembleia Municipal de Chaves realizada em 28-02-2011 e foi publicado em Diário da República, 2.ª Série, N.º 50, de 11-03-2011 através do Regulamento n.º 176/201, documento que permitiu a aplicação dos mecanismos de perequação compensatória decorrentes da concretização do plano na unidade de execução nele delimitada.-----

6. A execução do PPFL, nos termos definidos nos respetivos regulamentos aplicáveis (Regulamento do Plano e Regulamento de Compensações) é implementada através do sistema de cooperação. No âmbito de aplicação deste sistema, a iniciativa da execução do plano pertence ao município com a cooperação dos proprietários, numa atuação coordenada, de acordo com a programação estabelecida pelo município (no Programa de Execução e Plano de Financiamento do plano) e nos termos de adequado instrumento contratual - Contrato de Urbanização - no qual são estabelecidos os direitos e as obrigações das partes envolvidas (município e proprietários).-----

7. Tendo em vista o início da implementação do PPFL, em particular, a conclusão da execução da Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 2)⁸, integrado na estrutura viária primária que abrangia partes de quatro parcelas de terreno inseridas na unidade de execução do PPFL e cuja realização dependia da sua aquisição ou do sucesso da implementação dos mecanismos de perequação preconizados no plano, o município iniciou o estabelecimento de contactos com os proprietários abrangidos a partir do mês de maio de 2011.-----

8. Tais contactos envolveram a realização de reuniões de trabalho destinadas a promover uma avaliação conjunta da minuta do contrato de urbanização, previamente comunicada pelo município aos interessados como base de negociação, esclarecer o seu conteúdo/clausulado e auscultar a vontade dos proprietários em participar no sistema de cooperação preconizado para a execução do plano e indissociável da outorga de contratos de urbanização.-----

9. Nas mencionadas reuniões constatou-se o desinteresse e a indisponibilidade dos proprietários em participar no sistema de cooperação perfilhado no PPFL, o que inviabilizou a aplicação dos mecanismos de perequação compensatória e a celebração de contratos de urbanização.-----

⁸ Identificada por Eixo 3 - Via Distribuidora Local a Norte na planta de implantação do PPFL. -----

10. Foram igualmente realizadas diversas reuniões de trabalho com a empresa A. Santo - Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A., na qualidade de proprietária das parcelas identificadas na Planta Cadastral do referido plano sob os n.ºs 36, 37, 39, 61, 64, tendo em vista a implementação da primeira subunidade de execução do plano, através da realização de operações urbanísticas a levar a efeito nas referidas parcelas, bem como na parcela n.º 35 (inicialmente na posse do Município de Chaves) e que era necessária para a implementação do Centro Comercial previsto no lote n.º 1 da Planta de Implantação do plano.-----

11. A negociação levada a cabo entre o município e a empresa mencionada foi bem sucedida e culminou com a aprovação das minutas do Contrato de Urbanização (e respetivos anexos) e da Revogação do Contrato-Promessa de Compra e Venda⁹, em sessão da Assembleia Municipal de Chaves realizada em 21-12-2011, sob proposta da Câmara Municipal em reunião realizada em 11-12-2011. Tais documentos contratuais foram assinados pelas partes em 27-01-2012.-----

III - DA AVALIAÇÃO DO ESTADO DE EXECUÇÃO DO PPFL-----

Neste capítulo serão relatadas as principais fases da execução do plano, atendendo à programação e aos sistemas de execução preconizados no PPFL.-----

PRIMEIRA FASE-----

1. A primeira fase de execução do PPFL foi, exclusivamente, centrada na concretização da estrutura viária primária nele prevista, em concreto, o Eixo 3 - Via Distribuidora Local a Norte e o Eixo 2 - Circular Interna de Chaves, que integram a denominada "Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital".-----

2. Para o efeito, foram indispensáveis parcelas de terreno abrangidas pela unidade de execução delimitada no PPFL, pertencentes a diversos proprietários que, confrontados com o sistema de cooperação adotado para a execução do plano, recusaram, liminarmente, a adesão a tal sistema de execução e a celebração dos correspondentes contratos de urbanização com o município.-----

3. Tendo em consideração a impossibilidade de implementação do sistema de cooperação preceituado no plano e tendo em vista a concretização da primeira fase da sua execução, de acordo com a calendarização estabelecida e, simultaneamente, a viabilidade da conclusão da via em causa em tempo oportuno, foram reunidos os pressupostos de facto e de direito necessários à aplicação do estabelecido no n.º 3, do artigo 17.º do Regulamento do plano, ou seja, na *"impossibilidade de execução do PPFL pelo sistema de cooperação, caso haja proprietários que não estejam em acordo com o modelo distributivo preconizado pelo plano, a Câmara Municipal pode optar pelo sistema de imposição administrativa"* previsto no artigo 124.º do RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e ulteriores alterações (diploma em vigor naquela data). -----

⁹ Contrato-Promessa de Compra e Venda de dois prédios urbanos sitos no lugar de Valongo, Fonte do Leite, freguesia de Valdanta, celebrado entre as partes em 14 de fevereiro de 2008, na sequência de um procedimento concursal conducente à alienação de dois prédios urbanos, integrados no domínio privado municipal, «destinados ao desenvolvimento e concretização de projeto urbanístico, o qual deverá contemplar uma Zona Comercial e um Centro Coordenador de Transportes» e que incluía a elaboração de um Plano de Pormenor. -----

4. Tendo em consideração o disposto no n.º 1 e na alínea a), do n.º 2, ambos do Artigo 128.º daquele diploma, "as faixas adjacentes contínuas, com a profundidade prevista nos planos municipais de ordenamento do território, destinadas a edificações e suas dependências, nos casos de abertura, alargamento ou regularização de ruas, praças, jardins e outros lugares públicos" podem ser expropriadas por causa da utilidade pública da execução do plano. Neste sentido, a expropriação passaria a funcionar como mecanismo de execução do plano, cujo procedimento decorreria nos termos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro.-----

5. A declaração formal do insucesso do sistema de cooperação preconizado no plano e a resolução de expropriar foram deliberadas em sessão da Assembleia Municipal realizada em 29-09-2011, sob proposta da Câmara Municipal em reunião realizada em 19-09-2011, tendo por base a Informação/Proposta conjunta apresentada pela Divisão de Planeamento, Ambiente e Ordenamento do Território e pela Divisão de Contratação e Apoio aos Procedimentos Expropriativos, datada de 14-09-2011. Esta proposta incluiu a primeira alteração ao Programa de Execução e Plano de Financiamento¹⁰ do PPFL, de modo a ajustar e atualizar este documento quer à calendarização efetivamente prevista naquela data para a execução das vias mencionadas, quer ao Contrato de Urbanização que estava em negociação e desenvolvimento entre o Município de Chaves e a empresa A. Santo - Empreendimentos Industriais e Turísticos S.A. -----

6. O novo Programa de Execução e Plano de Financiamento¹¹ das ações previstas foi repartido em 4 períodos temporais:-----

- a) Imediato (com prazo de execução inferior a 2 anos);-----
- b) Curto Prazo (com execução entre 2 e 5 anos);-----
- c) Médio Prazo (com execução entre 5 e 7 anos);-----
- d) Longo Prazo (com execução superior a 7 anos);-----

7. O Eixo 3 - Via Distribuidora Local a Norte foi concluído e inaugurado em 27-07-2012, sob o topónimo «Avenida Júlio Montalvão Machado» e o Eixo 2 - Circular Interna de Chaves também foi concluído e inaugurado em 29-08-2015, sob o topónimo «Avenida da República», em coerência com o Programa de Execução e Plano e Financiamento supramencionado (primeira alteração), permitindo o cumprimento das ações de execução imediata e de curto prazo. -----

SEGUNDA FASE-----

8. A segunda fase da execução do plano é suportada no Contrato de Urbanização celebrado entre o Município de Chaves e a empresa A. Santo - Empreendimentos Industriais e Turísticos S.A. em 27 de janeiro de 2012, instrumento que tem como âmbito e objeto disciplinar as condições detalhadas de execução do PPFL, através do estabelecimento de obrigações, prazos e responsabilidades recíprocas de cada uma das partes contraentes, relativamente à execução do plano. Este instrumento contratual abrange prédios do município e daquela empresa necessários à implementação de subunidades de execução do PPFL correspondentes a uma ou várias operações urbanísticas.-----

9. De acordo com o Programa de Execução e Plano e Financiamento do PPFL e com o contrato de urbanização mencionado, a primeira subunidade a executar por aquela empresa envolveria a construção do Centro

¹⁰ Documento que integra o capítulo 5 do Relatório Técnico do PPFL - documento de acompanhamento do plano. -----

¹¹ Cujas cópia se anexa para o devido conhecimento. -----

Comercial, com implementação a médio prazo, ou seja, com início entre 5 a 7 anos (ou seja, com termo do prazo no mês de janeiro de 2019).--

10. A implementação desta primeira subunidade de execução foi sempre considerada como uma ação âncora, determinante para promover e dinamizar aquela área do território municipal e incentivar os particulares a executar as restantes operações urbanísticas previstas neste plano de pormenor. -----

12. A execução do contrato de urbanização em causa tem vindo a ser supervisionada pelos serviços técnicos do município através da realização de relatórios de monitorização e de reuniões entre as partes envolvidas, as quais têm vindo a ser registadas em Atas ou Autos de Diligência, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 64.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

13. Em resumo, junto se apresenta um quadro síntese da avaliação da execução do plano, com base no quadro de programação das ações previstas constante do Programa de Execução e Plano de Financiamento do PPFL aprovado em 29-09-2011.-----

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS ACÇÕES PREVISTAS NO PPFL						
Projetos e Obras	Prazos				Execução	
	Imediato (< 2 anos)	Curto Prazo (2 a 5 anos)	Médio Prazo (5 a 7 anos)	Longo Prazo (> 7 anos)	Sim	Não
Conceção e Construção da estrutura viária primária						
Eixo 3 (Troço entre a rotunda 6 e a rotunda 5)						
Eixo 2 - Circular Interna de Chaves (Troço entre a rotunda 6 e a rotunda 4)						
Troço do Eixo 4 (entre a rotunda 4 e a via 3)						
Execução de infraestruturas públicas (estrutura viária secundária)						
Vias 1 e 2 - ligação entre Eixo 3 e Lote n.º 1						
Remodelação do Afluentes "A" até à ribeira de Sanjurge						
Arranjo das margens do Afluentes "B" até à ribeira de Sanjurge						
Execução das restantes infraestruturas (estrutura viária secundária e espaços verdes e de utilização coletiva)						
Estrutura viária secundária						
Conceção e Construção dos Equipamentos Públicos						
Parque Urbano 1.ª fase						
Parque Urbano 2.ª fase						
Centro Coordenador Transportes						

14. A área da unidade de execução do plano é de 177.948,0m² e a área ocupada pelas ações já concluídas e abrangidas pela unidade de execução é de 28.833,0m², representando uma taxa de execução de cerca de 16,2%, em termos territoriais. No entanto, uma grande parte/área das vias executadas (sobretudo o Eixo 2), embora não abrangida pela unidade de execução delimitada no PPFL, integra a área de intervenção deste plano.

15. Atendendo à reduzida taxa de execução do PPFL considera-se oportuno, numa fase subsequente, fazer uma avaliação global da proposta urbanística contida no plano e, em caso de necessidade, dar início a um procedimento de alteração do plano, nos termos previstos

no artigo 118.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial aprovado pelo Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

IV - DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PPFL-----

1. A partir de junho de 2017, a promotora A. Santo - Empreendimentos Industriais e Turísticos S.A. tem vindo a solicitar a reprogramação da execução do plano, propondo um período adicional entre 4 a 5 anos para a execução das obrigações assumidas por esta empresa no âmbito do contrato de urbanização.-----

2. Em resposta a este pedido e tendo em consideração que o prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação contratual de iniciar a implementação da operação urbanística do Centro Comercial termina no mês de janeiro de 2019, estes serviços recomendaram a realização de uma reunião entre as partes signatárias do contrato de urbanização para avaliação e ponderação conjunta dos impactos que tal prorrogação poderia provocar na execução do PPFL, assim como a necessária alteração do âmbito e objeto do contrato de urbanização celebrado, de modo a retirar a parcela n.º 66 (que, entretanto, já não pertence àquela empresa) e o consequente ajustamento quer do valor da perequação compensatória, quer dos prazos de execução das obrigações das partes contraentes.-----

3. Recorda-se que parte das obrigações assumidas pelo município no âmbito daquele contrato estão diretamente relacionadas e/ou condicionadas pelo cumprimento das obrigações da promotora A. Santo, S.A., designadamente, a construção do Centro Coordenador de Transportes e das Vias 1 e 2 - ligação entre Eixo 3 e Lote n.º 1, a Remodelação do Afluente "A" até à ribeira de Sanjurge e a construção do Troço do Eixo 4 (entre a rotunda 4 e a Passagem Hidráulica sobre a ribeira de Sanjurge).-----

4. A reunião entre o novo executivo municipal e a empresa citada realizou-se no pretérito dia 2 de julho, tendo sido admitida uma prorrogação do prazo para o início da implementação do Centro Comercial com um horizonte temporal de mais 2 anos, devendo a empresa apresentar novo requerimento nesse sentido, para efeitos de apreciação por parte dos serviços técnicos, em vista a submeter, em tempo oportuno, a apreciação e decisão dos órgãos municipais competentes.-----

5. O requerimento em causa, com a Ref. 2018-AST-1444 de 28-07-2018, veio a ser registado no Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação com o n.º 7498, em 03-08-2018.-----

6. Tendo em consideração toda a argumentação exposta pela empresa nos diversos requerimentos apresentados, fundamentada na alteração profunda das circunstâncias sociais e económicas no país, na sequência da crise económica e financeira vivida desde 2008 e 2009, agravada durante o período de assistência financeira por parte da Troika, considera-se aceitável a prorrogação do prazo por mais 2 anos.-----

7. Contudo, a aceitação da prorrogação da execução das obrigações assumidas pela empresa por mais 2 anos, determina:-----

a) A elaboração de uma proposta de alteração do Programa de Execução e do Plano de Financiamento do PPFL (documento que pode ser revisto sempre que a Câmara Municipal de Chaves entender terem-se tornado inadequadas as disposições nele consagradas), a submeter a decisão dos órgãos executivo e deliberativo municipais;-----

b) A alteração, em fase subsequente, do contrato de urbanização celebrado entre o município e a A. Santo, S.A., nos termos mencionados no ponto 3 deste capítulo, cuja minuta deverá também ser submetida a apreciação e decisão do órgão executivo municipal e, depois de assinada, levada ao conhecimento do órgão deliberativo municipal.-----

16. Assim sendo, propõe-se, nesta fase, o ajustamento da programação física das ações previstas no plano a médio e longo prazos, com a seguinte repartição temporal:-----

- e) Imediato (com prazo de execução inferior a 2 anos);-----
- f) Curto Prazo (com execução entre 2 e 5 anos);-----
- g) Médio Prazo (com execução entre 5 e 9 anos);-----
- h) Longo Prazo (com execução superior a 9 anos);-----

17. Este ajustamento constará da segunda alteração ao Programa de Execução e Plano de Financiamento do PPFL, complementado por uma peça desenhada com a distribuição espacial da nova programação das ações previstas.-----

18. A segunda proposta de alteração do Programa de Execução e Plano de Financiamento contém ainda uma ligeira atualização em termos de enquadramento legal e dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento em vigor, sem qualquer alteração do quadro de financiamento das ações, uma vez os valores indicados serem estimados e não necessitarem de atualização nesta data, até porque o valor final das ações previstas só será conhecido aquando da sua efetiva execução.-

V - CONSIDERAÇÕES DO PARECER E PROPOSTA DE DECISÃO-----

1. Tendo em consideração que a alteração do Programa de Execução e Plano de Financiamento do PPFL não representa qualquer modificação da constituição documental do plano (plantas de implantação e de condicionantes e regulamento);-----

2. Tendo em consideração que a reprogramação da execução do plano, com a prorrogação do prazo de execução das ações a médio e longo prazos por mais 2 anos, determina a alteração, em fase subsequente, do contrato de urbanização celebrado entre o município e a A. Santo, S.A., cuja minuta deverá também ser submetida a apreciação e decisão do órgão executivo municipal;-----

3. Tendo por referência as atribuições do Município no domínio do "*Ordenamento do território e urbanismo*", estabelecidas na alínea n) do n.º 2 do artigo 23.º do ANEXO I (a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais;-----

4. Tendo por referência as considerações sobre a avaliação do estado de execução do plano, bem como as razões fundamentadoras da proposta de alteração do Programa de Execução e Plano de Financiamento do PPFL, respetivamente elencadas nos capítulos III e IV desta informação;----

5. Atendendo ao exposto, sou a propor que a presente informação/proposta seja submetida à consideração do Executivo Municipal para a adoção da seguinte estratégia procedimental-----

a) **Aprovar a 2.ª alteração do Programa de Execução e Plano de Financiamento do Plano de Pormenor da Fonte do Leite**, de acordo com os documentos anexos;-----

b) **Submeter a presente proposta à próxima sessão da Assembleia Municipal para efeitos de deliberação consubstanciada na aprovação do documento em causa**, no âmbito das competências deste órgão deliberativo em termos de planeamento, estabelecidas na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º do ANEXO I (a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

6. Por último, caso a presente proposta venha a ser aprovada pela Assembleia Municipal de Chaves, considera-se que a Câmara Municipal ficará legitimada para proceder à alteração do Contrato de Urbanização com a empresa A. Santo - Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A., nos termos anteriormente expostos, o qual, depois de assinado pelas partes, deverá ser levado ao conhecimento daquele órgão deliberativo.-----

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11.09.2018: -----
 Visto. Concorde. Atentas as razões de facto e de direito circunstanciadamente enunciadas nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido do Executivo Municipal vir a adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos preconizados nas alíneas a) e b), do item "V - CONSIDERAÇÕES DO PARECER E PROPOSTA DE DECISÃO", deste documento. -----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.09.17. -----
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMLP, AO ABRIGO DO ARTº 51, Nº 1, DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, PARA APLICAÇÃO EM PROJETOS DE INVESTIMENTO, NO MONTANTE DE 2.150.741,35€, CORRESPONDENTE À CONTRAPARTIDA NACIONAL DE INVESTIMENTO MUNICIPAL /RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 52/DGF2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Enquadramento Legal: -----

- a) Considerando que, nos termos previstos no artº49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, podem os municípios contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como a celebrar contratos de locação financeira, nos termos da Lei; -----
- b) Considerando que os empréstimos são obrigatoriamente denominados em euros e podem ser a curto prazo, com maturidade até um ano ou a médio e logo prazos, com maturidade superior a um ano; -----
- c) Considerando que os empréstimos de médio e longo prazos podem concretizar-se através da emissão de obrigações, caso em que os municípios podem agrupar-se para, de acordo com as necessidades de cada um deles, obterem condições de financiamento mais vantajosas; -
- d) Considerando ainda que o pedido de autorização à assembleia Municipal para a contratação de empréstimos é **obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos três instituições autorizadas por lei a conceder crédito**, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município; -----
- e) De acordo com o artº51º da referida lei 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal; -----
- f) Considerando que os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos; -----
- g) Os empréstimos têm um prazo de utilização do capital **máximo de dois anos**, não podendo o início da amortização ser diferida para além desse período, salvo nos casos legalmente previstos, sendo que as

amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80% da amortização média de empréstimos, nos termos do nº 4 do artº40º da aludida lei; -----

h) Considerando que, nos termos da alínea a), do nº 5, do artº 52º, da lei 73/2013, de 3 de setembro, "O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia;"; -----

i) Considerando que o Município tem necessidade em promover a contratação de empréstimo de médio e longo prazos, para o financiamento da contrapartida nacional de investimento municipal, para os projetos objeto de co-financiamento comunitário, identificados em quadros anexos; -----

j) Considerando que, na sequência da publicação do Despacho nº 6200/2018, de 26 de junho de 2018, veio a ser celebrado, entre o Estado Português e o Banco Europeu de Investimento (BEI) um Empréstimo Quadro (EQ), no valor de EUR 750.000.000, o qual se destina a financiar a contrapartida nacional de operações aprovadas pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), designadamente o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão (Fundos da Política de Coesão) no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, sendo que a assinatura da contratualização entre Portugal e o BEI da primeira parcela do EQ ocorreu a 1 de agosto de 2016, por um montante de EUR 250.000.000; --

k) O EQ enquadra-se nos objetivos de promoção do investimento e de aceleração da execução dos FEEI, permitindo o acesso a financiamento por parte dos beneficiários em condições mais favoráveis. A estruturação do mesmo assenta num processo simples e célere, que permite aproximar o momento da aprovação da componente dos FEEI do momento da disponibilização das verbas referentes à contrapartida nacional por via do EQ; -----

l) Considerando que, mediante a publicação do despacho nº6323-A/2018, de 28 de junho, vieram a ser fixadas as condições de acesso e de utilização dos empréstimos para financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através do empréstimo quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI), designada por Linha BEI PT 2020 - Autarquias;

m) Considerando que, o financiamento a conceder no âmbito do EQ reveste a forma de empréstimo, nas condições definidas na ficha técnica, que faz parte integrante do referido despacho nº 6200/2018, com operações aprovadas nos Programas Operacionais (PO) do Portugal 2020, cofinanciadas pelo FEDER e Fundo de Coesão; -----

n) Considerando que o Município cumpre o limite da dívida total previsto no artº 52º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, verificando-se uma margem absoluta de **9.876.984,00€** e uma margem absoluta utilizável de **4.911.560,00€**, em relação ao limite da dívida total, de acordo com Ficha do município T2, em anexo. -----

II - Da análise do mérito das Propostas apresentadas: -----

1 - Considerando que, tendo em vista dar cumprimento ao disposto no nº 5, do artº 49º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro e alínea f), do nº1, e nº4º, do artº 25º, do Anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, vieram a ser enviados convites a todas as instituições bancárias com sede no Concelho, **para apresentação de propostas**, e, bem assim, à AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P - através de submissão

da respetiva candidatura no Balcão Portugal 2020 - Linha BEI - PT2020 - Autarquias, de acordo com os seguintes pressupostos e condições: --

. **Montante máximo a contratar:** até ao montante de, **2.150.741,35€** (dois milhões, cento e cinquenta mil, setecentos e quarenta e um euros e trinta e cinco cêntimos), destinado a vários projetos de investimento; -----

. **Prazo:** 15 anos, a contar da data da obtenção do "visto" do Tribunal de Contas; **Período de utilização:** 1/3 do empréstimo após obtenção do visto do TC + 1/3 com execução de 33,3% + 1/3 quando a execução atingir 66,6%; -----

. **Reembolso de capital:** prestações semestrais contantes, com carência até 2 anos, vencendo-se a primeira após a obtenção do "visto" do Tribunal de Contas; -----

. **Taxa de Juro:** indexada à Euribor a 6 meses (base 360 dias), acrescida de um "spread", sendo que o resultado do somatório do indexante + spread seja negativo, considera-se que a taxa nominal aplicável, corresponde ao valor zero; -----

. **Pagamento de juros:** juros semestrais e postecipados; -----

. **Garantias:** Transferências provenientes do Orçamento de Estado (fundos municipais); -----

. **Prazo de validade das propostas:** 60 dias úteis (mínimo); -----

. **Cláusula de amortização:** Antecipada, parcial ou integral, sem aplicação de penalização; -----

. **Apresentação de Planificação de Encargos:** Serviço da dívida para o período integral, com previsão anual de juros; -----

. **Amortizações anuais previstas:** por força do disposto no n.º 5 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80 % das amortizações médias, ou seja **114.706,21 € (cento e catorze mil, setecentos e seis euros e vinte e um cêntimo)**, de acordo com a seguinte fórmula: -----

(1) capital	2 150 741,35 €	n.º 4, e n.º 5, do art.º 40, da Lei 73/2013, de 3 de setembro
(2) prazo do contrato	15	
(3) amortizações médias = (1)/(2)	143 382,76 €	
(4) limite inferior às amortizações anuais previstas (80% das amortizações médias = (3)*80%	114 706,21 €	

. **Outras condições:** -----

- Não são admitidas propostas variantes; -----

- O Município reserva-se ao direito de não proceder à adjudicação, ou proceder à negociação, nos termos legais; -----

- O Município reserva-se ao direito, caso não obtenha condições de acordo com as suas expectativas, em promover a **Adesão à Linha de Crédito BEI PT 2020, tendo em vista a obtenção do financiamento, nos termos dos Despachos n.ºs 6200/2018, de 26 de junho de 2018 e n.º 6323-A/2018, de 28 de junho.** -----

2 - Decorrido o prazo para apresentação das propostas, foram apresentadas propostas, pelas seguintes instituições de crédito, também elencadas em quadro sinóptico anexo, no qual se encontra vertida toda a informação financeira relevante, em vista a garantir a adequada comparabilidade das propostas apresentadas e permitir a determinação do seu mérito, para efeitos de adjudicação; -----

- Banco Santander Totta; -----
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo; -----
- Caixa Geral de Depósitos; -----
- Novo Banco -----

4 - Partindo da análise comparativa dos elementos de índole financeira constante do quadro em anexo, propõe-se, **sob o ponto de vista técnico, que a adjudicação seja feita, mediante adesão à linha de crédito BEI - PT 2020 - Autarquias**, considerando que as condições oferecidas por tal linha de crédito, traduzem o maior benefício económico para o Município, essencialmente, face ao **spread apresentado**, mas também, pelas restantes condições associadas ao financiamento; -----

III - Da proposta em sentido estrito: -----

1 - Em coerência com as razões anteriormente expostas, considerando que, nos termos do artº25º, Anexo I, da lei 75%2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a contratação de empréstimo, devendo, tal decisão, ser acompanhada de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições de crédito, bem como mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal; -----

2 - Neste contexto, partindo do enquadramento legal e da análise das propostas vertida em quadro sinóptico, em anexo, sugere-se a adoção da seguinte estratégia de atuação, à consideração superior: -----

a) Que seja submetida a presente proposta à próxima reunião do órgão executivo municipal, atinente à recolha de autorização, para contratação do EMLP identificado em epígrafe, até ao montante de **2.150.741,35€** (dois milhões, cento e cinquenta mil, setecentos e quarenta e um euros e trinta e cinco cêntimos), mediante **adesão à linha de Crédito BEI - PT 2020 - Autarquias**, a qual traduz a proposta economicamente mais vantajosa, para o Município, face à comparabilidade traduzida em quadro sinótico em anexo, na sequência de consulta às instituições de Crédito, com sede no Concelho; -----

b) Em caso de aprovação, pelo órgão executivo, do teor da presente proposta, deverá, a mesma, ser submetida ao órgão deliberativo municipal, na sua próxima sessão a realizar no mês de setembro; ----

c) Face à urgência decorrente do processo de adesão à linha BEI PT 2020, a materializar no Balcão Portugal 2020, e respetivos prazos de apreciação pela entidade competente - AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. -, que seja dispensada a realização de audiência prévia dos interessados, nos termos do disposto na alínea a), do nº 1, do artº 124º, do CPA - DL nº 4/2015, de 7 de janeiro. --
Chaves, 18 de setembro de 2018 -----

A Chefe de Divisão, -----
(Márcia Raquel Santos, Dra.) -----

Anexos: - Quadro sinóptico comparativo de análise das propostas; --

- Quadro Sinóptico com identificação dos projetos objeto do financiamento; -----

- Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

Ausentou-se da sala, a vereadora do PSD, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, quando eram 12:00 horas, não podendo continuar a acompanhar os trabalhos da presente reunião, por motivos profissionais, devidamente, justificados. -----

3.6. ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2018 EMITIDO OFICIOSAMENTE PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES EM 01-08-2018 - APROVAÇÃO DE SUPRIMENTO DE ERROS MATERIAIS REGISTRADOS NO REFERIDO TÍTULO - PROCESSO N.º 11/94 - JOSÉ DA SILVA E SÁ, LDA. - QUINTA DO CALVÁRIO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 10.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO -----

A presente informação técnica visa dar cumprimento ao acordo celebrado sobre a forma de "TRANSAÇÃO", entre o Município de Chaves e o gerente da sociedade por quotas, Srº José da Silva e Sá, com vista a por termo ao Processo nº 295/05.3BEMDL, que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.-----

2- ANTECEDENTES-----

2.1-Em reunião de câmara de 11-04-1995, sob proposta da informação técnica de 27-03-1995, o Executivo deliberou declarar caducado o alvará de loteamento nº 28/86.-----

2.2-Em 11 de outubro de 2015, a promotora, José da Silva e Sá, Lda, intentou uma acção no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, contra a Câmara Municipal de Chaves tendo as partes, no decurso da audiência de julgamento, na sua sessão de 06-01-2016, vislumbrado a possibilidade de acordo, pelo que se requereu a suspensão do processo para diligenciar na concretização da TRANSACÇÃO, a qual se veio a mostrar possível, nos termos do Acordo de TRANSACÇÃO, constante no processo a folhas nº 799 a nº 812.-----

3-PARECER-----

3.1-Compulsado o processo de loteamento titulado pelo alvará nº 28/86, constata-se que não consta no mesmo, ofício a comunicar à Conservatória do Registo Predial de Chaves a caducidade do alvará de loteamento nº 28/86, para efeito de anotação.-----

3.2-Neste contexto, propõe-se que seja elaborado um ofício dirigido à Adjunta do Conservador, em substituição legal, Drª Maria Antonieta de Bessa Pereira, Rua Cândido dos Reis (Rua do Olival, Edifício Charlot, 3º Piso, Loja 35, com o seguinte conteúdo:-----

Assunto: Caducidade do alvará de loteamento nº 28/86, promovido pela firma José da Silva e Sá, Lda.-----

"Para os fins convenientes, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exª que, em reunião do Executivo de 11 de abril de 1995, sob proposta da informação técnica de 27-03-1995, foi deliberado pelo Executivo, entre outras resoluções, declarar caducado o alvará de loteamento nº 28/86, emitido em 19 de dezembro de 1986, em nome da firma José da Silva e Sá, Lda-----

Com os melhores cumprimentos".-----

3.3-Nos termos da 1ª e 2ª cláusula do Acordo de TRANSAÇÃO firmado entre o Município de Chaves e a empresa, José da Silva e Sá, Lda, a Câmara Municipal ficou vinculada à execução das obras de urbanização que entendesse, com vista á correcção das deficiências das obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento nº 28/86.-----

3.4-Nestes termos e após a conclusão da empreitada para os fins anteriormente referidos, foi lavrado o AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA e Conta Final Provisória da Empreitada, designada -"**Trabalhos de Reparação - Quinta do Calvário - Alvará de Loteamento nº 28/86**", constantes no processo a folhas nº 821 á nº 82.-----

3.5-Os encargos com as obras executadas pela Câmara Municipal de Chaves, de acordo com o disposto no artigo 84º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com posteriores alterações e no âmbito do estabelecido no ponto nº 1 do acordo de TRANSAÇÃO, ascenderam ao montante de **€ 36 273,78¹² (trinta e seis mil duzentos e setenta e três euros e setenta e oito cêntimos)**, correspondente ao valor da Empreitada, acrescido de 5%, de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 54º do diploma legal supra referido.-----

3.6-Mediante o documento de receita nº DRI 00/2973, de 01 de agosto de 2018, a firma José da Silva e Sá, Lda procedeu ao pagamento em numerário do valor de **€ 36 273,78 (trinta e seis mil duzentos e setenta e três euros e setenta e oito cêntimos)**, referente aos encargos da empreitada designada por "**Trabalhos de Reparação - Quinta do Calvário - Alvará de Loteamento nº 28/86**", dando assim cumprimento ao mencionado na 2ª cláusula do referido Acordo de TRANSAÇÃO.-----

3.7-Neste contexto, pelo exposto na 3ª cláusula do mencionado Acordo de TRANSAÇÃO, a Câmara Municipal de Chaves deverá promover a liberação da caução, prestada, mediante a garantia bancária Nº 2-2, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral em 13 de dezembro de 1994.-----

4-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9 e no acordo de TRANSAÇÃO, realizado entre a autarquia e a firma José da Silva e Sá, Lda, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

4.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo, que sejam praticadas as seguintes decisões:
4.1.1-Que, delibere autorizar a formalização das correcções indispensáveis, nos termos do disposto no artigo 174º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7/1, em vista a colmatar as incorrecções/erros materiais detectados no alvará de loteamento nº 1/2018, emitido oficiosamente em 1 de agosto de 2018.-----

Tais erros são aqueles que se encontram a sombreado, cujo alvará se junta sob a forma de anexo à presente informação técnica e cujo conteúdo se reproduz para todos os efeitos legais.-----

4.1.2-Que, delibere promover a liberação da caução, prestada mediante garantia Bancária Nº 2-2, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral em 13 de dezembro de 1994, no valor de **€ 45 555,89¹³ - quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimo** nos termos do disposto na cláusula 3ª do Acordo de TRANSAÇÃO, realizado entre o Município de Chaves e a firma José da Silva e Sá, Lda.-----

4.1.3-Comunicar à Conservatória do Registo Predial de Chaves a caducidade do alvará de loteamento nº 28/86, conforme proposto no item 3.2 da presente informação técnica.-----

4.2-Notificar a promotora das resoluções do Executivo que irão recair sobre a presente informação técnica.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11.09.2018:-----

¹² (32 591,00 x 1,06 (IVA a 6%) x 1,05). -----

¹³ Correspondente em moeda antiga a 9 133 137 \$00.. -----

Visto. Atenas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos preconizados nas alíneas 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, do item "4 - PROPOSTA DE DECISÃO" deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA AREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA COM ALVARÁ N.º 1/2002, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 6/09 - Q.F.N.- QUINTA DA FONTE NOVA, EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A. - FONTE NOVA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 10.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

A empresa requerente acima referida, na qualidade de titular, solicitou, através de requerimento 1620/17, referente ao processo n.º 49/94, pedido de alterações às condições da licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 1/2002, sito na Fonte Nova, emitido em nome de QFN Empreendimentos Imobiliários, S.A. freguesia de Santa Maria Maior em Chaves, com incidência nas especificações de vários parâmetros urbanísticos, diminuição do número de lotes e configuração dos mesmos;-----

2. Enquadramento da Pretensão-----

2.1 Instrumentos de planeamento em vigor - PDM-----

2.1.1 De acordo com extrato da planta n.º 47A do Plano Diretor Municipal, o loteamento objeto do pedido, encontra-se inserido em Classe 1, Categoria 1.1 - cidade de Chaves;-----

2.1.2 Considerando que no passado dia 18 de abril de 2018, foi publicado em Diário da República, 2ª série, através de Aviso n.º 5233/2018, a Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;-----

2.1.3 Neste contexto passam a ser válidas as novas regras de edificabilidade aí preconizadas, a saber:-----
"Artigo 19.º-----

Regras de edificabilidade-----

1 - A edificabilidade em lotes ou parcelas constituídos ao abrigo de projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento plenamente eficazes rege-se pela disciplina instituída por estes instrumentos.-----

2 - [...]-----

a) A edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio tal como é disposto no artigo 26.º, considerando -se como:-----

i) *Moda da cércea* – a cércea que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana;-----

ii) *Frente urbana* – superfície, em projeção vertical, definida pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública e compreendida entre duas vias ou espaços públicos sucessivos que nela concorrem;-----

al) Nas situações em que não seja possível definir uma moda da cércea ou um alinhamento dominante, a edificabilidade é condicionada pelos seguintes parâmetros:-----

i) *Categoria 1.1 – cidade de Chaves:*-----

$I_c \leq 1,2 \text{ m}^2/\text{m}^2$;-----

Cércea máxima $\leq 20 \text{ m}$;-----

Número máximo de pisos ≤ 6 ;-----

2.2 No regime jurídico consagrado no DL 136/14 de 09/09-----

O pedido do interessado enquadra-se numa alteração à licença, nos precisos termos do descrito no artigo 27.º do supra referido diploma legal;-----

3. Antecedentes-----

3.1 A operação de loteamento, objeto do atual pedido de alteração, foi titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 1/2002 emitido em 04 de março de 2002 e deu origem a 24 lotes;-----

3.2 Em 18 de novembro de 2009 a empresa requerente formulou um pedido de alterações à operação de loteamento inicial, tendo sido objeto de consulta interna às Divisões de Abastecimento Público e Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, que se pronunciaram sobre aspetos de infra estruturas de eletricidade e telecomunicações e de ordem de rede viária e morfologia urbana;-----

3.3 Face aos pareceres internos emitidos, a Divisão de Gestão Territorial emitiu competente parecer no sentido de dar a conhecer os vários pareceres e que implicavam reconfigurações várias, tendo sido concedido um prazo para a empresa requerente vir a processo completar e corrigir o mesmo de acordo com os pareceres referidos;-----

3.4 Considerando que naquela data a empresa requerente era detentora de todos os lotes, não houve lugar a consulta de outros proprietários, conforme preceituado no n.º 2, do artigo 27.º, do RJUE (à data o DL 60/2007 de 04/09), no entanto do foi proposta a abertura de um período de consulta pública sobre o projeto de alterações então em análise;--

3.5 Decorrido o prazo estabelecido para o período de consulta pública não houve qualquer oposição acerca das alterações então apresentadas, pelo que foi proposta decisão de deferir o pedido de alterações à operação de loteamento solicitado, devendo para o efeito no prazo de um ano apresentar os projetos de execução das obras de urbanização;--

3.6 Em 02 de outubro de 2012 a empresa requerente apresentou aditamento aos projetos de infraestruturas hidráulicas, permitindo que os projetos das redes de abastecimento, saneamento e águas pluviais fossem objeto de parecer favorável;-----

3.7 Em janeiro de 2013 foram apresentadas alterações ao Alvará aprovado que alterava a divisão fundiária do loteamento e os traçados e infraestruturas viárias do loteamento;-----

3.8 As alterações então apresentadas, à exceção dos lotes destinados a habitação unifamiliar, são em tudo iguais às agora objeto de análise;

3.9 No que diz respeito aos projetos de execução apresentados, foram objeto de aprovação técnica em 13 de março de 2013 por parte da Senhora Engenheira Conceição Rei, presente em reunião de câmara de 02 de abril de 2013;-----

3.10 Na supra referida informação técnica, era já referido que caso a Exma. Câmara "(...) aceitasse a admissão da comunicação prévia das obras

de urbanização, a empresa requerente dispunha, nos termos do n.º1, artigo 76.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, do prazo de um ano, para requerer formalmente a emissão do 1º aditamento ao Alvará 1/2002 (...);-----

3.11 Em 27 de setembro de 2013, através de requerimento n.º 1911/13, a empresa requerente, veio solicitar a receção provisória parcial das obras de urbanização;-----

3.12 Para os devidos efeitos, foi realizada vistoria e lavrado Auto e datado do dia 15 de outubro de 2013 e foram as mesmas objeto de receção provisória parcial;-----

3.13 Findo o prazo de um ano a empresa requerente nunca veio requerer a emissão do respetivo aditamento ao Alvará de loteamento 1/2002.----

4. Instrução-----

O processo de alteração à operação de loteamento encontra-se corretamente instruído de acordo com os elementos estatuídos na Portaria 113/20115 de 22 de abril;-----

4.1 Pretensão-----

4.1.1 Com o presente pedido a empresa requerente pretende alterar todos os parâmetros urbanísticos, nomeadamente as áreas brutas de construção, áreas de implantação e número de lotes, embora a área dos lotes se mantenha inalterada, foi redistribuída pelos novos lotes que passam a ser 12; -----

4.1.2 A presente proposta de alterações, prevê entre outras, uma reconfiguração dos lotes destinados às habitações unifamiliares que confrontam com o tratamento paisagístico da área englobada no Projecto POLIS;-----

4.1.3 A proposta reordena o referido loteamento em 12 lotes, menos 12 que a proposta inicial, diluindo as áreas dos lotes conservados, pelos novos que se lhes sobrepõem e pela área destinada ao Domínio Público (D.P.);-----

4.1.4 No presente pedido de alterações à operação de loteamento são respeitadas as recomendações já preconizadas na informação técnica de 13 de janeiro de 2010;-----

4.1.5 Os lotes destinados a moradias unifamiliares, são reconfigurados, diminuindo em relação à proposta supra referida, no sentido de ganharem mais frente;-----

4.1.6 Os edifícios de habitação coletiva são posicionados perpendicularmente em relação à via principal Avenida Comendador Brenha da Fontoura, permitindo a permeabilidade visual das habitações confrontantes, para o Rio Tâmega;-----

4.1.7 As áreas já pertencentes ao domínio público municipal são alteradas em termos de localização e configuração, e continua a não haver previsão de cedência de espaços destinados a equipamentos;----

4.1.8 São previstos os seguintes parâmetros:-----

- Área do terreno (mantém-se inalterada) - 27.047,00m²-----
- Área do prédio a lotear (mantém-se inalterada) - 27.047,00m²----
- Área dos Lotes (mantém-se inalterada havendo transferência entre eles conforme retratado na peça desenhada n.º 03) - 11.725,00m²-----
- Área bruta de construção - aumento de 7.544,77m² (em relação ao alvará n.º 1/2002, em 4/03, retificado em 18/02/03)-----
- Número de lotes - Passa de 24 para 12 -----
- Área de cedência ao domínio público (redistribuída) - 15.317,00m²-----
- Espaços verdes e de utilização coletiva - 7.717,00m²-----
- (Arruamentos e estacionamento - 3.372,00m²-----
- Passeios e Veredas - 4.228,00m²)-----

Infraestruturas - 7.600,00m²-----
 Equipamentos - 0,00m²-----

4.2 Considerando que a empresa requerente é detentora de todos os lotes, a alteração objeto de análise não estaria sujeita ao procedimento previsto no n.º3, do artigo 27.º, do DL 136/2014 de 09 de setembro;--

4.3 No entanto, de acordo com alínea b) do n.º2, do artigo 22.º, do diploma legal acima referido em articulação com a alínea a), do n.º2, do artigo 7.º, do RMUE, e uma vez que são ultrapassados os 100 fogos, a alteração à operação de loteamento foi sujeita consulta pública nos precisos termos referido artigo 22.º;-----

4.4 Nos termos do n.º3 do artigo 7.º do RMUE, o período de consulta pública foi aberto através de edital com a duração máxima de 15 dias.-

4.5 Considerando que, findo o prazo de publicação do Edital, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 136/2014 de 09/09, não ocorreu oposição escrita por parte de nenhum proprietário;-----

4.6 Considerando que foram também apresentados traçados gerais das alterações às infraestruturas, foram os mesmos remetidos internamente para análise pela Sra. Eng.ª Conceição Martins, tendo a mesma informado que não via inconveniente na sua aprovação, devendo na fase seguinte ser apresentados todos os projetos de especialidades/obras de urbanização dispostos na alínea h) do n.º19 da Portaria 113/2015;----

(cuja cópia deve ser fornecida junto com a presente informação)-----

5. Considerações do Parecer / Proposta de Decisão-----

5.1 Relativamente à edificabilidade máxima admissível para o terreno da empresa requerente, foi prevista a área total de construção de 29.406,00m², com a emissão do alvará de loteamento n.º 1/2002, em 4/03, retificado em 18/02/03.-----

5.2 Nesta alteração prevê-se um acréscimo de 7.544,77m² de área bruta de construção;-----

5.3 Considerando no que se refere ao dimensionamento das áreas de cedência que devam integrar o domínio público municipal para equipamentos a exigir de acordo com o estipulado no regulamento Municipal, estas estão diretamente ligadas à área de construção, por aplicação do artigo 21.º, neste caso, e havendo um aumento da área de construção de 7.544,77m², por aplicação da alínea b), do n.º2, do referido artigo 21.º, daria origem à cedência de 1.886,19m² para Equipamentos públicos, facto pelo qual haverá direito a compensações a calcular nos termos do n.º3 do supra referido artigo;-----

5.4 Considerando que são respeitados todos os restantes parâmetros urbanísticos no que se refere ao índice de acordo com a alteração regulamentar ao Plano Diretor Municipal;-----

5.5 Face ao exposto, e aplicando a norma retro citada, deverá a Empresa requerente compensar o município pela área não cedida para Equipamentos públicos e que corresponde a 1.886,19m² [$0,00m^2 \leq 25\% (7.544,77m^2) = 0,00m^2 \leq 1.886,19m^2$]];-----

5.6 Neste sentido, e de acordo com a fórmula estabelecida no artigo 30º do Regulamento de liquidação de taxas e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, o valor do cálculo da compensação a pagar ao Município, em função das áreas não cedidas referidas no ponto 5.5, é o que se resulta no quadro abaixo apresentado:-----

REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS				
TABELAS DE TAXAS E LICENÇAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS				
QUADRO XIX				
PARÂMETROS PARA CÁLCULO DE COMPENSAÇÕES AO MUNICÍPIO (ARTIGO 67º)				
LOCALIZAÇÃO	ZONA	ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO	FACTOR DE LOCALIZAÇÃO (L)	COEFICIENTE URBANÍSTICO LOTEAMENTO (K)
CHAVES	DENSIDADE SUPERIOR	1,20	1,00	0,25
	DENSIDADE MÉDIA	0,80	0,90	0,20
	DENSIDADE INFERIOR	0,50	0,80	0,18
	ÁREA PERIURBANAS	0,50	0,60	0,18
VIDAGO	ÁREA CENTRAL	1,00	0,80	0,20
	ÁREA NÃO CENTRAL	0,50	0,60	0,18
OUTROS AGLOMERADOS		0,80	0,50	0,15
PORTARIA 379/2017 DE 19 DE DEZEMBRO				
482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018			482,40	
		482,4		
densidade superior				
C	L	K	A'	V
1	1.00	0.25	1.886,19	482,40

5.7 Assim, a compensação devida ao município pela Empresa requerente, relativa às áreas não cedidas para integração no domínio municipal para Equipamentos, é de **€ 113.737,26** (cento e treze mil, setecentos trinta e sete mil euros e vinte e seis centésimos) correspondente à não cedência de **1.886,19m²** (resultante do aumento da área bruta de construção em 7.544,77m²).¹⁴-----

6. Proposta de decisão-----

6.1 Considerando que, findo o prazo de publicação do Edital, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pela Lei n.º 136/2014 de 09/09, não ocorreu oposição escrita por parte de nenhum proprietário;-----

6.2 De acordo com todas as certidões da Conservatória do Registo Predial apresentadas, pode-se constatar que a empresa requerente detém a titularidade sobre todos os lotes, cumprindo o disposto no n.º 3, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações;-----

6.3 O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria 113/2015, de 22 de abril, e com o Regulamento Municipal de urbanização e Edificação;-----

6.4 Considerando que são respeitados todos os parâmetros urbanísticos, pelo que nada há a opor à aprovação da alteração da operação de loteamento em análise;-----

6.5 Face ao descrito, sou a propor que seja adotada a deliberação no sentido de **deferir** o 1º pedido de alterações à licença da operação de

¹⁴ **L** - Fator de localização -----
K - Coeficiente urbanístico do loteamento -----
A - Valor em metros quadrados da área não cedida. -----
V - 482,40€ VALOR MÉDIO DE CONSTRUÇÃO POR METRO QUADRADO para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2018 -----
C - Valor da Compensação devida ao Município. -----

loteamento titulada pelo Alvará n.º1/2002 em nome de QFN, Empreendimentos Imobiliários, S.A., solicitado nos termos do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º136/14 de 09/09;-----

6.6A empresa dispõe do prazo de um ano para apresentar as obras de urbanização indispensáveis à concretização das alterações ao loteamento sob a forma de comunicação prévia, conforme descrito na alínea b), do n.º4, do artigo 4.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, ou pode ainda optar pelo regime de licenciamento das mesmas, conforme descrito no n.º6 do mesmo artigo;-----

6.7De referir ainda que de acordo com o n.º1, do artigo 71.º, do RJUE, a licença para a realização da operação de loteamento caduca se, no caso em concreto, não for apresentada a comunicação prévia ou licenciamento das obras de urbanização no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 11.09.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de o órgão executivo municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de alterações das especificações do alvará de loteamento n.º 1/2002, nos termos e para os efeitos preconizados no item "6. Proposta de Decisão" deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA AREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 447/18 - FERNANDO DE MORAIS MELO - LUGAR DA CRUZ, CASAS DE MONFORTE, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 11.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO -----

1.1-Através do requerimento n.º 1217/18, referente ao processo n.º 447/18, o Sr.º Fernando de Moraes Melo, na qualidade de proprietário, apresenta um pedido, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção¹⁵, de uma habitação unifamiliar, localizada no lugar da Cruz - Casas de Monforte, freguesia de Águas Frias no concelho de Chaves.

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças apresentada, o prédio urbano tem a área total 500,00 m², está inscrito na matriz com o n.º1038, da freguesia de Águas Frias. -----

¹⁵ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;

2 - ANTECEDENTES -----

2.1- Não foram encontrados no arquivo municipal, antecedentes do projeto. -----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR -----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente: -----

- Certidão das Finanças; -----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----
- Ortofotomapa à escala 1:500; -----
- Planta de localização à escala 1:25 000; -----
- Levantamento fotográfico; -----
- Memória descritiva e justificativa; -----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Declarações do técnico, comprovativa de inscrição em associação pública de caráter profissional; -----
- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional do técnico; -----
- Quadro de áreas; -----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital; -----
- Termo de responsabilidade do plano de acessibilidades e respetivo plano; -----
- Levantamento topográfico à escala 1:200; -----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto; -----
- Ficha de elementos estatísticos; -----
- Declaração do topógrafo; -----
- Projeto de estabilidade; -----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais; ---
- Estudo de comportamento térmico; -----
- Projeto acústico; -----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio; -----
- Projeto de águas pluviais; -----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto acústico; -----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto de arranjos exteriores; -----
- Termo de responsabilidade pela direção técnica da obra; -----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----**4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----**

4.1.1-O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por respeitar à legalização das obras de construção. -----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial -----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 35 A, o prédio urbano está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados. -----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais -----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

5.1- O requerente pretende a legalização da construção de uma habitação unifamiliar. A habitação levada a efeito sem os necessários atos administrativos de controlo prévio, possui dois pisos: r/chão, andar e águas furtadas, sem pé-direito regulamentar, preconizando uma área bruta de construção de 337,77 m². -----

5.2- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, com os projetos de estabilidade, águas pluviais, abastecimento de água e águas residuais, projeto acústico e estudo de comportamento térmico. -----

5.3- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-07-26, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 61/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de que, a habitação unifamiliar se encontra em bom estado de conservação, interior e exteriormente, havendo necessidade de obras de correção, que se prendem, com a criação de ventilação na instalação sanitária existente no r/chão do imóvel. Esta desconformidade, foi comunicada ao requerente, que referiu que irá executar a ventilação na instalação sanitária do r/chão da habitação e apresentar fotografias comprovativas, aquando do pedido de emissão da autorização de utilização e caso a Câmara Municipal delibere favoravelmente o pedido de legalização da construção. -----

5.5- A edificação situa-se no núcleo do aglomerado de Casas de Monforte, tendo resultado da vistoria realizada, para efeitos de legalizações de operações urbanísticas, que a edificação se integra no meio em que se insere, onde a moda da cércea na frente urbana é de r/chão, andar e águas furtadas/mansardas. -----

5.6- A construção, segue os alinhamentos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, de acordo com o disposto no artigo 26.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018. -----

5.7- A edificação destina-se habitação unifamiliar, o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista. -----

5.8- Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 3 lugares de estacionamento automóvel, o qual, é superior ao valor mínimo previsto naquela norma regulamentar. -----

5.9 - O projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de

responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8 do art.º 20 do RJUE. -----

6 - RESPONSABILIDADE -----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do autor do plano de acessibilidades e dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados. -----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO -----

7.1- De acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 1.082,12 euros. -----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 217,15 euros. -----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 1.299,27 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, que foi levada a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio. -

8.2 - Considerando, que a operação urbanística, consubstanciada, na construção de um edifício de "habitação unifamiliar", compagina-se com os afastamentos existentes e a manter na envolvente imediata, os alinhamentos e recuos à via pública com a qual confronta e a moda da cêrcea. Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018. -----

8.3- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de construção acima enunciadas, encontra-se em bom estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação, nos termos do enunciado no anterior item 5.4.

8.4 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos. -----

8.5- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista. -----

8.6- Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção. -----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO -----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser

praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo; -----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel; -----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar; -----

ANEXO I

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/201 -----
Áreas (m²)

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Arrumos	Armazém	TOTAL
Piso 1	162,71				162,71
Piso 2	175,06				175,06
TOTAL	337,77	0,00	0,00	0,00	337,77

Cércea - 7,48 ml

Volume - 910,74 m³

QUADRO I

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO I				custos (C)			
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)	
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem						
	- Semipenetração betuminosa		0		14,21	0,00	€/m
	- Betão betuminoso		6,2		19,33	119,85	€/m
	Passeios						
	- Lancil (Betão)	1		17,63		17,63	€/m
	- Lancil (Granito)	0		39,80		0,00	€/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)		1		15,92	15,92	€/m
	- Pavimento (Mosaico)		0		25,02	0,00	€/m
REDE DE ÁGUA		1		21,61		21,61	€/m
REDE DE ESGOTOS		1		34,12		34,12	€/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1		45,49		45,49	€/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						254,62	€/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública						17	
Moradia unifamiliar							
- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º							
T = C x m x 0,25					T =	1.082,12	€

QUADRO II

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 da subseção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	75,65€	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45€	86,45 €
c)	Superior a 500 m2	0	97,35€	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	1	11,85€	11,85 €
Art.76,n.º6	Vistoria		54,00€	54,00 €
	TOTAL			217,15 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 1.082,12 € + 217,15 € = 1.299,27 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 12.09.2018:-----

Visto. Concorro. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (Habitação unifamiliar) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa, cuja emissão ficará condicionada à verificação do cumprimento da condição estabelecida no item 5.4 deste documento.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA AREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉM DE RECOLHA DE ALFAIAS AGRÍCOLAS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 482/18 – ANA DA FONTOURA GONÇALVES – LUGAR DO SALGUEIRAL, FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 11.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 1515/18, em 20 de julho de 2018 e completado pelo requerimento n.º 1735/18, de 17/08/2018, veio a Sra. Ana Fontoura Gonçalves, na qualidade de proprietária, requer a junção de elementos ao processo nº 482/18, para cumprimento do enunciado na informação técnica, datada

de 29/06/2018⁽¹⁶⁾, com vista à legalização de obras de ampliação efetuadas num armazém de recolha de alfaías agrícolas, construído ao abrigo da licença n.º 504, 28/07/1982, as quais foram realizadas em desconformidade com o respetivo projeto ou com as condições do licenciamento, com acréscimo de área, face à sua configuração inicialmente aprovada e em simultâneo vem proceder à legalização da construção de muros de vedação, confinantes com via pública e marginais à Estrada Municipal n.º 502 (liga Vila Verde da Raia a Mairos), E.M. 502, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio;-----

1.2. Requer ainda a mudança de uso de armazém de recolha de alfaías agrícolas, para edifício destinado a comércio e serviços. Após o deferimento do pedido de alteração autorização de utilização, e em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 76º do RJUE, a emissão do respetivo alvará.-----

1.3. A instruir o pedido a interessada apresentou, para além do requerimento, cópia dos seguintes documentos, Modelo 1, comprovativo da declaração para inscrição ou atualização de prédio urbano na matriz, no serviço de Finanças de Chaves de Chaves, datado de 2018/07/09, Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido, Contrato-promessa de arrendamento não habitacional, TR "pela compatibilidade dos projectos de estabilidade, hidráulica, acústica", subentende-se das obras de ampliação de um armazém, acompanhado, da Declaração de reconhecimento de capacidade profissional do técnico responsável, emitida pela respetiva ordem profissional e comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, TR do autor do projeto de arquitetura, memória descritiva e justificativa (adenda), Ficha de medição, peças desenhadas, plano de acessibilidades. A coberto do requerimento 1735/18, de 17/08/2018, apresentou nova memória descritiva e justificativa (adenda II), pedido de dispensa de apresentação do projecto acústico e pedido de dispensa de apresentação do projeto térmico/certificação energética.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

2.1 Face à caderneta predial urbana do serviço de finanças, obtida via internet em 2018/06/14, apresentada, o prédio urbano situado no Lugar do Salgueiral, Vila Verde da Raia, freguesia de Vila Verde da Raia, descrito de casa de R/C destinada a fábrica de mármore, com uma área total do terreno de 401,50 m², área de implantação do edifício 181,80 m², área bruta de construção 181,80m², inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo nº551NIP.-----

2.2 De acordo com Certidão da Conservatória do registo predial de Chaves, apresentada, o prédio urbano sobre o qual recai a presente operação urbanística, situa-se em Salgueiral, encontra-se inscrito na matriz sob o artigo nº551, da freguesia de Vila Verde da Raia, e descrito sob o n.º687/19970602, possuindo uma área total de 424m², uma área coberta de 356m² e uma área descoberta de 68m², composto de rés do chão e logradouro, confronta de norte e poente com estrada camarária, de nascente com Maria Branco, e de sul com João Fernandes.

2.3. Segundo a declaração para inscrição ou atualização de prédios urbanos na matriz (modelo 1), com data do facto 2018/07/09, onde consta que o prédio, em nome do ora requerente, com identificação matricial, artigo 551, tipo urbano freguesia de Vila Verde da Raia, localizado em Salgueiral, Lugar de Vila Verde da Raia, com uma área total do terreno

¹⁶ da qual tomou conhecimento por ofício N/Ref 288/DGOT/2018, datado de 2018/07/17. -----

de 401,50 m², uma área de implantação de 205,90 m² e uma área bruta de construção 205,90 m², sendo a idade do prédio 26 anos.-----

3. ANTECEDENTES-----

Como antecedente à presente pretensão, regista-se em Arquivo Municipal, o processo camarário n.º 308/82, em nome de Silvano Brás Rodrigues, referente ao licenciamento da obra de "Construção de um armazém para recolha de alfaías agrícolas com a área de (10mx10m, isto é 100 m²), à qual foi atribuído a Licença n.º 504, passada em 28 de julho de 1982. -----

4. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO-----

4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A pretensão, consubstanciada a reposição da legalidade urbanística de uma operação urbanística ilegal, isto é, em desconformidade com o respetivo projeto ou com as condições do licenciamento, já executadas, num edifício destinado "armazém para recolher alfaías agrícolas", com Licença inicial n.º 504, passada em 28 de julho de 1982 e não dotada de autorização de utilização e cumulativamente a legalização da construção de muros de vedação, confinantes com via pública, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE.-----

4.2 Nos Regulamentos Municipais-----

O presente pedido tem enquadramento, no artigo 73.º-C⁽¹⁷⁾, sob a epígrafe, "Procedimento de legalização de operações urbanísticas", do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015; RMUE.-----

4.3 Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Pretende-se com o atual processo proceder à legalização não só das obras de ampliação do edifício, face à sua configuração inicialmente aprovada, mas sobretudo dotar o imóvel de autorização de utilização, para comércio e serviços e cumulativamente a legalização da construção de muros de vedação confinantes com via pública.-----

Nos termos da disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves⁽¹⁸⁾, folha nº34-B, o prédio está inserido em espaços da Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, Categoria 1.3 - outros aglomerados, aglomerado de Vila Verde da Raia;-----

O prédio por se situar junto a uma estrada municipal encontra-se abrangido por condicionamentos e servidões, prevista no artigo 26.º do Regulamento do PDM. -----

5. PARECER INTERNO-----

Uma vez que o local está abrangido pela servidão administrativa da rede viária, E.M.502, foi solicitado parecer interno à Divisão de Projetos e Mobilidade, D.P.M. no referente aos muros de vedação confinantes com via pública e ao imóvel propriamente dito, objetos de legalização e que cumulativamente se pronunciassem, sobre o compartimento designado por "escritório", parte integrante do imóvel, uma vez que foi condicionante de licenciamento na licença inicial n.º504/82 "um afastamento de 2,5m em relação ao limite da parcela", de acordo com a informação técnica datada de 18/07/1982.. Sobre o assunto, a referida Divisão em 30/08/2018, emitiu parecer que conclui

¹⁷ **Artigo 73.º -C - Procedimento de legalização de operações urbanísticas -----**

6 - O procedimento de legalização é sempre precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável. -----

¹⁸ Publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento -----

que, no concerne aos muros de vedação confinante com E.M. 502 e no caso da construção propriamente dita no seu todo, "deverá ser avaliado com recurso ao estatuído na Lei n.º2110, de 19/08/1961, mais propriamente em função do texto do seu artigo 58.º e por ultimo "parte da edificação em questão insere-se dentro da zona de servidão "no aedificandi" da E.M 502, nomeadamente o compartimento designado por escritório, particularmente que, em bom rigor, implica na violação do estatuído no 1.º, do referido artigo 58.º" (o referido parecer/informação n.º268/DPM/2018, emitido em 30/08/2018, encontra-se em anexo à presente informação).-----

6. ANÁLISE DO PEDIDO-----

6.1 É pretensão da requerente a legalização de obras de ampliação efetuadas num armazém de recolha de alfaías agrícolas, construído ao abrigo da licença n.º 504, 28/07/1982, as quais foram realizadas em desconformidade com o respetivo projeto ou com as condições do licenciamento e legalização da construção de muros de vedação confinantes com E.M. 502. Tendo por base o parecer interno da D.P.M, emitido em 30/08/2018 e por observação dos elementos gráficos do processo, nomeadamente folha n.º81 do processo, constata-se que as construções, não distam 6m do eixo dessa via, conforme determina o n.º1, do artigo 58º da Lei 2110, de 19/8/1961.-----

6.2 Valerá a pena ainda referir que na licença inicial foi imposto "um afastamento de 2,5m em relação ao limite da parcela", conforme se atesta na informação técnica datada de 18/07/1982, constante do processo respeitante à licença inicial, condição essa que não está a ser cumprida.-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1 Pelo que se enunciou no título 6, da presente informação, constata-se que o pedido em causa viola o parágrafo 1, do artigo 58º, do Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais (aprovado pela Lei nº 2110, de 19/08/1961), por existirem construções no terreno, à margem da estrada municipal, dentro da zona de servidão non aedificandi, isto é, dentro da faixa de terreno limitado por uma linha que dista do eixo da estrada municipal 6m; -----

7.2 Em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, sou a propor que o presente processo esteja presente na próxima reunião de Câmara, para que o executivo delibere o sentido de indeferir o pedido de legalização, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 24º⁽¹⁹⁾ do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual versão, devendo promover-se audiência prévia da interessada, nos termos do artigo 122º⁽²⁰⁾ do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do procedimento Administrativo.-----

¹⁹ Artigo 24.º - **Indeferimento do pedido de licenciamento -----**

1 – O pedido de licenciamento é indeferido quando: -----

a) Violar plano municipal e intermunicipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento -----
urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

²⁰ Artigo 122.º - **Notificação para a audiência -----**

1 – Para efeitos do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

Em anexo, Parecer interno da Divisão de Projetos e Mobilidade, emitido em 30/08/2018.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 13.09.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa, por violação da norma legal expressa na alínea 7.1, do item "7. Proposta de Decisão" deste documento. Neste contexto, dever-se-á seguidamente notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima pré-anunciada.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA AREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 9/2001, PEDIDO DE ALTERAÇÃO – PROCESSO N.º 1008/95 – DIAMANTINO MANUEL CORREIA BRAGA – LUGAR DE BARROCA, SAMAIÕES, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª SUSANA FERNANDES DATADA DE 03.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

O Sr. Diamantino Manuel Correia Braga, através do requerimento nº 1145/18, complementado pelos requerimentos nº 1585/18 e nº 1642/18, referente ao processo nº 1008/95, vem solicitar uma "alteração à licença de operação de loteamento", dos lotes 8 e 9 do loteamento nº 9/2001, localizada no lugar de Barroca, freguesia de Madalena e Samaiões, na qualidade de proprietário dos referidos lotes.-----

2. INSTRUÇÃO-----

2.1. A acompanhar o requerimento nº 1145/18 são entregues os seguintes elementos:-----

a) Cd, não organizado de acordo o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;-----

2 – A notificação fornece o projeto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado. -----

3 – No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no número anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via eletrónica.-

- b) Declaração de conformidade formato digital e papel (Arq. Jorge Manuel Carneiro Videira);-----
- c) Fichas estatísticas INE;-----
- d) Cópia cartão cidadão requerente;-----
- e) Cópia certidão desta Câmara Municipal referente a Pedido Informação Prévia, de 25 de janeiro de 2018;-----
- f) Certidão da conservatória do registo predial (CCRP):-----
- 1) 699/19970722 (lote nº 9- área total 1192,3 m2, matriz nº 1721-P, propriedade do requerente); -----
- 2) 698/19970722 (lote nº 8- área total 696 m2, matriz nº 1427, propriedade do requerente);-----
- g) Termo de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura acompanhado de certidão da ordem dos arquitetos e declaração de seguro de responsabilidade civil profissional (Arq. Jorge Manuel Carneiro Videira);-----
- h) Memória descritiva e justificativa da alteração alvará de loteamento (MDJ);-----
- i) Peças desenhadas:-----
- 1) Ficha de caracterização do lote nº 8;-----
- 2) Levantamento topográfico;-----
- 3) Planta situação atual do loteamento-----
- 4) Planta de alterações;-----
- 5) Planta da pretensão (com quadro sinóptico)-----
- 6) Planta de acessibilidades - lote 8;-----
- 7) Ficha de lote 8.-----
- 2.2. Solicita ainda o aproveitamento do levantamento topográfico e das plantas do PDM já entregues.-----
- 2.3. No seguimento da informação nº 1178/DGOT/2018, o requerente veio proceder à junção dos seguintes elementos, a coberto do requerimento nº 1585/18:-----
- j) CD,-----
- k) Declaração de conformidade formato digital e papel (Arq. Jorge Manuel Carneiro Videira);-----
- l) Termo de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura acompanhado de certidão da ordem dos arquitetos e declaração de seguro de responsabilidade civil profissional (Arq. Jorge Manuel Carneiro Videira);-----
- m) Memória descritiva e justificativa da alteração alvará de loteamento (MDJ);-----
- n) Peças desenhadas:-----
- 1) Levantamento topográfico;-----
- 2) Planta situação atual do loteamento;-----
- 3) Planta de alterações;-----
- 4) Planta da pretensão;-----
- 5) Planta de acessibilidades - lote 8;-----
- 6) Ficha de lote nº 8.-----
- 2.4. A coberto do requerimento nº 1642/18 o requerente veio juntar novos elementos ao processo de forma a superar algumas incorreções, nomeadamente;-----
- o) Cd;-----
- p) Quadro sinóptico;-----
- q) Ficha de lote nº 8;-----
- r) Planta situação atual loteamento;-----
- s) Planta alterações;-----
- t) Planta da pretensão.-----
- 2.5. Não há elementos referentes ao estudo de acústica, no entanto, assumindo que as circunstâncias do local não alteraram, poderá ser

aproveitado o Estudo Acústico entregue pelo requerente aquando do 1º aditamento ao referido Alvará.-----

3. ANTECEDENTES-----

3.1. Consultado os antecedentes constata-se que o pedido em questão está inserido no loteamento nº 9/2001, através do qual é reposta a disciplina urbanística consignada no alvará de loteamento nº 5/97, entretanto caducado, totalizando 8 lotes destinados a habitação unifamiliar.-----

3.2. Em 26 de julho de 2016 é emitido o 1º aditamento ao Alvará nº 9/2001, mais concretamente no aumento da área do lote nº 9.-----

3.3. Em 10 de novembro de 2017, retificação da área do lote nº 9, de 1.193,30 m2 para 1.192,30 m2.-----

3.4. Em 25 de janeiro de 2018, é aprovado em reunião de Câmara um Pedido de Informação Prévia (PIP), em nome do requerente, referente à viabilidade de alterar as especificidades do loteamento definidas para os lotes nº 8 e 9.-----

4. ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

4.1. Nos Instrumentos de Gestão Territorial-----

4.1.1. Segundo a Planta de ordenamento do PDM de Chaves o lote nº 8 e nº 9 do referido loteamento, inserem-se, na sua maioria, em Espaços Classe 1- Espaços urbanos e urbanizáveis, da categoria 1.3 - Outros aglomerados, sendo que a alteração agora preconizada se insere, na sua totalidade, nessa classe de espaço.-----

4.1.2. De acordo com a planta de ordenamento do mesmo IGT sobre os prédios não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública.

4.2. No regime jurídico-----

4.2.1. O processo apresentado é referente a uma alteração à licença, de acordo com o artigo 27º, do Regime de Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e subsequentes alterações.-----

4.2.2. Enquadra-se ainda no Decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto que define as condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais.-----

5. DESCRIÇÃO DO PEDIDO-----

5.1. Segundo o descrito nos documentos entregues, o pedido em questão consiste na junção dos lotes nº 8 e nº 9 do acima referido loteamento, passando a ser denominado lote nº 8. -----

5.2. Nesse novo lote a criar, destina-se a implantar uma habitação unifamiliar, distribuída em dois volumes complementares, sendo esclarecido na memória descritiva que o uso da mancha de implantação a propor é complementar ao outro volume "garagem, arrumos e outros, como por exemplo: quarto de hóspedes, estúdio, sala de jogos, etc...".

5.3. Assim o lote nº 8 passará a ter as seguintes especificações:---

5.3.1. Área do lote - 1888,30 m2; Área de implantação moradias - 455,50m2; Área de construção moradias - 675,00m2; Cércea máxima - 6,75; nº de pisos máximo - R/C+1; Cota de soleira - 0,8;-----

5.4. De acordo com o enunciado, a área total dos lotes resultante desta junção mantém-se inalterada, bem como as especificações dos restantes lotes.-----

5.5. Refere ainda que não altera as infraestruturas já existentes.--

5.6. Segundo as Certidões da Conservatória agora entregues, o requerente é o proprietário dos lotes nº 8 e 9.-----

5.7. Preconiza ainda 4 lugares de estacionamento no interior do lote.-

5.8. Tendo em consideração que o requerente propõe Área de Construção máxima de 675,00 m2 e portanto inferior (menos 56,00 m2) à Área de Construção prevista no loteamento (totalizando no somatório dos lotes

nº 8 e nº 9 - 731,00 m2), e, tendo em consideração que não há aumento da área total de lotes e portanto da área total de terreno objeto da operação de loteamento, não deverá haver lugar a cedências de acordo com o artigo 21º do regulamento do PDM.-----

6. ANÁLISE DO PEDIDO-----

6.1. Analisando os requerimentos entregues, o pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria nº 113/2015 de 22 de abril e com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;--

6.2. Considerando que o pedido em análise se conforma com os parâmetros urbanísticos previstos no Plano Diretor Municipal e as especificações preconizadas são passível de se integrar na envolvente sem gerar constrangimentos;-----

6.3. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações, a alteração à licença de operação de loteamento só é precedida de consulta pública, quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados os limites definidos no n.º 2, do artigo 22.º do referido diploma legal, o que não se verifica no caso em apreciação;--

6.4. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27º, do Decreto acima referido, em articulação com o n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a alteração à licença de operação de loteamento não pode ser aprovada se ocorrer se ocorrer oposição escrita dos titulares da maioria da área dos lotes constantes do alvará, nesse sentido na sequência da informação nº 1261/DGOT/2018, com despacho de 7/08/2018, foi afixado Edital nº 73/18 pelo prazo de 10 dias.-----

6.5. Decorrido o prazo estabelecido para os proprietários de todos os lotes se pronunciarem sobre o presente pedido de alteração às especificações do alvará de loteamento n.º loteamento nº 9/2001, através do qual é reposta a disciplina urbanística consignada no alvará de loteamento nº 5/97, entretanto caducado, não ocorreu qualquer tipo de oposição escrita por parte dos mesmos.-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1. Face ao exposto, sou a propor que seja adotada a deliberação no sentido de **deferir** o pedido de alterações à licença, solicitado nos termos do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 e posteriores alterações.-----

7.2. Neste contexto, de acordo com o disposto no nº 1, do artigo 76º, do DL nº 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, deve ser comunicado ao requerente que dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 2.º aditamento ao Alvará de Loteamento nº 9/2001, através do qual é reposta a disciplina urbanística consignada no alvará de loteamento nº 5/97, sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do citado diploma legal, devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente:--

7.2.1. Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares) e em base digital;-----

7.2.2. Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência;-----

7.2.3. Atualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregue, no caso de estas não se encontrarem válidas.-----

Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do DL nº 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, as quais se encontram

estabelecidas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 03.09.2018:-----

Visto. Atenta a fundamentação de facto e de direito constante desta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação consubstanciando o deferimento do pedido de alteração à licença de operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 9/2001 (2º aditamento).-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA AREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA CONSUMO PRÓPRIO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 565/15 - ANTEROS - EMPREITADA, S.A. - LUGAR DE SÃO FRAÚSTO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 30.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 1451/18, em 12-07-2018, foi registado nesta unidade orgânica o ofício remetido pela Infraestruturas de Portugal, S.A, com a referência 5020 VRL 180606, de 09-07-2018, referente à legalização do Posto de Abastecimento de Combustíveis para consumo próprio dos trabalhadores da sociedade anónima ANTEROS - Empreitada, Sociedade de Construção e Obras Públicas, S.A, no qual aquela entidade externa ao Município de Chaves informa que mantém o parecer desfavorável anteriormente emitido e transmitido a esta autarquia com a referência Ct.153/GRVRL/2017, de 22-06-2017, por se encontrar em falta o licenciamento da localização para a implantação do PAC, previsto no Dec-Lei n.º 87/2014, de 29 de maio, nos seguintes termos:-----

"De facto, a informação emitida pela Direção Geral de Energia e Geologia anexa ao pedido de parecer remetido por essa Autarquia, refere que o posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio se insere em procedimento simplificado, cuja competência para o licenciamento da actividade, regulada pelo decreto-Lei n.º 267/2002, é atribuída à Câmara Municipal, o que não colide com as competências próprias da IP, no que se refere ao licenciamento da localização, no âmbito do decreto-Lei n.º 87/2014.-----

Em relação ao facto de o local onde será implantado o PAC ser marginal à E.N 103, estará sob jurisdição da IP, por onde se efetua o acesso às instalações, nada há a acrescentar ao referido na n/ comunicação anteriormente referida.-----

Acrece por último que a instalação está igualmente sujeita a parecer prévio vinculativo, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 42º do

Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional aprovado pela Lei nº 34/2015, de 27 de abril, sendo nulas as licenças ou autorizações emitidas por quaisquer entidades em desrespeito da referida disposição legal."-----

2-ANTECEDENTES-----

2.1-Por consulta ao Arquivo Municipal constata-se a existência dos seguintes antecedentes:-----

a) Processo administrativo registado com o nº 166/01, o qual culminou com a emissão do alvará de obras de Construção Nº 10/2003, emitido em 15-01-2003, titulando o licenciamento das obras de edificação referentes à Instalação dos Estaleiros Gerais da empresa, Anteros Empreitadas, as quais incidiram sobre o prédio misto sito no lugar de São Fraústo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 00824/090999 e inscrita a parte urbana sob o artigo 5 e a rústica sob o artigo 670º.-----

b) Alvará de Autorização de Utilização Nº 51/2005, emitido em 14-01-2005, titulando por despacho de 28-01-2005, a autorização de utilização das instalações construídas sob a licença de obras de construção nº 10/2003.-----

2.2-Compulsado o processo administrativo registado com o nº 565/15, referente à construção/legalização de um posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, constata-se os seguintes procedimentos:-----

a) Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 1456/15, de 18-09-2015, a sociedade anónima, ANTEROS - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A, solicita a licença para a construção de um posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, constituído por um reservatório fixo e subterrâneo com a capacidade de 40 000 litros, instalação classificada da classe A1, a instalar no prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 824/19990909, situado na freguesia de Samaiões.-----

b) INFORMAÇÃO Nº 829/SCOU/2016, de 29-07-2016, elaborada no seguimento de uma contestação ao solicitado pelas Infraestruturas de Portugal, S.A, no seu parecer com a referência 8209VRL 151207, de 11-12-2015, constante no processo a folhas nº 88 e 89.-----

c) INFORMAÇÃO Nº 1336/SCOU/2016, de 06-12-2016, elaborada no seguimento de uma reunião de trabalho, convocada pelo Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Srº Drº Marcelo Delgado, na qual foi proposto por aquele dirigente questionar as Infraestruturas de Portugal, S.A, relativamente à necessidade de licenciamento do posto de abastecimento de combustíveis, à luz do Decreto-Lei nº 87/2014, de 29 de maio, tendo nessa sequência sido remetido àquela entidade o n/ ofício com a referência - 1173/DGOT/2016, de 15-12.-2016.-----

d) AUTO DE VISTORIA Nº 98, elaborado pela Comissão de Vistorias, de acordo com o previsto no nº 6 do artigo 73º-C do RMUE.-----

e) Exposição da firma Anteros Empreitadas - Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A, constante no processo a folhas nº 138 à nº 143.

f) INFORMAÇÃO Nº 421/DICN/DSC/2017, emitida pelo Chefe de Divisão da Direção Geral de Energia e Geologia - Área Norte, Engº Sérgio Ernesto Oliveira Ferreira, constante no processo a folhas nº 134 à nº 137. -----

g) Exposição da requerente, registada com o nº 478/18, sendo do seu entendimento que a presente operação urbanística, não está sujeita ao parecer mencionado na alínea b) do nº 2 do artigo 42º da Lei nº 34/2015, de 27/4, a qual aprovou o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O pedido encontra-se acompanhado com os seguintes elementos:-----

- Declaração de Conformidade digital, do Engº Civil, Carlos Manuel Gouveia de Carvalho, na qualidade de técnico autor da Descrição Sumária da Instalação do processo de licenciamento simplificado da classe A1 de um posto de abastecimento de combustíveis, para consumo próprio, com a capacidade de 40 m3, para gasóleo rodoviário e seguro de responsabilidade civil do técnico cuja apólice possui o nº 00841000027900000, emitida pela AXA Portugal, S.A.-----
- Certidão da Conservatória do Registo Predial do prédio misto descrito com o nº 824/19990909.-----
- Fotocópia do cartão de contribuinte da requerente e dos cartões de cidadãos dos seus representantes.-----
- Fotocópia do alvará de autorização de utilização nº 51/2005.-----
- Documento comprovativo da inscrição no INCI da entidade executora do projecto - Anteros Empreitadas - Sociedade de Construções e Obras Públicas, titular do alvará de construção nº 6176.-----
- Plantas topográficas fornecidas pela CM de Chaves, actualizadas e devidamente assinaladas com o local da instalação (de localização, enquadramento, de ordenamento e de condicionantes).-----
- Dois exemplares da Descrição Sumária da Instalação, incluindo a declaração de conformidade assinalada pelo técnico, documentos da sua identificação, inscrição profissional e seguro de responsabilidade civil, memória descritiva e peças desenhadas.-----
- Um exemplar da Descrição Sumária da Instalação aprovada e visada após análise técnica por entidade inspectora de combustíveis (EIC), reconhecida para o efeito pela DGEG - Parecer dom ISQ nº EIC201500897/01.-----
- Comprovativo de entrega na ANPC - CDOS de Vila Real do pedido de parecer a esta entidade.-----
- Um CD com o projecto em formato digital (com o respectivo termo de conformidade digital). -----

4-ENQUADRAMENTO DO PEDIDO-----**4.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 102º-A do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com posteriores alterações, por dizerem respeito a obras levadas a efeito, sem qualquer controlo prévio, por parte da administração.-----

De acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 2º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a construção do posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, constituído por um reservatório fixo e subterrâneo com a capacidade de 40 000 litros, está sujeita a licença administrativa.-----

4.2-No Decreto-Lei nº 267/2002²¹, de 26/11, republicado pelo Decreto-Lei nº 217/2012, de 9/10-----

De acordo com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 267/2002, de 26/11, alterado pelo Decreto-Lei nº 217/2012, de 9/10, é da competência da Câmara Municipal o licenciamento de abastecimento de combustíveis, não localizados nas redes viárias regional e nacional.-----

²¹ Diploma legal que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de, entre outras instalações: -----

a) Instalações de armazenamento de produtos de petróleo;-----

Pelo expresse Anexo III²² do Decreto-Lei n° 267/2002, de 26/11, alterado pelo Decreto-Lei n° 217/2012, de 9/10, a instalação do posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio igual ou superior a 10 m³, fica sujeito a licenciamento simplificado.-----
Atendendo a que a instalação do posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, constituído por um reservatório fixo e subterrâneo com a capacidade de 40 000 litros, é da classe A1, a mesma está sujeita a licenciamento, de acordo com o disposto no artigo 18° da Portaria n° 1188/2003, de 10/10, alterada pela Portaria n° 1515/2007, de 30/11.-----

De acordo com o disposto no n° 2 do artigo 18° da Portaria n° 1515/2007, de 30/11, a instalação apenas está sujeita a vistoria final comunicando a entidade licenciadora (Câmara Municipal de Chaves) à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) a localização e a entrada em exploração da mesma.-----

Nos termos do disposto do n° 2 do artigo 5° do Decreto-Lei n° 267/2002, de 26/11, alterado e republicado pelo decreto-Lei n° 217/2012, de 9/10, a operação urbanística de legalização de um posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, constituído por um reservatório fixo e subterrâneo com a capacidade de 40 000 litros, obedece aos procedimentos administrativos aplicáveis à respectiva operação urbanística.-----

4.3-Nas Disposições do Plano Diretor Municipal-----

Pretende-se a requerente legalizar um posto de abastecimento de combustíveis, com a capacidade de 40 000 litros, da classe A1 no prédio misto sito no lugar de São Fraústo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n° 00824/090999 e inscrita a parte urbana sob o artigo 5° e a rústica sob o artigo 670°.-----

De acordo com o Plano Diretor Municipal, o prédio misto supra referido insere-se em espaço da classe 2 - Espaços Industriais, cumprindo o disposto no n° 2 do artigo 52°²³ do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

4.4-Nos Regulamentos Municipais -----

²² **Anexo III - Instalações com licenciamento simplificado ou não sujeitas a licenciamento -----**

B- Instalações não sujeitas a licenciamento -----

Classe A - Instalações sujeitas a licenciamento simplificado -----

Ficam sujeitas a licenciamento simplificado as instalações das seguintes classes, que não incluem instalações onde se efectue o enchimento de taras ou de veículos cisterna: -----

Classe A1 -----

d) Postos de abastecimento de combustíveis para consumo próprio e cooperativo com capacidade igual ou superior a 10 m³. -----

²³ **Artigo 52° - Armazenamento de combustíveis e de materiais explosivos ou perigosos -----**

1-Os depósitos e armazéns de combustíveis e de materiais explosivos ou perigosos só poderão localizar-se em espaço agro-florestal, sem prejuízo do cumprimento das condições de segurança legalmente estabelecidas para cada caso, e desde que o município reconheça não haver inconveniente na sua instalação nos locais pretendidos. -----

2-Quando se tratar de depósitos ou armazéns de combustíveis, é ainda admissível a sua localização em espaços industriais ou em espaços urbanos e urbanizáveis, desde que sejam destinados exclusivamente ao serviço e abastecimento dos respectivos usos e actividades dominantes e sejam cumpridos todos os condicionamentos de segurança legalmente estabelecidos. -----

O pedido tem enquadramento legal no artigo 73º C - Procedimento de legalização de operações urbanísticas, do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

4.5-Pareceres de entidade externa -----

As Infraestruturas de Portugal, S.A, relativamente à presente operação urbanística emitiu os pareceres desfavoráveis, a seguir mencionados, constantes no processo registado com o nº 565/15, a folhas nº 88 e 89, 104 e 105, 119 (frente e verso) e 151 e 152, respetivamente:-----

-Ofício com a referência 8209VRL 151207, de 11-12-2015;-----

-Ofício com a referência Ct 077/GRVRL/2016, de 31-03-2016;-----

-Ofício com a referência Ct.153/GRVRL/2017, de 22-06-2017;-----

-Ofício com a referência 5020VRL 180606, de 09-07-2018.-----

5- CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1-A interessada pretende a legalização de um posto de abastecimento de combustíveis, para consumo próprio, constituído por um reservatório fixo e subterrâneo com a capacidade de 40 000 litros, da classe A1, sujeito a licenciamento simplificado, nos termos do disposto na alínea d) do ANEXO III do Decreto-Lei nº 267/2002, de 26/11, alterado pelo Decreto-Lei nº 217/2012, de 9/10.-----

5.2-De acordo com o disposto no nº 2 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 267/2002, de 26/11, com posteriores alterações, a instalação do posto de abastecimento de combustíveis, com a capacidade de 40 m3, da classe A1, segue a tramitação aplicável à respectiva operação urbanística, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, com as especificidades estabelecidas naquele diploma legal.-----

5.3-O pedido de legalização, apresentado sob o requerimento nº 1456/15, encontra-se acompanhado com os elementos instrutórios mencionados no nº 1 do artigo 18º da Portaria nº 1188/2003, de 10/10, alterada pela Portaria nº 1515/2007, de 30/11 e com um exemplar da Descrição Sumária da Instalação aprovada e visada após análise técnica por entidade inspectora de combustíveis (EIC), reconhecida para o efeito pela DGEG - Parecer do ISQ nº EIC201500897 /01.-----

5.4-De acordo com o disposto no nº 6 do artigo 73º -C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, foi realizada uma vistoria ao imóvel em 12-01-2017, da qual resultou o Auto de Vistoria Nº 98, o qual se reproduz na presente informação técnica para todos os efeitos legais.-----

5.5-Da vistoria realizada concluiu-se que, não há necessidade de obras de correcção e/ou adaptação no posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, -----

5.6-Atenta aos quatro pareceres desfavoráveis emitidos pelas Infraestruturas de Portugal, S.A, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, o pedido de legalização do posto de abastecimento de combustíveis não é passível de merecer parecer favorável.-----

5.7-Quanto à exposição apresentada pela interessada sob o requerimento nº 478/16, salvo melhor opinião, compete às Infraestruturas de Portugal, S.A, tal apreciação, em virtude de ser matéria referente ao novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei nº 34/2015, de 27/4. -----

6-RESPONSABILIDADE-----

O pedido encontra-se instruído com a Declaração de Conformidade digital, do Engº Civil, Carlos Manuel Gouveia de Carvalho, de acordo com o modelo publicado no Anexo nº 2 da Portaria nº 1188/2003, de 10/10.-----

7-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1-Considerando que, o projecto de legalização, apresentado sob o requerimento nº 1456/15, se encontra elaborado com os elementos mencionados no nº 1 do artigo 18º da Portaria nº 1188/2003, de 10/10, alterada pela Portaria nº 1515/2007, de 30/11;-----

7.2-Considerando os pareceres emitidos pela Infraestruturas de Portugal, S.A, mencionados no item 4.5 da presente informação técnica, são todos eles desfavoráveis;-----

7.3-Considerando ainda que, a presente operação urbanística está sujeita a parecer prévio vinculativo, nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 42º do Estatuto de Estradas da Rede Rodoviária nacional, aprovado pela Lei nº 34/2015, de 27/4, bem como se encontra em falta o licenciamento da localização para a implantação do PAC, previsto no Dec-Lei nº 87/2014, de 29/5. -----

8-PROPOSTAS -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e diplomas legais acima referidos tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

8.1-Agendamento desta assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se que seja praticada deliberação pelo Executivo consubstanciada na intenção de indeferir o pedido de legalização das obras de construção, solicitado sob o requerimento registado com o nº 1456/15, nos termos do disposto no artigo 102º -A, conjugado com o expresso na alínea c) do nº 1 do artigo 24º, ambos do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9 e no artigo 73º - C do RMUE.-----

8.2-De acordo com o disposto nos artigos 121º²⁴ e 122º²⁵ do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7/1, deve ser dado á interessada o prazo de 10 dias para, em audiência

²⁴ **Artigo 121º - Direito de Audiência Prévia -----**

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta. -----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos. -----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos. -----

²⁵ **Artigo 122º - Notificação para a audiência -----**

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece o projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado. -----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.

prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 05.09.2018:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa, por violação das normas legais e regulamentares expressas nos itens 7.2 e 7.3, deste documento.-----

Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para , querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima anunciada.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.10-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA AREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 448/15 - MARIA ALBERTINA RIBEIRO COELHO TEIXEIRA - LUGAR DE POÇAS, AGRAÇÕES, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 31.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO -----

1.1- Através do requerimento n.º 1737/18, referente ao processo n.º 448/15, a Sr.ª Maria Albertina Ribeiro Coelho Teixeira, na qualidade de proprietária, solicita, um pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de construção²⁶ de um armazém agrícola, situada no lugar de Poças - Agrações, União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações no concelho de Chaves. -----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial, o prédio rústico tem a área de 4.800,00 m² está inscrito na matriz com o n.º 2137 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 826/20150421, da freguesia de Póvoa de Agrações. -----

2 - ANTECEDENTES -----

2.1- Medida de tutela da legalidade urbanística - Demolição, de acordo com despacho superior datado de 20 de Novembro de 2017 e na sequência da Informação 76/DAF/FISC/2015.-----

2.2- Por deliberação de Câmara, datada de 28 de Outubro de 2016, foi o pedido de legalização indeferido, por impossibilidade de cumprimento

²⁶ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações; --

do disposto no n.º 6 do artigo 73.º- C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

2.3 - Por deliberação de Câmara, datada de 31 de Março de 2017, foi o projeto indeferido, após audiência prévia do interessado.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Planta de localização, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

- Termo de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:500;-----

- Plantas à escala de 1:100;-----

- Alçados à escala de 1:100;-----

- Cortes longitudinal à escala de 1:100;-----

- Fotografias;-----

- Declaração do topógrafo;-----

- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----

- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado RJUE), por se reportar à legalização das obras de construção de um armazém agrícola.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 61 A, o prédio rústico está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- A requerente pretende a legalização da construção de um armazém agrícola, projetado num só piso, com a área de 21.40 m² e uma cêrcea de 2,88 metros.-----

5.2- A requerente solicita, o aproveitamento dos elementos que instruíram o processo e que culminou com o indeferimento do projeto apresentado sob requerimento n.º 1175/15, de 29 de Julho de 2015.----

5.3- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-08-09, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"73/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de que, o armazém agrícola, não se encontra rebocado nem pintado, faltando ainda os projetos de especialidades, certificados ou relatórios técnicos, necessários a conferir solidez e salubridade à edificação. A requerente apresenta sob requerimento n.º 1737/18, datado de 17 de Agosto de 2018, fotografias elucidativas de ter levado a efeito a correção, consubstanciada, na pintura do armazém agrícola, bem como, apresenta termo de responsabilidade de autor do projeto de estabilidade, que atesta a observação das normas legais e regulamentares da edificação, no que diz respeito à solidez.-----

5.5 - A construção, preconiza uma área bruta de construção de 21,40 m², o que implica um índice de construção (Ic) de 0,0045 m²/m², que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno = 21,40 m²/4.800,00 m² = 0,0045 m²/m². -----

5.6- A edificação destina-se a "armazém agrícola", o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura e dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-Não há lugar ao cálculo de taxas de infraestruturas, face ao disposto no 3.4 do artigo 19.º do Regulamento n.º 314/2010.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 238,80 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 238,80 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas) do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma edificação, em que foi levada a efeito, sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.

8.2- Considerando, tratar-se de uma operação urbanística, em que não é possível, definir uma moda da cerca ou um alinhamento, a edificabilidade é condicionada pelo índice de construção do solo (ic), cerca e número de pisos. Neste sentido, pode -se concluir que o projeto em apreciação, respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos na alínea a1) da subalínea i) do n.º2 do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, pelo facto de contemplar, um índice de construção de 0,0045 m²/m², uma cerca de 2,88 metros e um número de pisos de 1.-----

8.3- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de construção acima enunciadas, insere-se no contexto urbano do local e mostra-se adequado ao uso.-----

8.4 - Considerando que a edificação é servida por estrada Municipal, pavimentada a betuminoso.-----

8.5- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.6- Considerando, que se trata de uma legalização de obras de construção, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal, delibere deferir, o presente pedido de legalização das obras de construção de "armazém agrícola", o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

À consideração superior-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) -----

PISO	Armazém	TOTAL
r/chão	21,40	
TOTAL		21,40

Cércea - 2,88 ml

Volume - 60,00 m³

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

- Não há lugar ao cálculo de taxas de infraestruturas, face ao disposto no 3.4 do art.º 19 do Regulamento n.º 314/2010.-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subseção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	11,85€	11,85 €
n.º5	Para edifício destinado a indústria ou armazém, por unidade de ocupação			
a)	Até 500 m2 de área bruta de construção	1	108,10€	108,10€
Art.76,n.º6	Vistoria		54,00€	54,00€
	TOTAL			238,80€

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 238,80 € -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 07.08.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio descritas na operação urbanística em causa (armazém agrícola) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do referido imóvel.---

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 421/18 - AUGUSTO ARIO GASPAR - LUGAR DE CAMPO REDONDO, VILA NOVA DE VEIGA, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 30.08.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1149/17 e 1718/18, referente ao processo n.º 421/18, o Sr.º Augusto Ario Gaspar, na qualidade de proprietário, solicita, um pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de ampliação²⁷ de uma habitação unifamiliar e da construção²⁸ de anexo, com alvará de licença de construção inicial n.º 217/01, situada no lugar de Campo Redondo - Vila Nova de Veiga, freguesia de São Pedro de Agostém no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 1.100,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1517 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1911/20000810, da freguesia de São Pedro de Agostém-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Alvará de licença de construção inicial n.º 217/01, para construção de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar com a área de 213,90 m².-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

²⁷ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente; -----

²⁸ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações; --

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º- A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- Extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização à escala 1:2 000;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Comprovativo de inscrição do técnico em associação pública de caráter profissional;-----
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de Medição;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Corte transversal e longitudinal à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenho de alterações;-----
- Pedido de isenção do plano de acessibilidades;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto acústico;-----
- Termo de responsabilidade do estudo de comportamento térmico;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de segurança contra incêndio;--
- Fatura de energia elétrica;-----
- Fatura do telefone;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por se reportar à legalização das obras de ampliação e construção de uma habitação unifamiliar e anexos.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação unifamiliar de cave, r/chão e andar, com a área bruta de construção de 311,44 m² e de um anexo de apoio com a área de 87,42 m². Pretende ainda legalizar, a alteração de vãos e a funcionalidade do espaço interior.-----

5.2- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, com os termos de responsabilidade do projeto de estabilidade, águas pluviais, acústico, águas e esgotos, segurança contra incêndio e projeto térmico. No que diz respeito à luz e telefone é apresentada fatura.-----

5.3- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-08-02, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 72/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no edifício principal e anexo, objeto de pedido de legalização das obras de construção.-----

5.5- A edificação situa-se no núcleo do aglomerado de Vila Nova de Veiga, tendo resultado da vistoria realizada, para efeitos de legalizações de operações urbanísticas, que a intervenção se integra no meio envolvente, onde a moda da cércea na frente urbana em que se insere é de cave, r/chão e andar.-----

5.6- A construção, segue os alinhamentos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio, de acordo com o disposto no artigo 26.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.7- A edificação destina-se habitação unifamiliar, o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1 - O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 312,58 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 504,10 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 816,68 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1 - Considerando, que a operação urbanística, consubstanciada, na ampliação de um edifício de "habitação unifamiliar" e na construção de "anexo", compagina-se com os afastamentos existentes e a manter na envolvente imediata, os alinhamentos e recuos à via pública com a qual confronta e a moda da cércea. Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

8.2- Considerando, que o prédio urbano objeto de legalização das obras de ampliação e construção acima enunciadas, encontra-se em bom estado de conservação interior e exteriormente e não necessita de obras de correção ou adaptação.-----

8.3 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.4- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.5- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências. Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido construído legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

8.6- Considerando que não há necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o titulo a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º 3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.1.2- Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

9.1.3- Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação do edifício de habitação unifamiliar e da construção de anexo de apoio, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização,

instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010-----

Áreas (m²) - com aumento de área de 184,96 m²-----

QUADRO I-----

- **Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)**-----

QUADRO II				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	1	0,16	0,16
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,22	0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	1	0,20	0,20
	- Lancil (Granito)	0	0,38	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	1	0,19	0,19
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,28	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,26	0,26
REDE DE ESGOTOS		1	0,37	0,37
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	0,51	0,51
C - custo das obras existentes na via pública			1,69	
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)			184,96	m²
Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m²				
- n.º 3 do artigo 25.º				
T = C x A			T =	312,58 €

QUADRO II-----

- **Cálculo das taxas administrativas**-----

(art.º 66 da subsecção IV)

Descrição		Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 18	Aumento de área bruta de construção, acresce por m² adicional	97,54 m²	3,20 € 312,13 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€ 11,85 €
n.º 11	Anexo de apoio	87,42 m²	1,00€ 87,42 €
Art.76,n.º 6	Vistoria		54,00€ 54,00 €
TOTAL			504,10 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 312,58 € + 504,10 € = 816,68 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 10.09.2018:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença (referente a obras de ampliação de uma moradia unifamiliar e a obras de construção de um anexo de apoio à mesma) e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa. No alvará de autorização a emitir deverá constar a menção expressa de que os imóveis a que respeita forma objecto de legalização.-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. VICTOR SANTOS, DATADO DE 2018.09.14. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. ORDENAMENTO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - PROCESSO N.º 338/18 - UNIÃO DE FREGUESIAS DE OUCIDRES DE BOBADELA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 14.06.2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa dar resposta ao solicitado, via correio eletrónico, pelo Sr. Luís Garcia, presidente da Junta de Freguesia do Planalto de Monforte (União de Freguesias de Oucidres e Bobadela). O pedido foi registado com o n.º de requerimento 958/18, relativo ao processo n.º 338/18.-----

A solicitação referida, consiste no pedido de colocação de sinalização rodoviária nas aldeias de Bobadela, Vilar de Iseu, Oucidres e Vila Nova de Monforte. Tendo para efeito, sido apresentado pelo requerente um estudo de colocação de sinais de trânsito nas referidas aldeias.--
Atendendo às condições das vias e à intensidade do trânsito, esta proposta visa garantir apenas as condições mínimas de sinalização nos principais entroncamentos, recorrendo apenas a sinalização vertical, já que uma intervenção mais profunda implicaria encargos elevados para o Município. O facto de a maior parte das vias estarem pavimentadas em terra ou em pedra, é também impeditivo à execução de sinalização horizontal.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim

em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

Bobadela-----

- a) Na entrada norte da aldeia, no caminho público junto ao entroncamento com a E.M. 541: Colocação de um (1) sinal de código B1 com 0,6 m de largura (cedência de passagem). -----
- b) Na Rua do Campo de Futebol, no entroncamento com a E.M. 541: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- c) Na Rua das Lobagueiras, junto ao Largo Adegas: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- d) Na Rua 25 de Abril, junto ao Largo Adegas: Colocação de um (1) sinal de código B1 com 0,6 m de aresta (cedência de passagem).-----
- e) Na Rua das Poças, no entroncamento com a Rua 15 de Maio: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- f) Na Rua do Tanque, no entroncamento com a Rua 15 de Maio: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- g) Na Rua da Tulha, no entroncamento com a Rua 15 de Maio: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- h) Na Rua do Prado, no entroncamento com a Rua 15 de Maio: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- i) Na Rua 25 de abril, no entroncamento com a Rua 15 de Maio: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----

Vilar de Iseu-----

- j) Na entrada norte da aldeia, no caminho público junto ao entroncamento com a Rua Central (continuidade da E.M.541): Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- k) Na Rua do Carvalho, no entroncamento com a Rua Central: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- l) Na Rua da Eira Velha, no entroncamento com a Rua Central: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- m) No caminho público, no entroncamento com a Rua Central e a Rua da Eira Velha: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- n) Na Rua de Cima, no entroncamento com a Rua Central: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- o) Na Rua de Baixo, no entroncamento com a Rua Central: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----

Oucidres-----

- p) No caminho público a oeste, no entroncamento com o caminho municipal de acesso a Vilar de Iseu (continuidade da E.M. 541): Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- q) No caminho público a este, no entroncamento com o caminho municipal de acesso a Vilar de Iseu: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----

- r) Na bifurcação norte do caminho público, no entroncamento com a Rua da Igreja (continuidade da E.M. 541): Colocação de um (1) sinal de código C1 (Sentido proibido) com 0,6 m de diâmetro.-----
- s) Na bifurcação sul do caminho público, no entroncamento com a Rua da Igreja: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- t) No caminho público a sul da aldeia, no entroncamento com a Rua do Roncal (continuidade da E.M. 541): Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.---
- u) Na Rua da Barreira, no entroncamento com a Rua do Roncal: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- v) Na Rua Bairro do Meio, no entroncamento com a Rua do Roncal: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- w) Na Rua da Lavandeira, no entroncamento com a Rua do Roncal: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- x) Na Rua da Escola, no entroncamento com a Rua do Roncal: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- y) Na Rua do Paranho, no entroncamento com a Rua do Roncal: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- z) No caminho público a oeste, no entroncamento com a Rua do Roncal: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----

Vila Nova de Monforte-----

- aa) No troço E.M. 541-1 a 150 metros do entroncamento com a E.M. 541: Colocação de um (1) sinal de código B9A com 0,7 m de largura (entroncamento com via sem prioridade) e painel indicador de distância modelo n.º 1a ("150 m")-----
- bb) Na E.M. 541 a 100 metros do entroncamento com o troço E.M. 541-1: Colocação de um (1) sinal de código B9B com 0,7 m de largura (entroncamento com via sem prioridade) e painel indicador de distância modelo n.º 1a ("100 m")-----
- cc) Na E.M. 541 no entroncamento com o troço E.M. 541-1: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,7 m.-----
- dd) No troço E.M. 541-1 no entroncamento com a E.M. 541: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,7 m e um (1) sinal de código B1 com 0,7 m de largura (cedência de passagem).-----
- ee) No entroncamento entre o troço E.M. 541-1 e a E.M. 541: Remoção de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) em mau estado.-----
- ff) Na Rua da Capela, no entroncamento com a E.M. 541: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----
- gg) Na Rua da Cruz, no entroncamento com a E.M. 541: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) com 0,6 m.-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 3.300,00€ (três mil e trezentos euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a) Remeter cópia da presente informação á Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

b) Notificar o Presidente da Junta de Freguesia do Planalto de Monforte (União de Freguesias de Oucidres e Bobadela), o Senhor Luís Garcia, da decisão que recaiu sobre a presente informação;-----

c) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante do Posto Territorial de Chaves da Guarda Nacional Republicana, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

d) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão;- ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 15.06.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À Consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.06.18. -----

Visto. Concorde. Proceda-se de acordo com a estratégia procedimental preconizada nesta informação técnica. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.15. COLOCAÇÃO DE ESPELHO PARABÓLICO E SINAL DE STOP - PROCESSO N.º 322/18 - CRUZAMENTO DA RUA DOS CODESSAIS E ESTRADA REAL, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 22.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa dar resposta ao solicitado, via correio eletrónico, pelo Sr. João Pinto, presidente da União de Freguesias da Madalena e Samaiões. O pedido foi registado com o n.º de requerimento 917/18, relativo ao processo n.º 322/18.-----

A solicitação referida, consiste no pedido de colocação de um "espelho parabólico" e um sinal "STOP" no cruzamento entre a Rua dos Codessaís e a Estrada Real, sito na freguesia acima referida, na cidade de Chaves.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

hh) Na Rua dos Codessaís: Colocação de um (1) espelho convexo em acrílico com 600 milímetros de diâmetro e recolocação de um (1) sinal de código C9 (Trânsito proibido a veículos de altura superior a 3,5 m) e um (1) indicador de distância "200 m", modelo 1 a. -----

ii) Na Estrada Real, no entroncamento com a Rua dos Codessaís: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) e execução de uma (1) "Linha de Paragem" com 0,5 metros de largura e uma (1) "Linha Branca Contínua" com 0,1 metros de largura e 5 metros de comprimento. -----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 350,00€ (trezentos e cinquenta euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com carácter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

e) Remeter cópia da presente informação á Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

f) Notificar o Presidente da União de Freguesias da Madalena e Samaiões, o Senhor João Pinto, da decisão que recaiu sobre a presente informação; -----

g) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante da Esquadra de Trânsito da Polícia de Segurança Pública de Chaves, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

h) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 24.05.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À Consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.25. -----

Visto. Proceda-se conforme preconizado na proposta ínsita na informação técnica infra. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.16. ALTERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA - PROCESSO N.º 194/18 - RUA JOÃO JOSÉ DELGADO, RUAS A E B À AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES E TRAVESSA DE JOÃO JOSÉ DELGADO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 26.03.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação/proposta visa dar resposta ao solicitado pelo Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade, por despacho datado de 15.MAR.2018, relacionado com o pedido para elaboração de uma proposta com vista à alteração da sinalização rodoviária na Rua João José Delgado, Ruas A e B à Avenida dos Irmãos Rui e Garcia Lopes e Travessa de João José Delgado, tendo em vista a proibição de estacionamento nestas vias.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo, por arruamento:-----

jj) Na Rua João José Delgado: i) Colocação de quatro (4) sinais de código C15 (Estacionamento proibido); de dois (2) sinais de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) e três (3) sinais de código H7 (Passagem para peões); ii) Remoção de um (1) sinal de código H7 (Passagem para peões) e de um (1) sinal de código B1 (Cedência de passagem);-----

kk) Na Rua B à Avenida dos irmãos Rui e Garcia Lopes: Transladação de um (1) sinal de código H7 (Passagem para peões);-----

ll) Na Rua A à Avenida dos irmãos Rui e Garcia Lopes: Transladação de um (1) sinal de código H7 (Passagem para peões) e colocação de um (1) sinal de código C15 (Estacionamento proibido/ "Exceto Moradores");-----

mm) Na Travessa João José Delgado: i) Colocação de um (1) sinal de código C15 (Estacionamento proibido) e de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento); ii) Remoção de dois (2) sinais de código H7 (Passagem para peões) e de um (1) sinal de código B1 (Cedência de passagem).-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 1.300,00 € (mil e trezentos euros).-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de

agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com carácter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a) Remeter cópia da presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

b) Notificar o Presidente da Freguesia de Santa Maria Maior, o Senhor Hugo Silva, da decisão que recaiu sobre a presente informação;-

c) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante da Esquadra de Trânsito da Polícia de Segurança Pública de Chaves, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

d) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 26.03.2018:-----

Atento os fundamentos de facto e de direito expressos na presente informação técnica, sou a propor que, nos termos da mesma, seja superiormente proferida decisão administrativa conducente ao sancionamento da estratégia procedimental enunciada no seu ponto 4.--
À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.03.26. -----

Visto. Concordo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.17. COLOCAÇÃO DE PASSADEIRAS - PROCESSO N.º 290/18 - RUA GENERAL FERREIRA MONTALVÃO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 09.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação/proposta visa dar resposta ao solicitado pelo Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade, por e-mail datado de 20.ABR.2018, relacionado com um pedido apresentado através de correio electrónico, pela Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade e

Sanjurge, com vista à colocação de duas "passadeiras para peões" na Rua general Ferreira Montalvão, sita na referida Freguesia, na cidade de Chaves-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

nn) Na Rua General Ferreira Montalvão: Colocação de dois (2) sinais de código H7 (Passagem para peões); Execução de duas "Linhas de Paragem" com 0,5metros de largura e Execução de "Passadeira" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento;-----

oo) Na Rua General Ferreira Montalvão, no entroncamento com a Rua Passadouros: Colocação de quatro (4) sinais de código H7 (Passagem para peões); Execução de quatro (4) "Linhas de Paragem" com 0,5metros de largura e Execução de duas (2) "Passadeiras" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento;-----

pp) Na Rua Passadouros a poente, no entroncamento com a Rua General Ferreira Montalvão: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento), dois (2) sinais de código H7 (Passagem para peões); Execução de duas (2) "Linhas de Paragem" com 0,5metros de largura e Execução de uma "Passadeira" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento;-----

qq) Na Rua Passadouros a nascente, no entroncamento com a Rua General Ferreira Montalvão: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento).-----

rr) Na Rua General Ferreira Montalvão, no entroncamento com a Rua Dr. Artur Almeida Carvalho: Colocação de dois (2) sinais de código H7 (Passagem para peões); Execução de duas (2) "Linhas de Paragem" com 0,5metros de largura e Execução de uma "Passadeira" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento;-----

ss) Na Rua Dr. Artur Almeida Carvalho, no entroncamento com a Rua General Ferreira Montalvão: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento), dois (2) sinais de código H7 (Passagem para peões); Execução de duas (2) "Linhas de Paragem" com 0,5metros de largura e Execução de uma "Passadeira" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento;-----

tt) Na Rua General Luís Pimentel Pinto, no entroncamento com a Rua General José Maria Magalhães: Colocação de dois (2) sinais de código H7 (Passagem para peões); Execução de duas (2) "Linhas de Paragem" com 0,5metros de largura e Execução de uma "Passadeira" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento;-----

uu) Na Rua General José Maria Magalhães, no entroncamento com a: Rua General Luís Pimentel Pinto: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento) e Execução de uma "Passadeira" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento;-----

vv) No acesso ao novo Complexo de Treinos do G.D, Chaves, no entroncamento com a: Rua General Luís Pimentel Pinto: Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória no cruzamento ou entroncamento).-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 2.700,00€ (dois mil e setecentos euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos: -----

e) Remeter cópia da presente informação á Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada; -----

f) Notificar o Presidente da União de Freguesias de Santa Cruz/Trindade/Sanjurge, o Senhor José António Oliveira Carreira, da decisão que recaiu sobre a presente informação; -----

g) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante da Esquadra de Trânsito da Polícia de Segurança Pública de Chaves, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos; -----

Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 09.05.2018: -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.

À Consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.11. -----

Visto. Proceda-se conforme preconizado na informação técnica infra.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.18. COLOCAÇÃO DE PASSADEIRAS E SINALIZAÇÃO VERTICAL - PROCESSO N.º 221/18 - RUA HERÓIS DE MUCABA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 04.04.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

A presente informação/proposta visa dar resposta ao solicitado pelo Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade, por e-mail datado de 27.MAR.2018, relacionado com um pedido apresentado pela Sra. Maria do Céu Lopes de Castro Vidal, para a colocação de passadeiras e respectiva sinalização, junto à entrada principal do Externato "O Pinguim", sita na Rua Heróis de Mucaba, com vista à melhoria das condições de segurança de peões, no local. Uma vez que existe ainda na Rua Heróis de Mucaba, uma entrada/saída secundária do referido Externato "O Pinguim", e tendo a mesma alguma afluência de pessoas/utentes, considerou-se que, também esta zona deveria ser melhorada nos mesmos termos previstos para a entrada principal.-----

2. ENQUADRAMENTO E PROPOSTA TÉCNICA -----

2.1. Após deslocação ao local, e atendendo às disposições legais previstas no Regulamento de Sinalização e Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º22-A/98, e ulteriores alterações, bem como no Código da Estrada, publicado pela Lei n.º72/2013, de 3 de setembro, estes serviços julgam, salvo melhor opinião, e tendo em conta o fim em vista, que devem ser implementadas as seguintes medidas/ações, representadas graficamente nas peças desenhadas em anexo:-----

ww) No entroncamento da Rua Heróis de Mucaba com a Rua de Inácio Pizarro: Colocação de um (1) sinal de código A14 (Crianças);-----

xx) Junto à entrada secundária do Externato "O Pinguim", na Rua Heróis de Mucaba: Colocação de dois (2) sinais de código H7 (Passagem para peões); Execução de "Linha de Paragem" com 0,5 metros de largura e Execução de "Passadeira" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento;-----

yy) No entroncamento da Rua Heróis de Mucaba com a Rua Rainha Santa Isabel, junto à entrada principal do Externato "O Pinguim", na Rua Heróis de Mucaba: Colocação de dois (2) sinais de código H7 (Passagem para peões); Execução de "Linha de Paragem" com 0,5 metros de largura e Execução de "Passadeira" com faixas de 0,5 metros de largura e 4 metros de comprimento.-----

2.2. Estima-se que os encargos com a materialização das ações, propostas no ponto anterior, possam ascender a 600,00€ (seiscentos euros), aproximadamente.-----

3. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA AUTARQUIA LOCAL, EM MATÉRIA DE SINALIZAÇÃO

3.1. Por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

3.2. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma

postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com caráter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

3.3. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, a decisão sobre colocação de sinalização, de caráter permanente, deve ser adotada pelo órgão deliberativo municipal.-----

4. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica **à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz**, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima **Reunião da Câmara Municipal**, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da **Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento** da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

h) Remeter cópia da presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

i) Notificar o Presidente da União de Freguesias de Santa Cruz/Trindade/Sanjurge, o Senhor José António Oliveira Carreira, da decisão que recaiu sobre a presente informação;-----

j) Após a materialização da sinalização no local, deverá a DRO dar conhecimento ao Senhor Comandante da Esquadra de Trânsito da Polícia de Segurança Pública de Chaves, do teor da presente informação técnica e respetivos anexos;-----

k) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado com a alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 05.04.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À Consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.04.10. -----

Visto. Concordo. Proceda-se conforme preconizado na informação técnica infra. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.19. COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA E REDUTORES DE VELOCIDADE - PROCESSO N.º 289/18 - PEREIRA DE VEIGA, SESMIL E VILA NOVA DE VEIGA - FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DO SR. ENG.º GUILHERME TOMAZ DATADA DE 22.05.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I. INTRODUÇÃO-----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém, através de correio eletrónico remetido para esta Divisão, em 24-04-2018, solicita autorização para a colocação de sinalização rodoviária (Sinal de Código B2) nos entroncamentos do caminho de acesso a Sesmil com a estrada R314, caminho de acesso a Pereira de Veiga com a estrada municipal 537 e uma Lomba Redutora de Velocidade (LRV), no troço do caminho que Liga o Bairro do Freixo, junto á Quinta do Rebentão, com o Santuário da Senhora da Saúde (nas proximidades dos edifícios de habitação), por forma a regular o trânsito e evitar acidentes no mesmo local.-----

II. DA COMPETÊNCIA PARA A COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO NA VIA PÚBLICA----

2.1. Nos termos do disposto no n.º1, do artigo 3.º, do Regulamento de Sinalização do Trânsito (RST), publicado pelo Decreto-Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro, a instalação de sinais de trânsito nas vias públicas só pode ser efetuada pelas entidades competentes para a sua sinalização ou mediante autorização destas entidades.-----

2.2. Atendendo disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, diploma legal que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar posturas e regulamentos com eficácia externa do município.-----

2.3. Ora, de acordo com a jurisprudência que tem vindo a ser tirada sobre a matéria, um sinal de trânsito consubstancia, em bom rigor, uma postura com eficácia externa, devendo, nesta justa medida, a sua colocação na via pública, com carácter permanente, ser objeto de sancionamento por parte do órgão deliberativo municipal.-----

2.4. Partindo do enquadramento legal, acima enunciado, verifica-se, portanto, que, no caso individual e concreto, estamos perante uma situação cujo sancionamento se encontra cometido ao órgão deliberativo municipal.-----

III. PROPOSTA TÉCNICA -----

3.1. Constatada a necessidade de implementação de sinalização reguladora das regras de circulação rodoviária nos locais indicados, e visando dar resposta ao pedido em causa, os serviços técnicos da DPM procederam à elaboração da presente, proposta em conformidade com disposto no artigo 13.º do RST, que se traduz na implementação das seguintes medidas:-----

(i) Colocação de um (1) sinal de código B2 (Paragem obrigatória -STOP) no entroncamento do caminho municipal de acesso a Sesmil com a estrada nacional n.º 314;-----

(ii) Colocação de um sinal de código B2 (Paragem obrigatória -STOP) no entroncamento do caminho de acesso a Pereira de Veiga com a estrada municipal n.º 537;-----

(iii) Colocação de uma lomba redutora de velocidade (LRV), em borracha vulcanizada, com 3 centímetros de altura, em toda a secção transversal da faixa de rodagem (aproximadamente 6,0 metros), no local assinalado nas peças desenhadas em anexo;-----

(iv) Colocação dos seguintes sinais verticais de código, associados à LRV: dois sinais "A2a" (lomba), dois sinais "H6" (Velocidade

recomendada de 30 Km/hora) e dois painéis adicionais modelo "1a" (indicador de distância).-----

3.2. Aspetos relacionados com a execução física da proposta:-----

3.2.1. Tendo em conta que, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém manifestou a vontade de assumir os encargos com a aquisição e colocação da sinalização proposta;-----

3.2.2. Tendo em conta o tipo de trabalhos necessários para a materialização desta proposta, considera-se que os mesmos devem ser realizados pelos serviços da DRO, de acordo com a representação gráfica indicada nas peças desenhadas em anexo, e de acordo com o Regulamento de sinalização do Trânsito e Código da Estrada;-----

3.2.3. Contudo, não visando esta informação propor a aquisição direta de material, nem a contratação de qualquer serviço, uma vez que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia manifestou a vontade de fornecer a supramencionada sinalização rodoviária, a decisão de aprovação técnica da presente proposta não deve ficar dependente das seguintes formalidades:-----

- de pedido de parecer prévio, uma vez que não se trata de prestação de serviços;-----

- Verificação da existência de fundo disponível, porque não está subjacente a intenção de realização de despesa direta com aquisição de material.-----

IV. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

4.1. Que se submeta a presente proposta técnica à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz, com vista a exarar despacho de agendamento deste assunto à próxima Reunião da Câmara Municipal, tendo em vista a obtenção de uma deliberação conducente à sua aprovação;---

4.2. Alcançado tal desiderato, e uma vez que estamos na presença de uma postura do município com eficácia externa, deverá a presente proposta ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento da proposta em causa, tendente à colocação da sinalização de trânsito, em via pública, e com caráter permanente, por força do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I, do RJAL;-----

4.3. Caso a presente proposta venha a ser sancionada por parte do Órgão Deliberativo do Município, nos termos anteriormente sugeridos, propõe-se que sejam determinados os seguintes procedimentos:-----

a) Remeter cópia da presente informação à Divisão de Recursos Operacionais, a fim desta unidade orgânica adotar todos os procedimentos que permitam implementar a sinalização indicada nas plantas em anexo, de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito e do Código da Estrada;-----

b) Notificar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém, da decisão que recaiu sobre a presente informação;-----

c) Por último, no cumprimento do disposto no artigo 56º, conjugado coma alínea t), do n.º1, do artigo 35.º, ambos do RJAL, deverá proceder-se à publicação da decisão: i) Em edital afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão; ii) No sítio da Internet e no boletim da autarquia local, nos 30 dias subsequentes à sua prática.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL TEIXEIRA PEIXOTO, DE 28.05.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. À Consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 2018.05.29. -----

Visto. Proceda-se conforme preconizado nesta informação técnica. ----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. "CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO". PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

Foi presente a informação nº 268/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 125 de 30 de Junho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondelo". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 18 de Agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Construções Quatro de Maio, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 30 de Agosto de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 252.565,00€ (Duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -----

5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 11 de Setembro de 2017. -----

7. O Adjudicatário tomou conhecimento da aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra a 12 de Outubro de 2017. -----

8. O prazo de execução da obra, já foi prorrogado a título gracioso até 8 de Setembro de 2018. -----

9. A entidade e executante, através de correio eletrónico do dia 4 de Setembro de 2018, vem solicitar uma prorrogação do prazo de execução da obra. -----

II - Fundamentação -----

1. No referido pedido de prorrogação, o adjudicatário vem alegar atrasos devido à não disponibilidade dos terrenos particulares por parte do Município para execução de caminho de acesso à ETAR, onde se prevê a construção de um muro, bem como a execução da rede de saneamento neste troço. -----

2. Feita análise dos argumentos apresentados pelo adjudicatário, cumpre informar: -----

- a) De acordo com a alínea c) do ponto n.º 1 da Clausula 9.ª do Caderno de Encargos, a entidade executante, abriga-se a concluir a execução da obra, 150 dias a contar da data da sua consignação ou da data em que o Dono de Obra comunique à entidade executante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última seja posterior; -----
- b) Desde o início dos trabalhos que o adjudicatário tomou conhecimento da realidade da obra; -----
- c) De facto não se encontra ainda disponível a expropriação da Parcela n.º 2, onde se prevê a travessia do coletor de saneamento e o alargamento para o acesso à ETAR; -----
- d) De acordo com informação do Gabinete de Notariado e Expropriações do Município, nesta data verifica-se que a referida Parcela ainda não têm garantida a posse administrativa do terreno; -----
- e) A indisponibilidade de intervir na referida Parcela, provocou e ainda provoca atrasos, na execução da rede de saneamento, bem como da execução do acesso à ETAR; -----
- f) Resumidamente, relativamente aos trabalhos, falta a conclusão da ETAR, a nível de equipamentos elétricos e, o levantamento e reposição de alguns pavimentos; -----
- g) Falta também o alargamento do caminho de acesso à ETAR, onde se prevê também a construção de um muro, bem como a execução de rede de saneamento e água neste troço, trabalho este que depende da disponibilidade da Parcela, mas não impossibilita a conclusão dos restantes trabalhos da obra. -----

3. Assim, deverá ser concedida prorrogação de prazo graciosa de 90 dias, dado que como anteriormente se referiu a entidade executante devia atempadamente adquirir e planear os materiais e trabalhos necessários para a execução de toda a obra. -----

III - Proposta -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, considerando que sem uma prorrogação ao prazo de execução da obra se torna impraticável a entidade executante concluir a mesma, propõe-se ao órgão executivo: -----

- a) A obtenção da competente aprovação da prorrogação de prazo; -----
- b) De acordo com o previsto no ponto n.º 2 e n.º 3 do Artigo n.º 13 do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que seja concedida uma prorrogação graciosa do prazo de execução, sem direito a qualquer acréscimo do valor da revisão de preços em relação ao prazo contratado, pelo período de 90 dias; -----
- c) De acordo ainda com o mesmo artigo, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da Revisão de Preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor. -----
- d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada; -----
- e) O adjudicatário deverá ainda apresentar novo plano de trabalhos, novo plano de mão de obra e novo plano de equipamentos adaptados às novas circunstâncias. -----

Com aprovação do pedido de prorrogação a data para a conclusão da obra é 7 de Dezembro de 2018. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 6 de Setembro de 2018 -----

O Técnico -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

Anexos: Pedido de prorrogação de prazo -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.09.11. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.14. -----

À Reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO - AUTO DE MEDIÇÃO N° 9/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 9/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, CONSTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA., no valor de 35.166,25 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.14. -----

À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €35.166,25 (trinta e cinco mil, cento e sessenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - RUA ARTUR MARIA AFONSO - AUTO DE MEDIÇÃO N° 01/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 01/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 25.032,70 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.14. -----

À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €25.032,70 (vinte e cinco mil, trinta e dois euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.4. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - RUA ARTUR MARIA AFONSO - AUTO DE MEDIÇÃO N° 02/DOP/2018. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 02/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 4.867,30 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.14. -----

À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €4.867,30 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. ARTUR JOAQUIM BARBOSA PINTO. --
 Foi presente a informação nº182/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.---

1. INTRODUÇÃO:-----
 Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 16 de agosto de 2018, um e-mail em nome de Artur Joaquim Barbosa Pinto, contribuinte nº158743229, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na Estrada Nacional 103/5 , em Vila Verde da Raia.-----

A 16 de agosto de 2018, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----
 A 07 de setembro de 2018, apresentou o requerente declaração do IRS;---

2. DO DIREITO:-----
 Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----
 A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----
 Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 204,93€+ juros;-----
 Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----
 Considerando que o valor da dívida é inferior a 250€ e o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal até esse valor ser de 25€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 9 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 204,93€+ juros, por parte da peticionária, em 9 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----
 Chaves, 10 de setembro de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.12-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2018.09.13

Visto. À reunião de câmara para aprovação e deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. 10ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2018 - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº48/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Considerando, o artº40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe "Equilíbrio orçamental", prevê-se o seguinte: -----

1. Os orçamentos das entidades do setor local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. ----

3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. -----

II - Fundamentação -----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1 - No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, nº1, al. a), do RFALEI; -----

2 - Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação;

3 - Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art.º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual. -----

a) Aquando da Elaboração/aprovação orçamento inicial - 2018:

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	33.423.471,04	Cumpre
Despesa corrente	25.157.254,36	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04	
Despesa corrente paga (2)	25.157.254,36	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	8.266.216,68	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	5.177.427,60	
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04	
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55	

b) Em cada modificação orçamental/execução periódica:

LEI n.º 73/2013, de 3 de setembro

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

05/09/2018		
REGRAS ORÇAMENTAIS - artº 40º		
	Valor	Validação
Receita corrente bruta cobrada	18 928 455,64 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga	14 491 380,90 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2 940 158,86 €	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente bruta cobrada (1)	18 928 455,64 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga (2)	14 491 380,90 €	
Saldo Corrente (3) = (1) - (2)	4 437 074,74 €	
Amortizações previstas (4)	3 088 789,08 €	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) = (3) - (4)	1 348 285,66 €	Não aplicável (Situação de Cumprimento)
Total das receitas correntes totais (6)	18 928 455,64 €	
5% das receitas correntes totais (7) = (6) x 5%	946 422,78 €	

Chaves, 07 de setembro de 2018 -----

A Chefe de Divisão, -----
 (Márcia Santos, Dra.) -----
 Anexo: Mapa da 10ª Modificação aos Documentos Previsionais 2018 ----
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.07-----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ, DE 2018.09.07
 Visto. Ao órgão executivo municipal para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. AUDITOR EXTERNO/EMISSION DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÃO Nº49/DGF/2018. -----

De acordo com o previsto na alínea d), do nº 2, do artº 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, **competes ao auditor externo nomeado por deliberação da Assembleia Municipal**, remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo, informação sobre a respetiva situação económica e financeira; -----

Para o efeito, submete-se ao órgão executivo municipal, para conhecimento, o relatório sobre a situação económica e financeira do município, à data de 30 de junho do corrente ano, emitido pelo Revisor Oficial de Contas, devendo, posteriormente, ser remetido para a próxima sessão da Assembleia Municipal. -----
 Chaves, 10 de setembro de 2018. -----

A Chefe de Divisão -----
 (Márcia Santos, Dra.) -----
 Anexo: Relatório semestral emitido pelo Revisor Oficial de Contas. -
 Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados - 1º semestre de 2018.
DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.09.14 ----
 Visto. À aprovação dos órgãos municipais, Câmara e Assembleia, conforme preconizado na informação infra. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3. 11ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2018 - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº50/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Considerando, o artº40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe "Equilíbrio orçamental", prevê-se o seguinte: -----

1. Os orçamentos das entidades do setor local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. ----
3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor

negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----

4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. -----

II - Fundamentação -----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1 - No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, nº1, al. a), do RFALEI; -----

2 - Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação; ---

3 - Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art.º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual. -----

c) Aquando da Elaboração/aprovação orçamento inicial - 2018:

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	33.423.471,04	Cumpre
Despesa corrente	25.157.254,36	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04	
Despesa corrente paga (2)	25.157.254,36	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	8.266.216,68	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	5.177.427,60	
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04	
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55	

d) Em cada modificação orçamental/execução periódica:

LEI n.º 73/2013, de 3 de setembro

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

11/09/2018

REGRAS ORÇAMENTAIS

<u>Artigo 40º</u>		
	Valor	Validação
Receita corrente bruta cobrada	19 141 133,14 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga	14 662 301,55 €	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2 940 158,86 €	

Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente bruta cobrada (1)	19 141 133,14 €	Situação de Cumprimento
Despesa corrente paga (2)	14 662 301,55 €	
Saldo Corrente (3) = (1) - (2)	4 478 831,59 €	
Amortizações previstas (4)	3 088 789,08 €	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) = (3) - (4)	1 390 042,51 €	
Total das receitas correntes totais (6)	19 141 133,14 €	Não aplicável (Situação de Cumprimento)
5% das receitas correntes totais (7) = (6) x 5%	957 056,66 €	

Chaves, 17 de setembro de 2018 -----

A Chefe de Divisão, -----

(Márcia Santos, Dra.) -----

Anexo: Mapa da 11ª Modificação aos Documentos Previsionais 2018 ----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.09.17-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NUNO VAZ DE 2018.09.17 -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1. ADJUDICAÇÃO DO LOTE 3 DO LOTEAMENTO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE CHAVES: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE POSIÇÃO CONTRATUAL PARA A SOCIEDADE SISTEMAS DELFIM, UNIP.LDA - REQUERENTE: SISTEMAS DELFIM, SL (REPRESENTADA PELO ADMINISTRADOR JESUS CID QUINTAS) - MORADA: AVENIDA 5 DE OUTUBRO, ED. GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES, LOJA 3, 5400-017 CHAVES - INFORMAÇÃO Nº79/DSC/2018, DA ARQ. JOANA RODRIGUES DE 13.09.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. A presente informação consubstancia a análise efetuada por estes serviços à pretensão apresentada pela empresa Sistemas Delfim, SL, titular do CIF número B78055860, representada pelo seu administrador Jesus Cid Quintas, através de requerimento com entrada no expediente geral desta autarquia sob o n.º 8767, datado de 31 de agosto de 2018, visando a cedência de posição contratual para a sociedade Sistemas Delfim, Unip. Lda., no âmbito da adjudicação que lhes foi efetuada do Lote nº3 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, através da deliberação do Executivo Municipal tomada em reunião de Câmara do dia 28 de junho de 2018. -----

2. ANTECEDENTES -----

2.1. Jesus Cid Quintas, em representação da sociedade Sistemas Delfin, SL veio, em 20 de março de 2018, através de requerimento nº 2745, apresentar uma candidatura para aquisição do Lote nº 3 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, para instalação de uma fábrica de extrusão de alumínio em perfis, no âmbito do procedimento público concursal que está a decorrer até 30 de setembro de 2021, para "Alienação/Locação de lotes integrados no loteamento denominado Parque Empresarial de Chaves - Parque de Atividades de Chaves e Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega, situados na freguesia de Outeiro Seco". -----

2.2. No processo de candidatura apresentado, concretamente nos documentos do "Formulário de Candidatura" relativos à identificação e caracterização genérica da unidade industrial a instalar, era referido que a firma seria a constituir posteriormente, tendo como principais acionistas a empresa "Sistemas Delfin, SL", com sede em Espanha, em nome da qual estava a ser apresentada a candidatura em apreço. -----

2.3. Esta candidatura, após respetiva análise de mérito por parte da Comissão responsável pela liderança e coordenação do procedimento concursal, foi admitida com nível de projeto "Muito Bom", pelo que foi proposto, ao executivo municipal, a adjudicação do Lote pretendido à firma "Sistemas Delfin, SL", tendo tal proposta obtido deliberação favorável por parte do executivo municipal na reunião de Câmara realizada no dia 28 de junho de 2018. -----

2.4. Em 31 de agosto de 2018, o Administrador da empresa "Sistemas Delfin, SL", veio requerer a cedência da sua posição contratual para a firma portuguesa que, entretanto, foi constituída, designada "Sistemas Delfin, Unip.Lda"., titular do NIPC 51504360, com sede na avenida 5 de outubro, Ed. Grupo Desportivo de Chaves, Loja 3, Santa Maria Maior, 5400-017, Chaves, referindo que a mesma é detida em 100% do seu capital social, pela sociedade "Sistemas Delfin, SL". -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Considerando que, nos elementos constantes da candidatura apresentada inicialmente pela empresa "Sistemas Delfin, SL." (empresa espanhola) já era referido que seria constituída posteriormente uma outra firma, ou seja, apontavam para a cessão da posição contratual da sociedade espanhola para uma nova sociedade a constituir, cujo

capital seria detido exclusivamente pela primeira, não se vê qualquer inconveniente jurídico no deferimento da pretensão da requerente. ---
 3.2. Assim, em coerência com as razões de facto e de direito supra expostas, propõe-se superiormente a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

3.2.1. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação administrativa, consubstanciada no deferimento da autorização da cedência de posição contratual detida pela sociedade "Sistemas Delfin, SL.", para a sociedade "Sistemas Delfin, Unip. Lda,", no âmbito da adjudicação que lhes foi efetuada do Lote nº3 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, através da deliberação do Executivo Municipal tomada em reunião de Câmara do dia 28 de junho de 2018. -----

3.2.2. Caso haja decisão nos termos preconizados, que sejam encetados os seguintes procedimentos: -----

☐ Proceder à notificação do interessado da decisão tomada, nos termos do artigo 114.º do CPA; -----

☐ Encaminhar o processo para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para que tome as diligências necessárias à formalização da respetiva compra e venda do Lote nº 3 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, pelo valor de 19.671,00€, em conformidade com o estipulado no nº 7 da "Proposta nº 06/GAP/2018", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves do dia 08 de fevereiro de 2018. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 14.09.2018 -----

1- A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.-----

2- Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara para aprovação da proposta e da estratégia procedimental preconizada na mesma, ou seja: -----

2.1. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção de deliberação no sentido de deferir o pedido de cedência de posição contratual, detida pela sociedade Sistemas Delfin, SL., para a sociedade Sistemas Delfin, Unip. Lda, da adjudicação do Lote nº3 do Loteamento da Plataforma Logística de Chaves, concretizada pela deliberação do Executivo Municipal do dia 28 de junho de 2018. -----

2.2. Caso haja deliberação nos termos preconizados, que sejam encetados os seguintes procedimentos: -----

2.2.1. Proceder à notificação do interessado, nos termos do artigo 114.º do CPA; -----

2.2.2. Encaminhar o processo para o Gabinete de Notariado e Expropriações para adoção das diligências necessárias à formalização do contrato de compra e venda do referido Lote nº 3, pelo valor de 19.671,00€, em conformidade com o estipulado no nº 7 da "Proposta nº 06/GAP/2018", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves do dia 08 de fevereiro de 2018. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 14.09.2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 14.09.2018 --
 À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REQUERIMENTO EM NOME SR. ÁLVARO JORGE MORAIS CEPEDA. LANÇAMENTO DE FOGO-DE- ARTIFÍCIO NO LARGO DE SÃO MATEUS, POVOAÇÃO DE SANTO ESTEVÃO, FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO-075/GTF/2018-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Enquadramento-----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 11812/18, datado de 13-09-2018, em nome do Sr. Álvaro Jorge Moraes Cepeda, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Largo de São Mateus, Povoação de Santo Estevão, Freguesia de Santo Estevão, deste concelho.-----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário:-----

Dia 23/09/2018 -----

• 08:00 - 24:00 h -----

Dia 24/09/2018 -----

• 01:00 - 02:00 h -----

II - Fundamentação-----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Durante o período crítico, a utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a autorização prévia do município ou da freguesia, nos termos da lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais.-----

3 - O pedido de autorização referido no número anterior deve ser solicitado com pelo menos 15 dias de antecedência.-----

4 -O período crítico no âmbito do SDFCI vigora de 1 de julho a 30 de setembro, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas (artigo 2º-A do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na sua redação atual).-----

III - Avaliação do local de Lançamento-----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo, insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.2 - espaços agrícolas e subcategoria 4.2.B - espaços agrícolas Condicionados (RAN+REN). Da análise da carta de Perigosidade deparamo-nos com uma área de Baixa perigosidade (carta em anexo);-----

2. A zona envolvente caracteriza-se por área agrícola, solo urbano e terreiro da festa. Da análise da carta de perigosidade deparamo-nos, com áreas de Baixa a muito Baixa perigosidade (carta em anexo);-----

3. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pereira Fogos de Artifício, Lda" (Declaração em anexo).-----

4. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).-----

IV - Proposta-----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 320 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública-----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;----

4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora);-----

5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

O Técnico Superior -----
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo:-----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pereira Fogos de Artifício, Lda."-----
- Extrato da planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----

- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----

- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO VEREADOR DE VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS 17.09.2018-----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PAGAMENTO DAS COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO AO FOMENTO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 71/DSC/2018. PARA CONHECIMENTO. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

Com a presente informação pretende-se desencadear os procedimentos tendentes ao pagamento das comparticipações previstas no Regulamento

de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária (RCAFPF), em vigor no Município de Chaves, relativos às candidaturas já analisadas. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

Em virtude da publicação do "Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária", no Diário da República, 2.ª série, n.º 99, de 23 de maio de 2018, encontra-se a decorrer a fase de candidatura às comparticipações financeiras a fundo perdido a conceder pelo Município, aos titulares de explorações agropecuárias existentes no concelho de Chaves. -----

Para efeitos de candidatura, nos termos do artigo 4.º do mencionado regulamento, o criador de gado bovino, ovino ou caprino deve reunir, cumulativamente, os seguintes requisitos: -----

Ser titular de exploração agropecuária no concelho de Chaves; -----

Ser proprietário dos efetivos bovinos, ovinos e/ou caprinos; -----

Ter cumprido anualmente, nos seus efetivos animais, todas as obrigações legais, em termos sanitários, através dos serviços de uma Organização de Produtores Pecuária (OPP) a operar no concelho de Chaves; -----

Possuir documento comprovativo do registo do animal e comprovar, sempre que a Câmara o imponha, que respeita as normas obrigatórias de saúde pública, sanidade animal, higiene pública veterinária, bem-estar animal e respeito pelo ambiente, nomeadamente e, entre outros, através do PISA - Programa Informático de Sanidade Animal, complementados com o SNIRA e o Idigital; -----

Ter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social; -----

Ter a sua situação regularizada perante o Município de Chaves. -----

As respetivas candidaturas são apresentadas nos serviços de atendimento do Município de Chaves, mediante o preenchimento de formulário próprio, acompanhado dos documentos previstos no artigo 5.º29 do RCAFPF.

Apresentadas as candidaturas, os serviços verificam a sua regularidade, de acordo com o disposto no artigo 4.º do RCAFPF e concluem o processo, que encaminham para o Senhor Presidente da Câmara para aprovação das respetivas comparticipações financeiras e posterior

29 Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro Destinado ao Fomento da Produção Pecuária -----

Artigo 5.º - Instrução de candidaturas -----

As candidaturas ao apoio a conceder nos termos do presente Regulamento são apresentadas nos serviços de atendimento do Município de Chaves, mediante o preenchimento de formulário próprio, acompanhado dos seguintes documentos: -----

Declaração de efetivo relativo ao ano imediatamente anterior, através de lista SNIRA - Serviço Nacional de Identificação e Registo Animal para os bovinos e Idigital para os pequenos ruminantes; -----

Comprovativo da existência dos animais adultos por um período de um ano, ou em casos de força maior, comprovativo da sua substituição em condições iguais e comprovativo do nascimento ou aquisição dos animais jovens, nomeadamente e entre outros que se venham a verificar pertinentes através do SNIRA, emitida por entidade competente para a comprovação; -----

Declaração da OPP a atestar que a sanidade foi realizada durante o ano a que diz respeito o apoio financeiro; -----

Declaração de não dívida à administração fiscal e segurança social. -

apresentação das listagens, na seguinte reunião do executivo municipal. -----

As comparticipações financeiras a atribuir pelo Município de Chaves resultantes da aplicação das disposições do referido regulamento são financiadas através de verbas inscritas anualmente no orçamento municipal (cf. artigo 3.º do RCAFPF). -----

Assim, nos termos do artigo 8.º do RCAFPF, o montante anual do apoio a atribuir pelo Município aos produtores de bovinos, ovinos e caprinos, por animal, será calculado da seguinte forma: -----

BOVINOS		
ADULTOS	Primeiros animais 30	10,00€
	Restantes animais	8,00€
JOVENS (Vitelos)	Primeiros animais 30	7,00€
	Restantes animais	5,00€
PEQUENOS RUMINANTES (Ovinos e Caprinos)	Primeiros animais 100	2,00€
	Restantes animais	1,50€

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Concluídos os processos de candidatura elaborados pelos Serviços, que resultaram na listagem em anexo, e em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, submete-se à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral a aprovação desta proposta, consubstanciando os seguintes procedimentos: -----

Encaminhamento da presente proposta para a Divisão de Gestão Financeira (DGF), para que a mesma proceda: -----

À verificação da situação, perante o Município de Chaves, dos candidatos que constam da listagem em anexo; -----

À atribuição do cabimento da despesa, inscrita na rubrica 05.08.03.03 do Orçamento Municipal, aprovado para 2018, em cumprimento com o Lei dos compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA); -----

Validada a situação dos candidatos pela DGF, e atribuído o necessário cabimento, que a presente proposta seja encaminhada para o Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz, para aprovação das respetivas comparticipações financeiras, nos termos da listagem em anexo; -----
Sequencialmente, deverá o assunto ser agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, para apresentação da listagem aprovada; -----

Por último, caso haja despacho favorável, recomenda-se o envio da presente proposta à Divisão de Gestão Financeira, para que a mesma promova os procedimentos tendentes à operacionalização da decisão. --

À consideração do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, -----

Chaves, 21 de agosto de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Listagem de Produtores Pecuários Beneficiários dos Apoios n.º 1/2018 -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQTO. RODRIGO MOREIRA DATADO DE 21/08/2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.

Tendo por base o âmbito da informação, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que aprove a estratégia procedimental preconizada na mesma. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 29/08/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DATADO DE 06/09/2018 -----

Visto concordo. Proceda-se conforme preconizado nesta Informação Técnica -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos termos do disposto do n.º. 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Usou da palavra o Senhor Manuel Leão, lido e entregue o seguinte requerimento: -----

Exmoº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Exmos. Srs Vereadores. -----

Na Reunião Ordinária de Câmara Municipal de Chaves (Pública), realizada no dia 22 de Julho de 2016, no "Período de Intervenção do Público", foi feita uma denúncia, preventiva para ilegalidade que estava para ser levada a efeito num edifício no lugar de Quintela, Freguesia de Santa Cruz Trindade e Sanjurge. -----

A ilegalidade consistia na construção/fecho de Marquises, de forma ilegal, que iriam descartelizar e desvalorizar os outros apartamentos, sem qualquer parecer ou autorização. -----

Esta ilegalidade que estava planeada ser levada a cabo de forma "Reptícia", por alguns proprietários com a cumplicidade de um funcionário da Câmara, já tinha sido **denunciada**, oportunamente, em 2016, ao "actual" vereador Arquitecto Carlos Castanheira Penas, que na altura garantiu não ser possível levar a cabo essa **ilegalidade** porque o referido edifício já tinha ultrapassado o limite de ilegalidades, nomeadamente ao projeto inicial e "área" licenciada. - Igualmente o Presidente da Câmara, na resposta a esta denúncia, garantiu que "através do sector de Fiscalização Municipal, tomaria conta da ocorrência caso se verificasse o incumprimento das normas legais, em vigor, sobre a matéria". -----

Actualmente, em virtude de ter mudado a Câmara Municipal e o Poder Autárquico, os mesmos elementos que tentaram esta ilicitude em 2016, estão a preparar, mais uma vez, sub-repticiamente, levar a efeito os seus propósitos, tendo pedido a uma empresa, que lhes apresente um orçamento no prazo de 15 dias. -----

Face a estes factos aqui denunciados, gostaria de ser informado, se a Câmara Municipal está ao corrente destas pretensões ilegais, se as autorizou, ou se a Lei e normas legais foram mudadas? -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido, sobre a matéria, os seguintes comentários: -----

1. Os serviços municipais competentes não podem desenvolver ações de fiscalização relativamente a obras que ainda não foram iniciadas. ---
2. Estando a ser ponderada alguma intervenção urbanística, no edifício objeto do requerimento apresentado, mediante intervenção dos órgãos de administração do mesmo, a autarquia só poderá lançar mão dos meios jurídicos colocados à sua disposição, nomeadamente, o recurso às medidas de tutela da legalidade urbanística e ao eventual apuramento de responsabilidades, desde que a eventual operação urbanística seja iniciada, ao arrepio, do quadro legal, em vigor. -----
3. Os serviços de fiscalização irão estar atentos à situação descrita, pelo interessado. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas e quarenta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
